

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – RACI**

**FINAL**

**Controladorias Setorial e Seccionais  
do SISEMA**

**Semad, Feam, IEF e Igam**

**Exercício 2022**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Controladorias Setorial e Seccionais

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE  
INTERNO – RACI nº 1413129/2023**

**FINAL**

**Exercício 2022**

## **MISSÃO DA CGE**

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PLANO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (PACI) .....	5
3. CAPACIDADE LABORATIVA OPERACIONAL DAS CSET e CSECs .....	6
4. EXECUÇÃO 2022 – Transparência e Integridade.....	8
5. EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT) .....	9
6. EXECUÇÃO 2022 – Correição Administrativa .....	22
7. EXECUÇÃO 2022 – CAPACITAÇÕES E GERENCIAMENTO .....	24
8. INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	24
9. CONCLUSÃO.....	26
APÊNDICE I – AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE .....	27
APÊNDICE II – AÇÕES DE AUDITORIA.....	37
APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....	59
Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad.....	59
Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam .....	126
Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF .....	129
Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam.....	154
APÊNDICE IV - RECOMENDAÇÕES NÃO ATENDIDAS QUE APRESENTEM RISCOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM.....	190
Tabela 8A – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Semad. 190	
Tabela 8B – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Feam ...	192
Tabela 8C – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao IEF.....	192
Tabela 8D – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao Igam .	203
APÊNDICE V - RISCOS SIGNIFICATIVOS E DEFICIÊNCIAS EXISTENTES NOS CONTROLES INTERNOS DA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....	209
Tabela 9A – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Semad .....	209
Tabela 9B – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Feam .....	212
Tabela 9C – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do IEF .....	215

<b>Tabela 9D – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do Igam.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....</b>	<b>227</b>
<b>Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad apurados em 2022 .....</b>	<b>227</b>
<b>Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam apurados em 2022 .....</b>	<b>234</b>
<b>Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF apurados no primeiro semestre de 2022 .....</b>	<b>237</b>
<b>Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam apurados em 2022 .....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICE VIII – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES (Período 01/01/2022 a 31/12//2022).....</b>	<b>251</b>
<b>APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES - NUCAD .....</b>	<b>252</b>
<b>APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES – Controladores e Nati.....</b>	<b>255</b>
<b>APÊNDICE X - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO .....</b>	<b>260</b>
<b>APÊNDICE X.1 - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO - Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad.....</b>	<b>261</b>

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (RACI) DE 2022**  
**Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA**  
**Controladorias Setorial e Seccionais da Semad, Feam, IEF e Igam**

## **1. INTRODUÇÃO**

---

Em atendimento à previsão do artigo 20 da Resolução da Controladoria-Geral do Estado (CGE) nº 27, de 14 de outubro de 2019, assim como dos artigos 147 e 148 da Instrução Normativa (IN) CGE/GAB nº 01/2021, apresentamos o Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI)/Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), pertinente ao exercício de 2022, das Controladorias Setorial (CSET) e Seccionais (CSECs) do Sisema – RACI/RAINT/Final.

O objetivo do relatório é prestar as informações sobre o desempenho das atividades de controle interno, relatar o cumprimento da execução do Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) de 2022 e apresentar as análises dos resultados decorrentes dos trabalhos de controle realizados ao longo do referido ano-exercício.

## **2. PLANO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (PACI)**

---

O Plano de Atividades de Controle Interno (PACI), no qual é contemplado o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)<sup>1</sup>, é um instrumento de planejamento que visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pelas CSET e CSECs no âmbito do SISEMA (Semad, Feam, IEF e Igam), cujas diretrizes para o exercício de 2022 foram estabelecidas pela Resolução CGE nº 27/2019.

O PACI/2022 (documento 39881847, SEI 1520.01.0012396/2021-74) foi aprovado em 11/02/2022<sup>2</sup> pelos Dirigentes Máximos do Sisema e elenca as ações planejadas para o exercício nas áreas de Transparência e Integridade, Auditoria e Correição Administrativa, juntamente com a definição dos respectivos objetivos gerais, quantitativo de mão de obra necessária para o desenvolvimento do trabalho, período de execução, tipo de produto emitido e outras particularidades. Prevê, ainda, o total de horas de participação em capacitação e atividades de gerenciamento inerentes à função de chefia de equipe.

---

<sup>1</sup> Conforme artigo 128 da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021: 128. O PAINT é um instrumento que contempla o planejamento anual de AIG, ou seja, as ações anuais de AIG e visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pelas CSET/CSEC e pela AUG, a cada exercício. As diretrizes de elaboração do PAINT serão tratadas em Resolução, aplicando-se no que couber às UAIG das empresas públicas e sociedade de economia mista.

<sup>2</sup> Data em que constou a assinatura dos 4 (quatro) Dirigentes Máximos do Sisema no Despacho de Aprovação do PACI 2022 – documento 39883338, processo SEI 1520.01.0012396/2021-74.

### 3. CAPACIDADE LABORATIVA OPERACIONAL DAS CSET e CSECs

A capacidade laborativa operacional das CSET e CSECs do Sisema é medida no PACI pela relação da disponibilidade de homem/hora (h/h), cujo cálculo considera a totalidade de agentes públicos que desempenham atividades de controle interno, a carga horária diária de trabalho e a quantidade de dias úteis no ano.

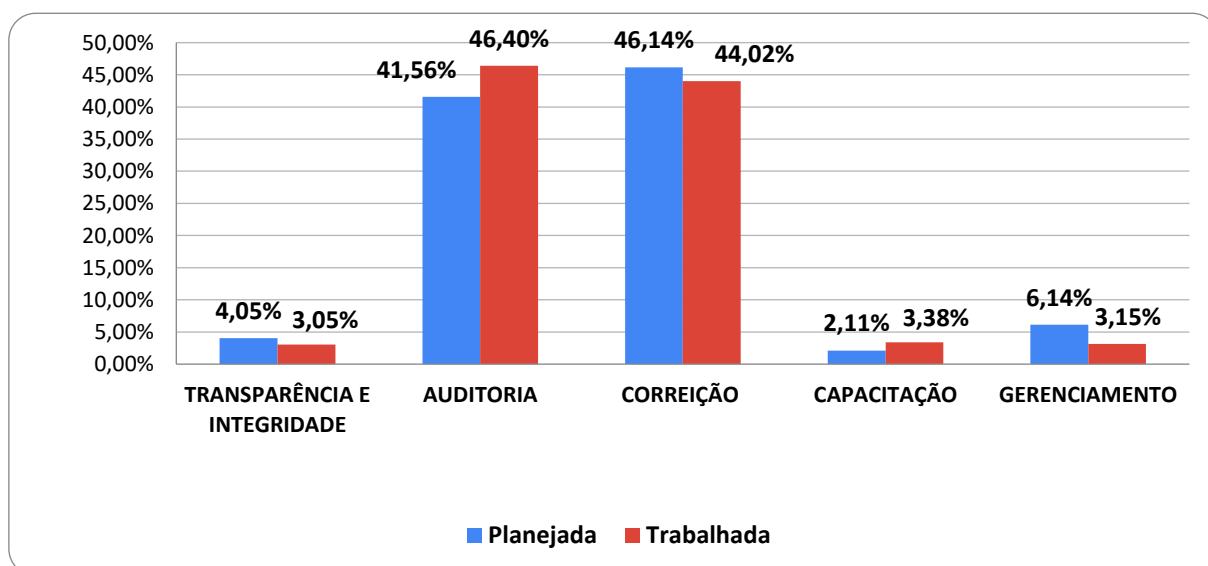
O emprego da capacidade laborativa nas atividades de controle interno nas fases de planejamento e execução do PACI/2022 nas ações de Transparência e Integridade, Auditoria e Correição, bem como na participação em capacitação e atividades de gerenciamento encontra-se na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Emprego da capacidade laborativa no primeiro semestre de 2022

Capacidade laborativa (h/h)	Transparência e Integridade	Auditoria	Correição	Capacitação	Gerenciamento	Total
Planejada (a)	990	10.159	11.280	516	1.500	24.445
Trabalhada (b)	721	10.981	10.417	799	746	23.664
% (b/a)	72,83%	108,09%	92,35%	154,85%	49,73%	96,81%

O **Gráfico 1** compara a distribuição percentual da disponibilidade de homem/hora planejada e trabalhada da equipe operacional, segregada por atividade, relativo ao ano de 2022.

Gráfico 1 - Comparativo da distribuição % da disponibilidade de h/h planejada e trabalhada no ano de 2022



Consoante à tabela 1 e ao gráfico 1 acima, realçam-se os seguintes pontos, relativo à execução das ações e atividades pactuadas no PACI Sisema 2022:

- ⇒ **Relativo à capacidade operacional trabalhada (Geral, Nati e Nucad):** Foram descontadas horas relativas a afastamentos não previstos no PACI Sisema 2022, a exemplo de: consultas médicas/odontológicas; licença médica; licença de luto; usufruto de folgas compensativas; usufruto de férias-prêmio; greve (uma servidora do Nucad). Posto isso, houve um potencial impacto a menor nas horas/homem que refletiram em produtos e execução de ações ao longo do exercício.
- ⇒ **No que tange às ações de transparência e integridade:** Houve reflexo das horas em relação à ação “Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos”, que não foi executada por ter sido descontinuada pela SUTI/CGE.
- ⇒ **No que tange às ações de auditoria:** Verifica-se que houve a substituição de ações inicialmente previstas no PACI por ações extraordinárias, consoante apresentando no item 5 deste Relatório: “EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT)”. Além disso, nota-se que algumas ações previstas no planejamento anual são executadas sob demanda, a exemplo de: “consultoria (art. 1º, VIII da IN AUGE nº 04/2022; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020)”; “apuração preliminar de denúncias e representações”; “exame e certificação de tomadas de contas especial”. Além disso, algumas ações demandaram mais horas do que o planejado, em razão de complexidades na execução, bem como, em razão de a equipe do Nati estar em amadurecimento nas temáticas de auditoria.
- ⇒ **No que tange às ações de correição:** Importante salientar nesse contexto que 1 (uma) servidora do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), especialmente responsável pela análise final de procedimentos correicionais concluídos pelas comissões, esteve em licença maternidade no primeiro semestre de 2022. Além disso, houve o desconto de horas relativas à capacidade operacional do Nucad, em número relativamente considerável, pertinente ao afastamento de servidores em exercício no núcleo, por motivo de 77 horas de atestado médico, 27 horas de comparecimento em consulta, 21 horas de licença, 4 horas comparecimento TRE, 7 horas de falta integral injustificada, 126 horas de greve, 301 horas de férias-prêmio e 63 horas de atestado escolar.
- ⇒ **No que tange às horas correspondentes a realização de capacitações:** Verifica-se que houve a execução de 154,85% em relação às horas previstas para todo o exercício de 2022, ultrapassando, pois, em 54,85% o que seria esperado para ser executado ao longo do ano 2022. Assim sendo, as horas executadas a maior em relação a realização de capacitações no primeiro semestre do ano-exercício, justificam, ainda que parcialmente, a menor execução em relação às demais ações que foram previstas inicialmente no PACI Sisema 2022;
- ⇒ **No que tange às horas correspondentes a gerenciamento:** As horas de gerenciamento correspondem à gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho, elaboração de PGDI, etc) e reuniões que não refletiram em produtos/ações de auditoria previstos no PACI. Considerando que as horas referente a reuniões e revisões que guardam relação direta com as ações do PACI, houve redução significativa das horas em relação ao planejado, em virtude da revisão da metodologia de apuração destas horas.



#### 4. EXECUÇÃO 2022 – Transparência e Integridade

A **Tabela 2**, a seguir, lista as ações de Transparência e Integridade planejadas e informa o *status* e resultados de execução.

O **APÊNDICE I** detalha as ações de Transparência e Integridade planejadas e traz informações sobre a sua execução ao longo do exercício de **2022**.

**Tabela 2 – Execução das ações de Transparência e Integridade**

AÇÃO PLANEJADA	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas [a] – Semad	Concluída	Avaliação e preenchimento do Questionário de Avaliação no <i>Google Forms</i> , referente ao COPAM e CERH.
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 1º semestre [a] – Semad	Concluída	Preenchimento de (dois) <i>checklists</i> – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 2º semestre [a] – Semad	Concluída	Preenchimento de (dois) <i>checklists</i> – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83
Executar atividades relacionadas com o Ciclo de Oficinas para Desenvolvimento do Controle Social no âmbito do Controle Interno [b] – FEAM, IEF e IGAM	Concluída	Houve a participação de (seis servidores), nas capacitações oferecidas pela SUTI: Oficina 1 (Políticas públicas, controle interno e controle social.), Oficina 2 (Mecanismos de participação e controle social) e Oficina 3 (Tecnologias de informação e comunicação para aprimoramento do controle social. Detalhamento no Apêndice I.
Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão.	Concluída	Plano de Integridade do Sisema está em processo de revisão, conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 3.139, de 3 de maio de 2022, cujo prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos de revisão foi prorrogado pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.149, de 20 de junho de 2022. Foram executadas 37 horas referentes à gestão de usuários no sistema. Relatório enviado via e-mail à SUTI dia 27/12/2022, pelo CSEC da Feam.
Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade.	Concluída	Questionários enviados à SUTI/CGE pelo Coordenador do NATI/Sisema, conforme e-mail encaminhado em 13/04/2022. Foi preenchido um questionário por órgão/entidade do Sisema, totalizando 4 (quatro) questionários: 1 (um) Semad; 1 (um) Feam; 1 (um) IEF e 1 (um) Igam.
Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos.	Não iniciada	Ação descontinuada pela SUTI/CGE.
Fomento à abertura de dados.	Concluída	Foram emitidos 4 (quatro) relatórios, sendo 1 para a Semad, 1 para o IEF, 1 para o Igam e 1 para a Feam. Processo SEI 1520.01.0011471/2022-20.
Demanda extraordinária: Avaliação do preenchimento das informações referentes ao Portal dos Conselhos, no que tange ao Copam e CERH, pertinente ao quarto trimestre de 2021.	Concluída	Demanda prevista no PACI 2021, porém executada no ano de 2022, uma vez que se tratou da avaliação das informações preenchidas no Portal dos Conselhos referente ao quarto trimestre (outubro, novembro, dezembro), necessitando, pois, da finalização do exercício para realização do diagnóstico.
Demanda extraordinária: Apoio ao Grupo de Trabalho LGPD	Concluída	Apoio das CSET e CSECs, representadas pelo servidor lotado no Nati, Carlos Moraes. Detalhamento no Apêndice I.

## 5. EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT)

---

Ao total, foram emitidos, no âmbito das Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema, **41 (quarenta e um)** produtos de auditoria **no ano 2022**, dos 52 (cinquenta e dois) estimados para o ano-exercício, sendo:

- ⇒ 13 (treze) produtos referentes às ações de avaliação;
- ⇒ 1 (um) produto referente às ações de apuração;
- ⇒ 6 (seis) produtos referentes às ações de consultoria;
- ⇒ 13 (treze) produtos correspondentes às ações de determinações mandatórias; e
- ⇒ 8 (oito) produtos relativos às ações de monitoramento/apuração de benefícios.

Aponta-se que o número de produtos foi impactado devido a:

- a) Não execução da ação “Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública”, o qual previu 4 Relatórios. As diretrizes para execução do trabalho seriam emitidas pela AUGÉ;
- b) Superestimava da ação de Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGÉ nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020), que é executada sob demanda, para a qual previu-se a emissão de 5 Notas de Auditoria, entretanto, foi emitida somente 1 (uma);
- c) Para a ação de Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade foram emitidos 2 (dois) dos 4 (quatro) relatórios previstos;
- d) No tocante a ação “ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM”, para a qual previu-se a emissão de 2 (dois) produtos, foi emitida somente 1 (uma) nota de Auditoria em razão da descontinuação do trabalho no âmbito do Igam;
- e) Referente a ação “Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad”, o trabalho foi sobrestado por solicitação da alta gestão, em razão de alterações que estão sendo feitas no fluxo deste processo;
- f) Para a ação “Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas” previu-se a emissão de 4 (quatro) produtos, entretanto, a ação foi substituída por outra, de maior complexidade, tendo sido emitido somente 1 (um) produto.

As justificativas acerca de cada ação estão pormenorizadas no Apêndice II.

A **Tabela 3** lista as ações de Auditoria previstas no PACI, individualmente, por tipo de serviço, e o *status* de cada (concluída, em andamento e não realizada), com as observações e justificativas pertinentes.

A **Tabela 4** lista as ações extraordinárias de Auditoria, individualmente, e o *status* de cada (concluída, em andamento e não realizada), com as observações e justificativas pertinentes.

A **Tabela 5** demonstra o resultado dos trabalhos de auditoria, com o quantitativo de ações por tipo de serviços, percentual (concluída, em andamento e não realizada), e as observações e justificativas pertinentes.

O **APÊNDICE II** detalha as ações de Auditoria planejadas e traz informações sobre a sua execução.

As **Tabelas 6A (Semad), 6B (Feam), 6C (IEF) e 6D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE III**, apresentam as recomendações emitidas e implementadas, bem como as não implementadas no período, conforme pactuado pela Gestão da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, respectivamente, e

constante no Plano de Ação ou em documento de auditoria emitido, **em monitoramento no ano de 2022.**

A **Tabela 7** demonstra as recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, se houver, até o final do **primeiro semestre de 2022**, e a **Tabela 7-B** corresponde ao atendimento às solicitações efetuadas por órgãos externos.

Tabela 3 – Execução das ações de Auditoria no ano de 2022

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
<b>AValiação</b>	Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).	<b>Substituída por demanda extraordinária</b>	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em gerenciamento de riscos do processo de "Processamento de autos de infração no âmbito do IEF".
<b>AValiação</b>	Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública.	<b>Não iniciada</b>	Execução correspondente a horas de reunião referentes ao trabalho de <b>consultoria</b> às gestões do órgão e entidades do Sisema para elaboração de plano de ação quanto às recomendações do PNPC. Não houve diretrizes da AUGÉ para a execução ao longo de 2022.
<b>AValiação</b>	Fonte 95: Avaliação das despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais, conforme Resolução CGE nº 35/2020.	<b>Concluída</b>	Avaliação da contratação de pessoal no âmbito do Sisema com recursos da fonte 95. Foram emitidos 4 (quatro) produtos referentes à avaliação de despesas com contratação de pessoal e 1 (um) produto referente à contratação de serviços (Igam). Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.
<b>AValiação</b>	Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade.	<b>Concluída/ Em execução</b>	Horas contabilizadas no RACI referem-se a 2 (dois) relatórios emitidos, pela CSEC/Feam e CSEC/Igam. O relatório referente à CSET/Semad não foi concluído até 31/12/2022, e a previsão é que seja emitido no primeiro trimestre/2023. O relatório referente à CSEC/IEF não foi concluído e a previsão é de emissão no primeiro semestre/2023.
<b>AValiação</b>	Monitoramento dos Planos de Ação – RACI.	<b>Concluída</b>	Foi emitido o RACI Final do ano de 2021 RACI/RAINT/Parcial referente ao primeiro semestre de 2022. Apesar de emitido apenas 2 (dois) RACI/RAINT considerou-se a emissão de 8 (oito) produtos, já que houve o monitoramento dos Planos de Ação pertinente à Semad, a Feam, ao IEF e ao Igam. Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.
<b>AValiação</b>	Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.	<b>Substituída por demanda extraordinária</b>	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
AVALIAÇÃO	ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM.	Cancelada	Trabalho inicialmente a ser executado no âmbito da Semad e do Igam. Entretanto, logo de início, optou-se pela suspensão do trabalho no Igam, tendo em vista ausência de fluxo formal do processo no âmbito da autarquia. Em relação ao trabalho que começou a ser executado na Semad, a CSET emitiu nota de cancelamento, em função da baixa viabilidade de prosseguimento do trabalho e possibilidade da não consecução dos objetivos da aplicação da metodologia ABR no contexto das fases em que os instrumentos se encontram. As horas computadas referem-se às reuniões realizadas e tentativa <b>sem sucesso de aplicação dos testes de auditoria</b> .
AVALIAÇÃO	Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.	Substituída por demanda extraordinária	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em Gerenciamento de Riscos do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.
AVALIAÇÃO	Contratações de bens e serviços em geral realizadas para enfrentamento da COVID-19	Não Iniciada	Ausência de demanda. Baixo valor de execução no âmbito do Sisema.
CONSULTORIA	Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGE nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020).	Concluída	<b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b> Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria (1138994) referente a: "Manifestação, a pedido da Alta Gestão do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Controladoria Seccional da autarquia acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo ex-Diretor-Presidente da mesma instituição".
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad.	Sobrestada	O Trabalho teve início no primeiro semestre de 2022, tendo sido reprogramado para o segundo semestre do corrente ano, mediante solicitação da alta gestão da Semad. Entretanto, a gestão da Semad (mediante memorando Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022, SEI nº 53427321), solicitou o sobrestamento, para que a continuidade passasse a ser dada no ano de 2023. As horas executadas correspondem a horas de execução do trabalho até 30/06/2022, especialmente em relação a horas de reuniões e horas de elaboração de proposta de Termo de Compromisso e Análise Preliminar do Objeto no âmbito da CSET/Semad e NATI/Sisema. O trabalho foi incluído no PACI de 2023, com previsão para ser executado no segundo semestre.

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
APURAÇÃO	Apuração de denúncias e representações	Em execução	Referem-se à apuração, em conjunto pela CSET/Semad com o Nucad/Sisema, quanto a: a) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração; c) Possíveis irregularidades no processo de Licenciamento da Tamisa Mineração. As horas computadas referem-se ao tempo aproximado gasto pela Controladora Setorial, em apoio ao Nucad, no exercício de 2022. Os relatórios conclusivos dos itens "a" e "b" estão em elaboração e serão emitidos em janeiro/2023. O item "c" está em fase de diligências e a previsão é de emissão do relatório conclusivo no primeiro trimestre de 2023.
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental no âmbito do Sisema.	Concluída	Trabalho executado em parceria pelas Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema.
APURAÇÃO	Apuração preliminar de Denúncias e Representações.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria pela CSET Semad no primeiro semestre de 2022 – Nota de Auditoria nº 1242420 (horas gastas no primeiro semestre = 30 horas). E esteve em análise/elaboração, também pela CSET/Semad, 1 (uma) Nota de Auditoria, a qual a CSET aguarda retorno da AUGÉ para, em caso de concordância, autorização para emissão.
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos - processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico	Concluída	Trabalho executado pela CSEC/Igam
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados.	Concluída	Relatório de Auditoria SEMAD nº 1188010 Relatório de Auditoria FHIDRO nº 1188003 Relatório de Auditoria FEAM nº 1179886 Relatório de Auditoria IEF nº 1188789 Relatório de Auditoria IGAM nº 1188450

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda. Foram emitidos 7 (sete) Relatórios de Auditoria Sobre Tomada de Contas Especiais e respectivos Certificados, sendo, 4 (quatro) para a Semad e 3 (três) para o IEF. Foram consideradas, ainda, horas referentes a 3 (três) TCEs relativas ao IEF que, embora não tenham sido emitidos os relatórios em 2022, tiveram execução no exercício de 2022. Estas demandas serão finalizadas no primeiro trimestre de 2023.
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP	Concluída / atividade continuada, sob demanda	1 (um) processo avaliado pela CSEC/Igam, no segundo semestre.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Monitoramento de recomendações.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Apuração de benefícios.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda.

Tabela 4 – Demandas extraordinárias de Auditoria

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF <sup>3</sup> .	Concluída	Substituição da ação: Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos para elaboração de Plano Ação do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.	Concluída	Substituição da ação: Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.	Concluída	Substituição da ação: Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.
Consultoria	Auditoria executiva no programa Somos Todos Água (Igam)	Concluída	Apoio da CSEC/Igam à AUGÉ, na execução do trabalho.
Avaliação	Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	Concluída	Trabalho iniciado em 2021, concluído em janeiro de 2022.

<sup>3</sup> O Relatório de Auditoria foi emitido no início do segundo semestre, em 11/07/2021, encaminhado ao IEF por meio do processo SEI/MG nº 1520.01.0002649/2022-79.



Tabela 5 – Quantitativos de Ações de Auditoria

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	STATUS da AÇÃO	QUANTITATIVO DE AÇÕES	PERCENTUAL EXECUTADO	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
AVALIAÇÃO	Concluída	3	27,27%	
	Em andamento	1	9,09%	Avaliação de Controle Em nível de entidade – emitidos 2 relatórios de 4 previstos
	Não iniciada	2	18,18%	1 - Não houve diretrizes da AUGÉ; 1 Não houve demanda
	Substituída	4	36,36%	Substituídas por demandas extraordinárias.
	Cancelada	1	9,09%	Inviabilidade de aplicação da metodologia ABR
CONSULTORIA	Concluída	2	66,67%	
	Em andamento	1	33,33%	Ação sobrestada mediante solicitação da Alta Gestão.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “consultoria”.
APURAÇÃO	Concluída	1	100%	
	Em andamento	0	0%	Atividade continuada, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “apuração”.
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Concluída	3	100%	
	Em andamento	0	0%	Atividade continuada, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “determinações mandatórias”.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Concluída	4	100%	
	Em andamento	0	0,00	Atividades continuadas, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “monitoramento/apuração de benefícios”.
DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS	Concluída	5	100%	
	Em andamento	0	0%	
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “demandas extraordinárias”.

**Tabela 7-A - Recomendações expedidas por órgãos de controle externo e conselhos**

<b>Título da ação</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Manifestação do órgão/entidade</b>
<p>Auditoria Operacional da Lagoa da Pampulha – TCE-MG.</p> <p>Portaria: 04/19 / SCE e 08/SCE/2021</p> <p>Objetivo da auditoria: Avaliar, sob a perspectiva da governança multinível, em que medida as ações de recuperação e de despoluição da Lagoa da Pampulha e respectivo entorno têm sido eficazes e/ou efetivas, bem como têm atingido parâmetros de equidade e transparência, e permitindo-se, enfim, a promoção do aprendizado e do <i>accountability</i>.</p>	<p>Estudar a viabilidade de se abordar, na regulação ambiental estadual, o problema da erosão/sedimentação nas bacias municipais (SEMAD).</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Regularização Ambiental, por meio do Memorando.SEMAD/DATEN.nº 204/2021 (documento 34765172, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>De forma mais específica, entende-se que o ordenamento municipal é o instrumento mais adequado para planejar e propor, complementarmente à legislação existente, critérios mais restritivos de ocupação em áreas sensíveis. Nesse sentido nos remetemos às considerações sobre drenagem urbana e controle de erosão de Tucci (1998), indicando que o impacto gerado pela urbanização inadequada requer medidas preventivas de controle distribuído e regulamentação. Para que isto ocorra são necessárias medidas administrativas e técnicas que são implantadas através do Plano Diretor Urbano.</i></p> <p><i>Por outro lado, o licenciamento ambiental, avalia os impactos sobre o meio ambiente e as medidas cabíveis para evitá-los, mitigá-los ou mesmo compensá-los. Assim, esclarecemos que observados os casos concretos, são avaliados os impactos inerentes à erosão, que podem culminar no assoreamento de cursos d'água, independentemente da localização, urbana ou rural, das atividades e empreendimentos, incluindo os processos de parcelamento de solo urbano.</i></p>
	<p>Verificação de implantação de um programa, adicionalmente ao Programa Pampulha Viva, de despoluição e saneamento da Bacia da Pampulha, com participação estadual e metropolitano atuantes, além da participação dos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Apresentar plano de metas de atingimento e para melhoria da qualidade da água a curto, médio e longo prazos. Definir claramente os entes responsáveis participantes e as metas/responsabilidades estipuladas para cada um deles.</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, por meio do Memorando.SEMAD/DAAES.nº 179/2021 (documento 35129605, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>Considerando que a qualidade da água da lagoa é afetada diretamente pelos cursos d'água que nela deságuam, a proposição de Programa que atue de forma extensiva na bacia é pertinente.</i></p> <p><i>Ressalta-se que a titularidade dos serviços de saneamento básico é dos municípios, que podem fazer a concessão para outros prestadores, como ocorre nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Desta forma, quanto à implantação do programa proposto, a Superintendência de Saneamento Básico, dentro das suas competências, poderá prestar apoio técnico para sua elaboração e monitoramento. No entanto, para sua execução, é imprescindível que os municípios integrantes da bacia sejam envolvidos, bem como os prestadores de serviço de coleta e tratamento de esgotos.</i></p>
	<p>Embasado nas causas relacionadas à evidência n.4. Estudar a viabilidade de se estabelecer diretrizes estaduais focadas na questão do lançamento irregular de esgotos (metas de redução, focos de atuação, parâmetros a se seguir), inclusive com utilização dos dados de qualidade de água elaborados pelo IGAM, inclusive com o envolvimento da academia científica, que já faz a utilização desses dados em diversos estudos no meio acadêmico. (SEMAD/IGAM/FEAM/ARSAE).</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, por meio do Memorando.SEMAD/DAAES.nº 179/2021 (documento 35129605, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>Esclarecemos que, referente ao lançamento irregular de esgotos, o Estado possui diretrizes legais que abrangem essa temática como a Deliberação Normativa nº 96, de 12 de abril de 2006 e Deliberação Normativa Copam nº 128, de 27 de novembro de 2008, que estabelece que os municípios devem implantar sistema de tratamento de esgotos com eficiência mínima de 60% e que atendam no mínimo 80% da população urbana, conforme critérios estabelecidos nas normativas.</i></p> <p><i>Para tratativa das situações apontadas, sugerimos que estas sejam abordadas dentro do Programa recomendado no item 2.1. Assim poderão ser estabelecidas ações de mitigação, definição de responsáveis, metas e indicadores para monitoramento.</i></p>
<p>Prestação de Contas do Exercício – 2018</p>	<p>Recomendar ao atual gestor que alerte o setor contábil para que adote as providências necessárias ao aprimoramento dos controles referentes aos pagamentos de encargos financeiros, com a realização</p>	<p>Está em andamento, pelo Gabinete e pelo setor financeiro da Feam, para a adequação com os setores da Semad para que o sistema permita os registros de principal e encargos separadamente.</p>

<b>Título da ação</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Manifestação do órgão/entidade</b>
Processo: 1071389  Prestação de Contas do Exercício. Administração Indireta Estadual. Exame Formal da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial. Impropriedades. Regularidades com Ressalva.	de registros individualizados que permitam identificar a origem dos atrasos na quitação de despesas evidenciados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como que promova a discriminação entre o valor principal e os encargos financeiros da Dívida Ativa não Tributária.	Está, também, em andamento, pelo Gabinete e pelo setor financeiro da Feam, junto à Advocacia-Geral do Estado para que seja enviado à Feam a discriminação entre o valor principal e os encargos financeiros da Dívida Ativa não Tributária.
	Recomendar ao atual gestor que, em conjunto com o Controle Interno, mantenha este Tribunal informado sobre os resultados das medidas implementadas para a regularização das impropriedades relativas à gestão patrimonial	Foi elaborado Relatório de Gestão Patrimonial e as recomendações estão sendo atendidas com prazo final para todas em 30/04/2023.

**Tabela 7-B - Atendimento às solicitações efetuadas por órgãos externos**

Item	Remetente	ASSUNTO	AUDITOR RESPONSÁVEL	Resposta	Data	nº Processo SEI	Nº do registro de entrega
1	Ofício nº 6/2022/11PJMO	Solicita-se informações quanto à instauração de procedimento administrativo em relação ao expediente Semad 1129, o qual se encontra em apuração no âmbito do Nucad/Sisema.	Thaís Alcântara / Carolina Campos	Ofício CGE/CSET_SIS EMA nº. 5/2022	04/02/2022	1520.01.0001 200/2022-14	Não se aplica. E-mail.
2	Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG 1370.01.0055128/2022-82	O Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG, foi encaminhado a esta Controladoria Setorial, pelo Gabinete da Semad, para atendimento do item que compete à Controladoria, de natureza correicional, qual seja: “cópia de inteiro teor dos autos de procedimento administrativo disciplinar eventualmente instaurado em desfavor do servidor público estadual Charles Soares de Souza”.  Foram encaminhados documentos das apurações em sede de Investigação Preliminar que abarcam as condutas do ex servidor em questão, relativas a) atuação informal e conflito de interesses; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; c) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração;	Ariana Souza - Designada	Memorando.CGE /CSET_SISEMA. nº 170/2022; E-mail;	30/11/2022 01/12/2022	1370.01.0055 128/2022-82	Não se aplica. E-mail.
3	Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG 1370.01.0055128/2022-82	O Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG, foi encaminhado a esta Controladoria Setorial, pelo Gabinete da Semad, para atendimento do item que compete à Controladoria, de natureza correicional, qual seja: “cópia de inteiro teor dos autos de procedimento administrativo disciplinar eventualmente instaurado em desfavor do servidor público estadual Charles Soares de Souza”.  Em complemento ao encaminhamento anterior, foi encaminhada a conclusão da Investigação Preliminar referente ao item "a", que trata de "possível atuação informal e Conflito de Interesses", tendo sido originada de denúncia protocolada na Ouvidora-Geral do Estado, em 10/05/2022, sob o número 1005202277135, constando que o servidor Charles Soares de Sousa, Masp 1.298.744-2, estaria em tese, exercendo atividades funcionais sem a devida formalização.	Ariana Souza - Designada	E-mail	21/12/2022	1370.01.0055 128/2022-82	Não se aplica. E-mail.

Item	Remetente	ASSUNTO	AUDITOR RESPONSÁVEL	Resposta	Data	nº Processo SEI	Nº do registro de entrega
4	Ofício nº 313/115º PJMA/2022 (56710638) e Ofício nº 388/115º PJMA/2022	<p>Requisitou requisa à Controladoria Setorial - CSET "apurar os motivos que ensejaram o encaminhamento tardio a esta Promotoria Especializada de Autos de Infração lavrados em anos remotos, havendo autos datados de 2015, 2016, dentre outros"</p> <p>Foram encaminhados os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Fiscalização Ambiental - SUFIS da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por meio do Memorando.SEMAD/DAINF.nº 520/2022 (57011092) no que tange aos motivos de encaminhamentos tardios das vias de auto de infração ao Órgão Ministerial e demais esclarecimentos pertinentes à matéria e Memorando.SEMAD/SUCPRO.nº 92/2022 (58397442), sobre medidas atinentes ao aprimoramento dos fluxos processuais, à melhoria das normas vigentes, ao aperfeiçoamento dos procedimentos, à gestão dos processos, ao estabelecimento de metas e à gestão de pessoas e à estruturação interna</p>	Ariana Souza - Designada	Ofício CGE/CSET_SIS EMA nº. 45/2022	27/12/2022	1500.01.0244 374/2022-79	Não se aplica. E-mail.

As **Tabelas 8A (Semad), 8B (Feam), 8C (IEF) e 8D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE IV**, apresentam as recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos das Unidades Auditadas: Semad, Feam, IEF e Igam, respectivamente, consolidadas **até 31/12/2022**.

As **Tabelas 9A (Semad), 9B (Feam), 9C (IEF) e 9D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE V**, apresentam os riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos das Unidades Auditadas, por trabalho de auditoria, quais sejam: Semad, Feam, IEF e Igam, respectivamente, consolidadas **até 31/12/2022**.

As **Tabela 10A (Semad), 10B (Feam), 10C (IEF) e 10D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE VI**, apresentam os benefícios financeiros e não financeiros gerados para o SISEMA decorrentes da atuação da AUG e/ou CSET e CSECs da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, respectivamente, ao longo do período – **cuja recomendações foram implementadas até 31/12/2022**.

A **Tabela 11** demonstra os fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da CSET e CSECs e na realização dos trabalhos de auditoria no **primeiro semestre de 2022**.

**Tabela 11 – Fatos relevantes que impactaram o ano de 2022**

Fatos relevantes que impactaram positivamente na CSET e CSECs	Fatos relevantes que impactaram negativamente na CSET e CSECs
	Elevada curva de aprendizagem em trabalhos de Auditoria, para servidores com menor tempo de ingresso no Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade – NATI.

## 6. EXECUÇÃO 2022 – Correição Administrativa

A **Tabela 12** lista as ações de Correição Administrativa planejadas e informa o *status* e resultados de execução no ano de 2022.

**Tabela 12 – Execução das ações de Correição Administrativa no ano de 2022**

Ação Planejada	Status/Resultados	Observações/Justificativas
Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar	Foram emitidas 30 (trinta) análises preliminares, sendo 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 80 procedimentos, sendo 77 horas por produto (total de 6.160 horas). Entretanto, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 30 análises preliminares, sendo gastas 150 horas por produto (total de 4.500 horas).
Instrução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares	Foram instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.	Foram previstos, de forma unificada para o Nucad/Sisema, em 2022, que seriam instruídos 22 procedimentos, sendo 150 horas por produto (total de 3.300 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada instrução, sendo instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares com 200 horas por produto (total de 4.000 horas).
Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar	Foram tramitados 14 (quatorze) Termos de Ajustamento Disciplinares, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.	Foram previstos, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 20 TAD, sendo previstas 20 horas por produto (total de 400 horas). Entretanto, foram tramitados 14 TAD no total de 280 horas.
Acompanhamento dos trabalhos das comissões sindicantes e processantes	O acompanhamento é feito pela Coordenadora com todas as comissões.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 95 horas para o acompanhamento. Entretanto, em razão da complexidade dos expedientes, foram gastas mais horas na orientação e direcionamento da equipe, no total de 267 horas.
Avaliação de procedimentos disciplinares concluídos pelas comissões	Foram emitidas 05 (cinco) análises finais de PAD, sendo todas do IEF.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 10 Notas Técnicas, sendo 82 horas por produto (total de 820 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 05 (cinco) análises finais, todas do IEF, com 200 horas por produto e total de 1000 horas executadas.
Avaliação da efetividade das decisões correcionais	Foram realizadas 40 (quarenta) avaliações de efetividades, dentre decisões de análises preliminares, TAD e PAD.	Foram realizados, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 40 relatórios de efetividade, sendo previstas 2 horas por produto (total de 80 horas).



<b>Ação Planejada</b>	<b>Status/Resultados</b>	<b>Observações/Justificativas</b>
Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar	Foram realizadas 02 (duas) ações.	Foram realizadas 35 horas para prevenção e aperfeiçoamento, ocorrendo duas ações para divulgação do regime disciplinar no âmbito do Sisema, com total de 35 horas, sendo uma em 19/08/2022 e a outra nos dias 28/12/2022, 22/12/2022, 14/12/2022 e 02/12/2022, (enviada por e-mail aos servidores do Sisema).
Alimentar banco de dados e gerir informações correcionais	Trabalho contínuo e diário, cuja consolidação deve ser encaminhada, via planilha, para a COGE no fim de cada quadrimestre.	Foram executadas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 240 horas para consolidação de dados.
Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022	O prazo estipulado para envio da declaração se encerrou em 30/06/2022.	Foram executadas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 15 horas para a avaliação.

No ano de 2022, o Núcleo de Correição Administrativa registrou o total de 113 (cento e treze) expedientes tramitados, recebidos de todos os órgãos e entidade do SISEMA, dentre os quais em 30 (trinta) expedientes foram concluídas as análises preliminares, sendo 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.

Ainda, visando à apuração de responsabilidade funcional dos servidores no que tange às possíveis infrações disciplinares, no ano de 2022, foram tramitados o total de 20 (vinte) processos no Núcleo de Correição Administrativa do SISEMA, considerando também os já concluídos, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.

Destaca-se que, a fim de dar continuidade à instrução processual, no âmbito dos Processos Administrativos Disciplinares, no ano de 2022, foram emitidas 05 (cinco) análises finais de PAD, sendo todas do IEF.

Por fim, verifica-se que, no âmbito do Sisema, no ano de 2022, tiveram 14 (quatorze) Termos de Ajustamento Disciplinares tramitados, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.

O **APÊNDICE VII** detalha as ações de Correição Administrativa planejadas e traz informações sobre a sua execução, em relação ao **ano de 2022**. O **APÊNDICE VIII** apresenta o *status* dos procedimentos disciplinares instruídos cujos trabalhos sob a responsabilidade de agentes públicos integrantes da equipe do NUCAD estão em execução, foram concluídos e/ou encaminhamento para a CGE.



## 7. EXECUÇÃO 2022 – CAPACITAÇÕES E GERENCIAMENTO

---

O PACI/2022 previu, para execução durante todo o exercício, o total de 516 (quinhentas e dezesseis) horas de capacitação em eventos alinhadas às atividades desempenhadas pela equipe técnica da CSET e CSECs. Ao longo do **ano de 2022**, a equipe participou de cursos, seminários, reuniões técnicas, **totalizando 799 (setecentos e noventa e nove horas) horas, correspondente a 154,85% do total planejado para o ano-exercício**, conforme discriminado no **APÊNDICE IX**.

Importante ressaltar que, devido ao teletrabalho, algumas horas de reuniões, foram consideradas de capacitações e gerenciamento por se tratarem de horas para capacitação seja da equipe, para os gestores como também para assessoramento para os devidos gabinetes, totalizando 90 (horas) nesta modalidade.

Foram previstas, para todo o ano de 2022, o total de 1.500 (um mil e quinhentas) horas de atividades de gerenciamento inerentes à função de chefia e **foram executadas 746 (setecentos e quarenta e seis) no ano de 2022, correspondente a 49,73% do total planejado para o ano-exercício**, conforme discriminado no **APÊNDICE X**. Considerando que as horas referente à reuniões e revisões que guardam relação direta com as ações do PACI, houve redução significativa das horas em relação ao planejado, em virtude da revisão da metodologia de apuração destas horas.

## 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES

---

### 8.1. Estrutura das CSET/CSECs do Sisema

As Controladorias do Sisema trabalham de forma integrada, constituindo-se da Controladoria Setorial da Semad e das Controladorias Seccionais do IEF, da Feam e do Igam. Para cada Controladoria, há um (a) Controlador (a) Setorial/Seccional responsável (chefia).

A unidade é constituída, ainda, de Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati), responsável pelas atividades de “Auditoria” e “Transparência, Integridade e Controle Social” constantes no PACI, e Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), responsável pelas ações de “Correição”.

### 8.2. Servidores do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati)

O Nati Sisema constitui-se de 1 (um) Coordenador, servidor efetivo da carreira de Analista de Desenvolvimento Econômico e Social e ocupante de cargo em comissão de provimento da Controladoria-Geral do Estado; e 4 (quatro) servidores membros da equipe, sendo 2 (dois) servidores

de provimento do IEF, cargo em comissão: 1 (uma) servidora de recrutamento amplo e 1 (um) servidor efetivo de outras carreiras (técnico de gestão da saúde); e 2 (duas) servidoras efetivas da carreira do Sisema de provimento da Semad.

Considerando que a unidade é composta por 4 (quatro) Controladorias Setorial/Seccionais, verifica-se, no âmbito do Nati, em termos proporcionais, apenas 1 (um) servidor analista para atendimento a cada Controladoria.

Pertinente ressaltar a elevada curva de aprendizagem em trabalhos de Auditoria, para servidores com menor tempo de ingresso no Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade – NATI.

Posto isso, realça-se a carência de pessoal da unidade, sendo imperioso destacar a necessidade de provimento de recursos humanos, isto é, maior capacidade laborativa operacional do setor e, por consequência, a elevação do número de trabalhos executados, que potencialmente podem gerar benefícios para o Sisema (financeiros e qualitativos), adicionando valor à gestão do órgão e entidades em prol do aperfeiçoamento dos controles internos, dos processos de governança e do gerenciamento de riscos.

### **8.3. Servidores do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad)**

A Resolução Conjunta CGE/Semad/IEF/Igam/Feam nº 01/2016 previu em seu artigo 2º que o Nucad seria composto por **um coordenador e, no mínimo, onze membros** indicados pelos dirigentes da Semad, IEF, Igam e Feam, proporcionalmente a demanda de procedimentos correicionais (grifo nosso).

Atualmente, o Nucad é composto por 1 (uma) Coordenadora – auditora interna/CGE – e 7 (sete) servidores efetivos de carreira do Sisema: 3 (três) servidoras da Semad; 3 (três) servidores da Feam; 1 (uma) servidora do Igam. Ainda, ressalta-se que, no dia 07 de outubro de 2022, ocorreu permuta entre servidoras do NUCAD e da DILOG, permanecendo a composição da equipe com o mesmo quantitativo.

Importante salientar que, no ano de 2022, 1 (uma) servidora do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), especialmente responsável pela análise final de procedimentos correicionais concluídos pelas comissões, esteve em licença maternidade e houve o desconto de horas relativas à capacidade operacional do Nucad, em número relativamente considerável, pertinente ao afastamento de servidores em exercício no núcleo, por motivo de 77 horas de atestado médico, 27 horas de comparecimento em consulta, 21 horas de licença, 4 horas comparecimento TRE, 7 horas de falta integral injustificada, 126 horas de greve, 301 horas de férias-prêmio e 63 horas de atestado escolar.

Nota-se, pois, que o quantitativo de servidores do Nucad encontra-se abaixo do previsto em Resolução, sendo imperioso destacar a necessidade de provimento de recursos humanos.

## **9. CONCLUSÃO**

---

O presente relatório teve como objetivo apresentar um diagnóstico geral a respeito da execução do Plano de Atividades de Controle Interno do exercício de 2022 das Controladorias Setorial e Seccionais – CSET e CSECs do SISEMA – Semad, IEF, Feam e Igam.

Assim, foram emitidos 17 (dezessete) produtos pertinentes às ações de Transparência, Integridade e Controle Social; 41 (quarenta e um) produtos concernentes às ações de Auditoria; e 130 (cento e trinta) produtos relacionados a ações de Correição; totalizando 188 (cento e oitenta e oito) produtos emitidos no âmbito da CSET/CSECs Sisema no ano de 2022.

Por meio das ações de controle de auditoria executadas no primeiro semestre do referido exercício, foram emitidas recomendações que podem contribuir para a geração de potenciais benefícios financeiros e não financeiros nos órgão/entidades do Sisema, consoante demonstrado no Apêndice VI.

Ressaltou-se, por fim, a necessidade de provimento de recursos humanos no âmbito da CSET/CSEC, para o Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati) e para o Núcleo de Correição Administrativa (Nucad).

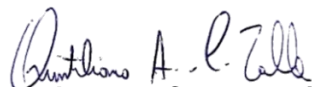
Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2023.




**Bruno Gonçalves Nogueira**  
Coordenador do Nati/Sisema



**Carolina Campos Abreu**  
Coordenadora do Nucad/Sisema



**Quintiliano Augusto Campomori do Valle**  
Controlador Seccional da Feam



**Michelle Calazans Oliveira**  
Controladora Seccional do Igam



**Wettina Márcia Lages Ferreira**  
Controladora Seccional IEF



**Ariana Aparecida de Souza**  
Controladora Setorial da Semad – designada

APÊNDICE I – AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas [a] – Semad		
Objetivo geral:	Apoiar realização de ação do Planejamento Estratégico da CGE, identificando o estado de maturidade da governança dos conselhos estaduais de políticas públicas e apoiar medidas para seu fortalecimento.		
Previsão de execução:	01/05/2022 a 30/11/2022	Horas previstas:	70
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/09/2022 a 03/11/2022	Horas de execução:	140
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
Não se Aplica	Preenchimento do questionário de avaliação COPAM		28/10/2022
Não se Aplica	Preenchimento do questionário de avaliação CERH		03/11/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
A ação foi executada no COPAM e CERH, tendo sido necessárias aproximadamente 70 horas para cada Conselho. 1520.01.0012050/2022-04 – COPAM 1520.01.0012053/2022-20 - CERH Questionários de Avaliação do COPAM e CERH preenchidos no Google Forms e registrados em papéis de trabalho.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 1º semestre [a] – Semad		
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 30/06/2022	<b>Horas previstas:</b>	10
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/06/2022 a 30/06/2022	<b>Horas de execução:</b>	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Checklist preenchido – Copam.	30/06/2022	
Não se aplica.	Checklist preenchido – CERH.	30/06/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Preenchimento de 2 (dois) checklists – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83.			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 2º semestre [a] – Semad		
Objetivo geral:	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
Previsão de execução:	01/12/2022 a 30/12/2022	Horas previstas:	10
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Previsão para o segundo semestre.	Horas de execução:	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Checklist preenchido – Copam.	30/12/2022	
Não se aplica.	Checklist preenchido – CERH.	30/12/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Preenchimento de 2 (dois) checklists – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Executar atividades relacionadas com o Ciclo de Oficinas para Desenvolvimento do Controle Social no âmbito do Controle Interno [b] – FEAM, IEF e IGAM		
<b>Objetivo geral:</b>	Consolidar a visão de complementariedade entre controle social e controle interno em todos os agentes públicos lotados nas Controladorias Setoriais e Seccionais do Governo do Estado de Minas Gerais.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 01/10/2022	<b>Horas previstas:</b>	180
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	30/08/2022 a 08/11/2022	<b>Horas de execução:</b>	48
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se Aplica	Participação na Oficina 1 (Políticas públicas, controle interno e controle social). Participação na Oficina 2 (Mecanismos de participação e controle social) Participação na Oficina 3 (Tecnologias de informação e comunicação para aprimoramento do controle social).	30/08/2022 04/10/2022 08/11/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Houve a participação presencial dos servidores, a seguir, nas capacitações oferecidas pela SUTI em 30/08, 04/10 e 08/11:</p> <p>Quintiliano Campomori: dias 30/08, 04/10 e 08/11; Glauciene Almeida: dias 30/08, 04/10 e 08/11; Aline Miranda: dias 30/08, 04/10 e 08/11; Maria Izabel: 04/10 e 08/11; Carlos Eduardo: dias 30/08, 04/10 e 08/11; Bruno Gonçalves Nogueira: dias 30/08 e 04/10</p> <p>No PACI foram previstas 180 horas, sendo 60 horas para IEF, 60 para Feam e 60 para o Igam. As atividades propostas pela SUTI não alcançaram o total de horas planejado para a execução da ação.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão		
<b>Objetivo geral:</b>	Incentivar o uso do SISPMPI como ferramenta de gestão, de forma a otimizar os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos planos de integridade dos órgãos ou entidades da administração pública.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	120
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input checked="" type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/12/2022 a 27/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	37
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se Aplica	Relatório emitido no SisPMPI	27/12/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Plano de Integridade do Sisema está em processo de revisão, conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 3.139, de 3 de maio de 2022, cujo prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos de revisão foi prorrogado pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.149, de 20 de junho de 2022, razão pela qual não houve execução expressiva de horas na referida ação.</p> <p>Foram executadas 37 horas referentes à gestão de usuários no sistema. Relatório enviado via e-mail à SUTI dia 27/12/2022, pelo CSEC da Feam.</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade.		
<b>Objetivo geral:</b>	Mensurar os efeitos das ações de integridade nos órgãos ou entidades do Governo Estadual.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/03/2022 a 30/04/2022	<b>Horas previstas:</b>	120
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	22/03/2022 a 13/04/2022	<b>Horas de execução:</b>	120
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Semad	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Feam	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – IEF	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Igam	13/04/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Questionários enviados à SUTI/CGE pelo Coordenador do NATI/Sisema, conforme e-mail encaminhado em 13/04/2022.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO					
<b>Ação:</b>	Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos.				
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir cumprimento de normativo estadual.				
<b>Previsão de execução:</b>	01/07/2022 a 30/11/2022	<b>Horas previstas:</b>	240		
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO					
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input checked="" type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária					
<b>Período de execução:</b>	Não se aplica	<b>Horas de execução:</b>	0		
3 - PRODUTOS EMITIDOS					
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto				
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega			
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO					
Ação descontinuada pela Suti, consoante informado pela Diretoria de Controle Social, via e-mail, em 27/12/2022.					

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Fomento à abertura de dados.		
<b>Objetivo geral:</b>	Fomentar a abertura de dados de interesse público e geral nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei 14.129, de 29/03/2021.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 30/08/2022	<b>Horas previstas:</b>	240
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/08/2022 a 20/10/2022	<b>Horas de execução:</b>	240
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1333722	Tarefa nº 1329714 - Relatório Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais da Semad	19/10/2022	
1333722	Tarefa nº 1334082 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais do IEF	20/10/2022	
1326660	Tarefa nº 1326660 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais da Feam	07/10/2022	
1333722	Tarefa nº 1326654 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais do Igam	19/10/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Foram elaborados 4 (quatro relatórios) referentes à execução da ação, pertinentes à Semad, IEF, Feam e Igam, enviados à SUTI por meio do processo SEI/IMG nº 1520.01.0011471/2022-20.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	<b>DEMANDA EXTRAORDINÁRIA:</b> Avaliação do preenchimento das informações referentes ao Portal dos Conselhos, no que tange ao Copam e CERH, pertinente ao quarto trimestre de 2021.		
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/01/2022	<b>Horas previstas:</b>	0
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/02/2022 a 03/02/2022	<b>Horas de execução:</b>	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1003886	Nota Técnica nº 1144158 – CERH	03/02/2022	
1003886	Nota Técnica nº 1144159 – COPAM	03/02/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Demanda prevista no PACI 2021, porém executada no ano de 2022, uma vez que se tratou da avaliação das informações preenchidas no Portal dos Conselhos referente ao quarto trimestre (outubro, novembro, dezembro), necessitando, pois, da finalização do exercício para realização do diagnóstico.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	DEMANDA EXTRAORDINÁRIA: Apoio ao Grupo de Trabalho LGPD		
<b>Objetivo geral:</b>	Prestar apoio ao Grupo de Trabalho LGPD, no âmbito do Sisema.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/01/2022	<b>Horas previstas:</b>	0
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/02/2022 a 03/02/2022	<b>Horas de execução:</b>	76
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
Não se Aplica	Não se Aplica		Detalhamento
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Horas executadas referem-se ao apoio das CSET e CSECs, representadas pelo servidor lotado no Nati, Carlos Morais, mediante participação em reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Sisema, conforme detalhamento a seguir.			
Data	Horário início e término	Duração	Local
03/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
10/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
17/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
20/01/2022	10:00 às 11:00	01:00	Microsoft Teams
24/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
31/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
01/04/2022	09:30 às 11:00	1:30	Microsoft Teams
04/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
11/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
12/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
18/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
19/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
25/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
26/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
27/04/2022	15:00 às 16:00	16:00	Microsoft Teams
02/05/2022	10:30 às 12:30	02:00	Microsoft Teams
05/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
09/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
16/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
23/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
30/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
21/06/2022	10:00 as 12:00	02:00	Microsoft Teams
23/06/2022	10:00 as 12:00	02:00	Microsoft Teams
11/07/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
13/07/2022	14:30 – 15:30	1:00	Microsoft Teams
25/07/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
27/07/2022	10:00 às 12:00	2:00	Microsoft Teams
01/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
03/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
08/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
15/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
19/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
29/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
05/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
12/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
19/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams

APÊNDICE II – AÇÕES DE AUDITORIA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	AVALIAÇÃO		
<b>Ação:</b>	Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar o gerenciamento de riscos do processo-chave selecionado e a eficácia dos controles internos estabelecidos.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 30/11/2022	<b>Horas previstas:</b>	720
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.	<b>Horas de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<b>Ação substituída por demanda extraordinária:</b> Consultoria em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência do IEF, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública.		
Objetivo geral:	Avaliar as medidas constantes no Plano de Ação.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 30/06/2022	Horas previstas:	800
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input checked="" type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica	Horas de execução:	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Horas correspondentes às reuniões referentes ao trabalho de consultoria a gestão do órgão e entidades do Sisema para elaboração de plano de ação quanto a recomendações do PNPC. Não houve diretrizes da AUGÉ para a execução do trabalho.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Fonte 95: Avaliação das despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais, conforme Resolução CGE nº 35/2020.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar as despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	1.600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 17/08/2022	<b>Horas de execução:</b>	2.400
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1995112	995112 - Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no segundo semestre de 2021 – Igam.		03/08/2022
1281845	1281836 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Feam.		11/08/2022
1281913	1281920 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – IEF.		16/08/2022
1995112	1285736 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Igam.		16/08/2022
1286277	1285468 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Semad.		17/08/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Avaliação da contratação de serviços e pessoal no âmbito do Sisema com recursos da fonte 95. Foram emitidos 4 (quatro) produtos referentes à avaliação de despesas com contratação de pessoal, e 1 (um) produto referente à contratação de serviços (Igam). O quantitativo de horas acima do planejado justificam-se pelo fato de a equipe do Nati estar em processo de amadurecimento, demandando mais tempo de execução, coordenação e supervisão dos trabalhos executados pela equipe.</p> <p>Processos SEI/IMG            1520.01.0009075/2022-13 - Feam            1520.01.0006211/2022-32 - IEF            1520.01.0003658/2021-96 - Igam            1520.01.0006095/2022-60 - Semad</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade.		
Objetivo geral:	Monitorar as medidas adotadas pela gestão, de acordo com os prazos definidos no trabalho de auditoria ou pactuados no Plano de Ação e da evolução da estrutura de controles internos do órgão/entidade.		
Previsão de execução:	01/06/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	1.600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/08/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	1000
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1306418	Relatório de Auditoria nº 1306418		07/12/2022
1381511	Relatório de Auditoria nº 1381503		23/12/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Horas contabilizadas no RACI referem-se a 2 (dois) relatórios emitidos, pela CSEC/Feam e CSEC/Igam. O relatório referente à CSET/Semad não foi concluído até 31/12/2022, e a previsão é que seja emitido no primeiro trimestre/2023. Horas: 400 - Feam; 400 - Igam; 200 - Semad (em execução).</p> <p>Feam: 1520.01.0010213/2022-36 Igam: 1520.01.0007649/2020-12</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	AVALIAÇÃO		
<b>Ação:</b>	Monitoramento dos Planos de Ação – RAIN.T.		
<b>Objetivo geral:</b>	Monitorar as medidas adotadas pela gestão, de acordo com os prazos definidos no trabalho de auditoria ou pactuados no Plano de Ação. O monitoramento das recomendações emitidas constitui etapa fundamental da auditoria, tendo em vista que um trabalho somente pode ser considerado encerrado após a implementação das recomendações pela unidade auditada.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	320
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	15/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	560
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1155286	Relatório de Atividades de Controle Interno nº 1256022	23/02/2022	
1268564	Relatório de Atividades de Controle Interno nº 1268559	25/07/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Horas executadas em 2022 referentes à emissão do RACI final do ano de 2021 e para emissão do RACI/RAINT parcial referente ao primeiro semestre de 2022. Apesar de emitido apenas 2 (dois) RACI/RAINT (final de 2021 e parcial de 2022) considerou-se a emissão de 4 (quatro) produtos, já que houve o monitoramento dos Planos de Ação pertinente à Semad, a Feam, ao IEF e ao Igam. Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.</p> <p>Processo SEI 1520.01.0007716/2021-43 – RACI/RAINT Final de 2021 Processo SEI 1520.01.0007994/2022-03 – RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA		
<b>Ação:</b>	Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGE nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020).		
<b>Objetivo geral:</b>	Prestar serviços de assessoria ao Dirigente Máximo ou serviços relacionados, cuja natureza e escopo são acordados com o cliente e destinam-se a agregar valor e melhorar os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle do órgão/entidade, sem que o auditor assuma responsabilidade de gestão. Exemplos: orientação, assessoria, facilitação e treinamento		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	580
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução/atividade continuada sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 25/01/2022	<b>Horas de execução:</b>	116
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1138986	Nota de Auditoria nº 1138994		25/01/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>A ação é sob demanda.</b></p> <p>Produto emitido no primeiro semestre de 2022 referente a: "Manifestação, a pedido da Alta Gestão do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Controladoria Seccional da autarquia acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo ex-Diretor-Presidente da mesma instituição".</p> <p>Não foram executadas todas as horas planejadas, em razão da ausência de demanda.</p> <p>Processo SEI 2240.01.0001283/2020-08.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	APURAÇÃO		
Ação:	Apuração preliminar de Denúncias e Representações.		
Objetivo geral:	Avaliar, preliminarmente, as denúncias recebidas diretamente pelo órgão/entidade ou demandadas pela CGE.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	37
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução/atividade continuada sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	14/02/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	65
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1242171	Nota de Auditoria nº 1242420	13/06/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria pela CSET Semad no primeiro semestre de 2022 – Nota de Auditoria nº 1242420 (horas gastas no primeiro semestre = 30 horas). E esteve em análise/elaboração, também pela CSET/Semad, 1 (uma) Nota de Auditoria, a qual foi encaminhada, por e-mail, à AUGÉ, para apreciação e, se for o caso, concordância (horas gastas no primeiro semestre = 35 horas). A CSET aguarda retorno para emissão, se for o caso, em 2023.</p> <p>Processo SEI 1520.01.0001847/2020-11, sei nº 48087487.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.		
Objetivo geral:	Avaliar e monitorar o acréscimo e a redução do passivo de prestação de contas na FEAM; bem como as medidas adotadas frente ao referido passivo, em apoio à Auditoria-Geral do Estado (AUGE/CGE-MG).		
Previsão de execução:	01/03/2022 a 31/10/2022	Horas previstas:	600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica – Substituída.	Horas de execução:	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Ação substituída por demanda extraordinária: Consultoria em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM		
<b>Objetivo geral:</b>	Aumentar e proteger o valor organizacional das instituições, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/07/2022	<b>Horas previstas:</b>	800
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Cancelada <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 14/02/2022. Ação Cancelada.	<b>Horas de execução:</b>	340
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Nota de Cancelamento	13/01/2023	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Trabalho piloto inicialmente a ser executado no âmbito da Semad e do Igam. Entretanto, logo no início, optou-se pela suspensão do trabalho no Igam, tendo em vista ausência de fluxo formal do processo no âmbito da autarquia.</p> <p>Em relação ao trabalho executado na Semad, a CSET emitiu nota de cancelamento, na fase de aplicação dos testes de auditoria, em função da baixa viabilidade de prosseguimento do trabalho e possibilidade da não consecução dos objetivos da aplicação da metodologia ABR no contexto das fases em que os Convênios de entrada se encontram. A decisão pelo cancelamento foi compartilhada com as áreas técnicas da AUGÉ, por meio de reunião realizada em 11/11/2022, pelos motivos a seguir: • Relevância da aplicação da metodologia para o atual contexto, uma vez que as mudanças nos processos e procedimentos, interferem significativamente na análise que está adstrita ao tempo dos atos; • Comprometimento da materialidade, com relação à instrução dos processos, insuficiência de elementos documentais e dificuldade de obtê-los, considerando a extinção dos órgãos das quais 83% dos os processos se originaram; • Restrição do escopo do trabalho, em razão do cabimento da aplicação das questões de auditoria conexas às fases de “identificação de oportunidades de captação de recursos” e de “formalização do instrumento”, em apenas 17% (dezesete por cento) do universo auditável; • Restrição do escopo do trabalho, em razão da inaplicabilidade das questões de auditoria conexas às fases “execução do objeto” e “prestação de contas” em 83% (oitenta e três por cento) dos do universo auditável.</p> <p>As horas computadas referem-se às reuniões relativas às fases de mapeamento das atividades e levantamento dos riscos, transição do trabalho (assumido pela CTSE designada), formulação de quesitos prévios à execução da matriz de planejamento, elaboração e organização dos papéis de trabalho para aplicação dos testes de auditoria, e tentativa de aplicação dos testes de auditoria.</p> <p>Processo Sei! MG nº 1520.01.0001846/2022-32, doc 58663039.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA -		
<b>Ação:</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad.		
<b>Objetivo geral:</b>	Realizar Consultoria (Facilitação) em Gerenciamento de Riscos do processo de formalização e fiscalização de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) – Semad, por meio de consultoria no levantamento de informações com os gestores, pretendendo identificar os possíveis riscos dos processos e eventuais fragilidades existentes nos controles, visando propor melhorias nos processos, em consonância à metodologia desenvolvida pela CGE.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/03/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	720
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução/temporariamente suspensa <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 02/02/2022. Ação em andamento / Recepcionada no PACI 2023	<b>Horas de execução:</b>	210
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	1154518 – Termo de Compromisso	Trabalho Sobrestado	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Inicialmente, o trabalho estava previsto para ser executado no primeiro semestre de 2022, reprogramado para o segundo semestre do corrente ano. Após isso, por solicitação da alta gestão da Semad (mediante memorando Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022, SEI nº 53427321), o trabalho foi transferido para o PACI/2023. As horas correspondem à execução do trabalho até 30/06/2022, especialmente em relação a horas de reuniões e horas de elaboração de proposta de Termo de Compromisso e Análise Preliminar do Objeto no âmbito da CSET/Semad e NATI/Sisema.</p> <p>Processo SEI/MG nº 1520.01.0001205/2022-73</p>			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental no âmbito do Sisema		
Objetivo geral:	Auxiliar a organização na identificação e avaliação dos riscos existentes no Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, bem como fornecer subsídios para elaboração pela Semad, Feam, IEF e Igam de um Plano de Ação para Gestão dos Riscos identificados.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/03/2022	Horas previstas:	400
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/03/2022	Horas de execução:	400
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1070579	Relatório de Auditoria nº 1070584	31/03/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Processo SEI 1520.01.0010756/2021-25.			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar a gestão da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas às funções de Agência de Bacia Hidrográfica.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	400
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.	<b>Horas de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		Data entrega
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação substituída por demanda extraordinária:</b> Consultoria em Gerenciamento de Riscos do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.</p> <p>A substituição da ação foi acordada em reunião específica entre a Controladora Seccional do IGAM e o Dirigente Máximo da Autarquia, o qual demandou da UAIG, com a devida urgência, de forma extraordinária, a realização do trabalho de gerenciamento de riscos da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba. Considerando que as horas/homem previstas no PACI SISEMA 2022 não suportariam recepcionar tal demanda da “nova” ação requisitada pela gestão (Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 85/2022 (ID: 46266161), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52).</p> <p>A ação foi demandada pelo Dirigente Máximo do IGAM – conforme Memorando.IGAM/GAB.nº 100/2022 (ID: 45925890), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52 –, em função do Termo Compromisso (Anexo ao processo nº 2240.01.0000297/2020-52) firmado pelo Ministério Público Estadual e a VALE S.A., com interveniência do Governo de Minas, por meio do IGAM e Secretaria de Estado de Saúde, no qual ficou consignado que haveria a transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, cabendo a VALE S.A. o custeio por 10 (dez) anos do programa. De acordo com o Dirigente Máximo do IGAM, desde a assinatura do Termo de Compromisso a equipe da Autarquia, com apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Advocacia-Geral do Estado (AGE), “vem envidando todos os esforços para dar cumprimento às responsabilidades assumidas no referido instrumento. No entanto, considerando a complexidade das ações envolvidas nesta transferência”, o gestor da Autarquia requisitou a “realização de uma atividade de auditoria com foco no Gerenciamento de Riscos do projeto, com ênfase naqueles considerados mais estratégicos”.</p> <p>Trata-se de consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do processo de Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, por meio do levantamento de informações com os gestores do IGAM, visando identificar possíveis riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos do processo, de modo a fornecer subsídios para elaboração pela gestão de um plano de ação para mitigação dos riscos identificados, em especial quanto aos riscos extremos e altos.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO					
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS</b>				
<b>Ação:</b>	Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados.				
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar as contas anuais do Dirigente Máximo do órgão/entidade, em observância ao art. 10 da Instrução Normativa TCMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.				
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/05/2022	<b>Horas previstas:</b>	350		
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO					
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária					
<b>Período de execução:</b>	15/03/2022 a 29/04/2022	<b>Horas de execução:</b>	350		
3 - PRODUTOS EMITIDOS					
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto				
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega			
1187998	Relatório de Auditoria nº 1188010 – SEMAD	27/04/2022			
1187998	Relatório de Auditoria nº 1188003 – FHIDRO	27/04/2022			
1179886	Relatório de Auditoria nº 1179886 – FEAM	12/04/2022			
1188786	Relatório de Auditoria nº 1188789 – IEF	29/04/2022			
1188450	Relatório de Auditoria nº 1188450 – IGAM	28/04/2022			
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO					
SEI 1520.01.0004582/2022-74 – SEMAD SEI 1520.01.0004581/2022-04 – FHIDRO SEI 1520.01.0004105/2022-52 – FEAM SEI 1520.01.0004667/2022-10 – IEF SEI 1520.01.0004234/2022-61 – IGAM					

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS</b>		
<b>Ação:</b>	Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar a tomada de contas especial para de julgamento pelo TCE-MG, em atendimento à IN nº 03/2013 do TCEMG e conforme as orientações contidas no Manual de Instruções sobre Tomada de Contas Especial.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	840
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	1448
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1156933	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1156934 – Portaria IEF nº 42/2021		28/02/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1156934 – Portaria IEF nº 42/2021		
1173555	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1173569 – Portaria IEF nº 85/2021		31/03/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1173569 – Portaria IEF nº 85/2021		
1207446	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1207496 – Resolução Semad nº 3.108/2021		31/05/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1207496 – Resolução Semad nº 3.108/2021		
1349068	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.122/2022		11/11/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.122/2022		
1385867	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.167/2022		28/12/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.167/2022		
1387153	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1387157 - Resolução Semad 3.155/2022		30/12/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1387157 - Resolução Semad 3.155/2022		
1365431	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1365461 - Portaria IEF nº 14/2022		29/11/2022
	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1365461 - Portaria IEF nº 14/2022		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			

Foram emitidos 7 (sete) Relatórios de Auditoria Sobre Tomada de Contas Especiais e respectivos Certificados, sendo, 4 (quatro) para a Semad e 3 (três) para o IEF, conforme relacionado a seguir. Foram planejadas 120 horas para cada produto emitido, entretanto, em razão da necessidade de maior tempo gasto com coordenação e supervisão dos trabalhos, foram gastas aproximadamente 150 horas por produto emitido. Foram consideradas, ainda, 398 horas referentes a 3 TCEs relativas ao IEF que, embora não tenham sido emitidos os relatórios em 2022, tiveram execução no exercício de 2022. Estas demandas serão finalizadas no primeiro trimestre de 2023.

1370.01.0042110/2021-43 – Portaria IEF nº 42/2021  
1370.01.0065230/2021-95 – Portaria IEF nº 85/2021  
1370.01.0065815/2021-14 – Resolução Semad nº 3.108/2021  
1370.01.0012475/2022-32 - Resolução Semad nº 3.122/2022  
1370.01.0012475/2022-32 - Resolução Semad nº 3.167/2022  
1370.01.0031214/2022-31 - Resolução Semad nº 3.155/2022  
1370.01.0011753/2022-29 - Portaria IEF nº 14/2022

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS		
<b>Ação:</b>	Monitoramento de recomendações.		
<b>Objetivo geral:</b>	Monitorar a implementação das recomendações e/ou orientações do trabalho de auditoria.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	280
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	420
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b></p> <p>Os Planos de ação monitorados estão consolidados no Apêndice III do RACI/RAINT Final do ano de 2021; e RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022.</p> <p>APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM</p> <p>a) Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad            b) Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam            c) Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF            d) Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam</p> <p>Processos:            1520.01.0007716/2021-43            1520.01.0007994/2022-03</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS		
<b>Ação:</b>	Apuração de benefícios.		
<b>Objetivo geral:</b>	Quantificar e registrar os benefícios decorrentes da atividade de auditoria interna, evidenciando os resultados dos trabalhos executados.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	112
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	202
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b></p> <p>Os Benefícios apurados estão consolidados no Apêndice VI do RACI/RAINT Final do ano de 2021; e RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022.</p> <p>APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM</p> <p>a) Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad b) Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam c) Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF d) Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF.		
Objetivo geral:	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo operacional dos autos de infração de competência do IEF, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/03/2022 a 11/07/2022	Horas de execução:	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1164892	1164819 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processamento dos Autos de Infração no âmbito do IEF		11/07/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação extraordinária.</b></p> <p>Substituição da ação: Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).</p> <p>Processo SEI/!MG nº 1520.01.0002649/2022-79.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos para elaboração de Plano Ação do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.		
Objetivo geral:	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos da Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	23/05/2022 a 11/11/2022	Horas de execução:	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1348794	Relatório nº 1348794 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processo de "Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba", ser executado no âmbito do IGAM.		11/11/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação extraordinária</b>, em substituição a ação "Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas".</p> <p>A ação foi demandada pelo Dirigente Máximo do IGAM – conforme Memorando.IGAM/GAB.nº 100/2022 (ID: 45925890), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52 –, em função do Termo Compromisso (Anexo ao processo nº 2240.01.0000297/2020-52) firmado pelo Ministério Público Estadual e a VALE S.A., com interveniência do Governo de Minas, por meio do IGAM e Secretaria de Estado de Saúde, no qual ficou consignado que haveria a transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, cabendo a VALE S.A. o custeio por 10 (dez) anos do programa. De acordo com o Dirigente Máximo do IGAM, desde a assinatura do Termo de Compromisso a equipe da Autarquia, com apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Advocacia-Geral do Estado (AGE), "vem envidando todos os esforços para dar cumprimento às responsabilidades assumidas no referido instrumento. No entanto, considerando a complexidade das ações envolvidas nesta transferência", o gestor da Autarquia requisitou a "realização de uma atividade de auditoria com foco no Gerenciamento de Riscos do projeto, com ênfase naqueles considerados mais estratégicos".</p> <p>Trata-se de consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do processo de Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, por meio do levantamento de informações com os gestores do IGAM, visando identificar possíveis riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos do processo, de modo a fornecer subsídios para elaboração pela gestão de um plano de ação para mitigação dos riscos identificados, em especial quanto aos riscos extremos e altos.</p> <p>Processo Sei! MG nº 1520.01.0005147/2022-48</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
<b>Ação:</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.		
<b>Objetivo geral:</b>	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.		
<b>Previsão de execução:</b>	Não se aplica.	<b>Horas previstas:</b>	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/08/2022	<b>Horas de execução:</b>	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1252580	1248498 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processamento dos Autos de Infração no âmbito da FEAM		31/08/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<b>Ação extraordinária.</b> Substituição da ação: Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam. Processo SEI/IMG nº 1520.01.0006761/2022-23			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	APURAÇÃO – DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES		
Ação:	Apuração de Denúncias e Representações.		
Objetivo geral:	Apurar as denúncias recebidas diretamente pelo órgão/entidade ou demandadas pela CGE.		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	26/08/2022 A 31/12/2022	Horas de execução:	350
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Referem-se à apuração, em conjunto pela CSET/Semad com o Nucad/Sisema, quanto a: a) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração; c) possíveis irregularidades no processo de Licenciamento da Tamisa Mineração. As horas computadas referem-se ao tempo aproximado gasto pela Controladora Setorial, em apoio ao Nucad, no exercício de 2022. Os relatórios conclusivos dos itens "a" e "b" estão em elaboração e serão emitidos em janeiro/2023. O item "c" está em fase de diligências e a previsão é de emissão do relatório conclusivo no primeiro trimestre de 2023.</p> <p>Processos SEI/IMG: 1520.01.0010275/2021-14 1520.01.0009901/2022-21 1520.01.0007150/2022-93</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).		
Objetivo geral:	Avaliar o fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/01/2022 a 21/01/2022	Horas de execução:	70
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1136988	1136988 - Nota de Auditoria		21/01/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<b>Ação extraordinária.</b>  Ação iniciada em 2021, concluída em janeiro/2022.  Processo SEI/IMG 1520.01.0003974/2021-03			

APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Verificar pertinência de se instituir normatização relativa à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no licenciamento ambiental de barragens no âmbito do Estado de Minas Gerais, bem como a criação de instrumentos de controle e verificação da autuação dos documentos nos processos, como a elaboração de check list, por exemplo;</p> <p>2) Proceder à sistematização/padronização do repasse de informações pertinentes à gestão de barragens de competência da Feam para a Semad no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, a fim de que estes não fiquem sem lastro documental;</p> <p>3) Efetuar os registros relativos ao acompanhamento das recomendações de auditorias técnicas de segurança realizadas em barragens de contenção de rejeitos/resíduos cadastradas no Banco de Declarações Ambientais (BDA);</p> <p>5) Esclarecer se houve realização de auditoria técnica de segurança na Barragem de Santarém no ano de 2007 – haja vista a ausência dos dados da declaração de estabilidade correspondente a este ano em documento encaminhado à UICI pela equipe Gerim/Feam (MEMO N. 139/2017/DGER/FEAM – anexo D) – e, caso a auditoria não tenha sido realizada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A;</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.0200.19, emitido em 18 de fevereiro de 2019, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.1431.17 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>7) Informar qual(is) a(s) providência(s) tomada(s) pela Feam, no que se refere à declaração de estabilidade da Barragem de Santarém pertinente ao ano de 2008, na qual a estabilidade não foi garantida pelo auditor;</p> <p>9) Esclarecer – e caso julgar necessário, realizar diligências junto ao empreendedor – se a data de inspeção realizada na Barragem de Santarém no ano de 2009, para fins de execução da auditoria técnica de segurança, correspondeu a 25/01/2008, uma vez que esta data também foi informada nos dados da declaração de condição de estabilidade pertinente ao ano de 2008;</p> <p>10) Ponderar acerca de se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Samarco nos casos de descumprimento ou cumprimento parcial de condicionantes exigidas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental do empreendimento Barragem de Santarém;</p> <p>13) Verificar a pertinência em se proceder à autuação da Samarco mediante possível falsa descrição de informações relevantes no âmbito do Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) do processo n. 015/1984/091/2012, no que se refere à necessidade de nova supressão/intervenção de vegetação na Barragem de Santarém, haja vista que, embora o empreendedor tenha negado no formulário que haveria necessidade de supressão/intervenção de vegetação, foi proposta a realização de alteamento na barragem no contexto do processo de revalidação de licença de operação;</p> <p>14) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já</p>	

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	implementadas pelo órgão estão sendo efetivas, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário);  17) Orientar a respeito da correta autuação e numeração de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente.	
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	4) Enviar à UICI comprovação de que houve apresentação pela Samarco de Declarações de Conformidade emitidas pelas Prefeituras Municipais de Ouro Preto e Mariana – haja vista a localização do empreendimento entre os dois municípios – no âmbito de processos de licenciamento ambiental pertinentes à Barragem de Santarém;	Recomendação 4: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: Em que pese não ter sido englobado, na amostra auditada pela UICI, nenhum processo administrativo pertinente especificamente à fase de Licença Prévia da Barragem de Santarém, tendo em vista o critério temporal utilizado para constituição da amostra, qual seja: processos formalizados entre 2004 a 2014, o cumprimento dos requisitos legais de tal fase predecessora é importante na concessão das fases posteriores, especialmente a etapa de Licença de Operação, consoante inciso III, art. 8º, Resolução Conama n. 237/1997. Em outras palavras, o efetivo cumprimento das exigências atinentes a Licenças Prévia e de Instalação é essencial para garantir a conformidade, legalidade e legitimidade dos processos referentes a Licenças de Operação e, por conseguinte, dos processos de Revalidação de Licença de Operação. Diante disso, considerou-se pertinente verificar se houve a apresentação pelo empreendedor “Samarco Mineração S/A” das Declarações de Conformidade emitidas pelas Prefeituras Municipais de Ouro Preto e Mariana referente ao licenciamento ambiental da Barragem de Santarém, ainda que seja um requisito legal exigido, e possivelmente apresentado, na fase de Licença Prévia (RAE nº 1370 0200.19).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	6) Elucidar se foi apresentada ao órgão ambiental pela Samarco, a Declaração de Condição de Estabilidade relativa ao ano de 2007 e, caso não tenha sido apresentada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A;	Recomendação 6: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: Em que pese a informação da Gerim/Feam (MEMO Nº 11/2018/DGER/FEAM) de que não foi encontrado, no processo técnico n. 15/1984, a Declaração de Condição de Estabilidade referente ao ano de 2007, não foram informadas as providências cabíveis a serem tomadas pela entidade. Ademais, não restou esclarecido se a auditoria técnica de segurança não foi, de fato realizada, e, por consequência, a respectiva Declaração de Condição de Estabilidade não foi apresentada à Feam pela Samarco Mineração S/A; ou se a auditoria foi realizada; e o documento referenciado foi apresentado à autarquia, porém teria desaparecido (RAE nº 1370 0200.19).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	8) Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança recomendados pelo auditor, pertinente ao primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem de Santarém encaminhado à Feam, em consonância ao ofício DIRIM n. 03/2006 (enviado à UICI anexo ao MEMO N. 139/2017/DGER/FEAM – anexo D);	Recomendação 8: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: não foram informadas as providências cabíveis tomadas ou a serem tomadas pela Feam, no que concerne à informação apresentada pela Gerim (MEMO Nº 11/2018/DGER/FEAM) de que não foi encontrada a documentação comprobatória de encaminhamento – na periodicidade determinada pela autarquia (OF./DIRIM/Circular/Nº 003/2006, de 26 de junho de 2006), qual seja: 06 meses – dos relatórios técnicos fotográficos das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança recomendados pelo auditor, pertinente ao primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem de Santarém (RAE nº 1370 0200.19).

Título da ação – SEMAD		
1	<p>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	11) Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;	<p>A recomendação 11 foi considerada como “não implementada – com justificativa”, uma vez que: em que pese o órgão ambiental ter se manifestado (MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018) no sentido de que não foi possível localizar o processo 0902101232/05, acrescido à ponderação de que o servidor responsável pela elaboração do parecer e o responsável pela assinatura do Termo de Compromisso não integrarem mais os quadros funcionais do IEF, não sendo, pois, possível que a entidade respondesse quais os critérios utilizados para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso nº 090500307/2007, frisa-se que a transferência de veículos para o patrimônio de órgãos e entidades estaduais como forma de compensação ambiental não encontra previsão legal. Assim sendo, cumpriu-nos destacar que a transferência de veículos para o patrimônio do IEF sem previsão legal, como forma de compensação ambiental pode configurar-se como descumprimento de normas e deveres funcionais, sendo passível de verificação quanto ao cabimento de instauração de procedimento administrativo correcional, a ser avaliado pela Corregedoria-Geral do Estado (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>



Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	12) Elucidar se houve exigência, por parte do órgão ambiental, e respectivo cumprimento pela Samarco, da adoção de medida compensatória, nos termos do art. 32, inciso II, Lei Federal n. 11.428/2006, uma vez constatada intervenção em vegetação pertencente ao Bioma Mata Atlântica, no contexto dos processos de licenciamento do alteamento da Barragem de Santarém;	<p>Recomendação 12: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Conforme já explanado acima, todo o Complexo Minerário de Germano está sujeito ao licenciamento de operação corretivo. Oportunamente, durante esta análise, serão verificados o pagamento ou constituição das obrigações de pagar e fazer relativas às compensações ambientais devidas. Nesse momento será realizado um levantamento de todas as compensações que já foram fixadas e pagas, de todas as compensações que foram fixadas e não pagas e de todas as compensações que ainda são devidas e, portanto, precisarão ser fixadas, aplicadas e pagas. Logo, forçoso entender que nesta alínea, não há que se falar em ausência de providências por parte das equipes do Sisema, posto que a recomendação será objeto de avaliação em momento oportuno, razão pela qual salientamos que existem medidas a serem implementadas pelo órgão ambiental” (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	15) Esclarecer se foi concluída a tramitação do FCEI n. 031604/2003, que teria sido arquivado na pasta técnica n. 234/1997 (empreendedor S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool – Filial Limeira do Oeste), para a pasta técnica n. 15/1984 pertinente ao empreendedor Samarco Mineração S.A., conforme solicitado por meio do MEMO.DGRD.SUGA.SEMAD.SISEMA n. 62/17;	<p>Recomendação 15: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Para fins de atendimento desta solicitação, tão somente para saneamento do processo, estamos encaminhando um e-mail para o setor responsável pelo arquivo dos processos antigos de licenciamento ambiental, cujo endereço eletrônico é: <a href="mailto:vitas@meioambiente.mg.gov.br">vitas@meioambiente.mg.gov.br</a>, cópia anexa. Tão logo tenhamos retorno do atendimento da demanda, enviaremos para conhecimento</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>deste GAB/Semad</i>”. Nesse contexto, realça-se que não foi identificada, pela equipe de auditoria, a cópia anexa ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159/2018, conforme informado (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	16) Corrigir a numeração dos processos n. 015/1984/040/2004, n. 015/1984/069/2009 e n. 015/1984/091/2012;	<p>A recomendação 16 foi considerada como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Os processos nº 15/1984/040/2004 e nº 15/1984/069/2009 foram enviados à SUPRAM CM para realização desse saneamento, através do MEMO.GAB.IEF.SISEMA nº 332/2018 para adoção das providências cabíveis. O processo nº 15/1984/091/2012 será encaminhado amanhã, também para SUPRAM CM, através do MEMO.GAB.IEF.SISEMA nº 357/2018, para adoção das providências cabíveis. Ressaltamos que esse Memorando solicita de forma expressa a equipe da SUPRAM CM o saneamento dos processos, para cumprimento da recomendação da equipe UICI, ressaltando a necessidade de atuar corretamente a numeração das páginas do processo”. Além disso, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 (documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43), a Semad solicitou dilação de prazo para manifestação.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em</p>

Título da ação – SEMAD		
1	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1431.17</b> Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações implementadas</b>	<p>1) Verificar pertinência em instituir normatização (Resolução Conjunta, por exemplo) acerca da obrigatoriedade da Feam comunicar à Semad, no âmbito da análise dos processos de licenciamento ambiental de barragens, quando forem constatadas irregularidades ou incompletude na documentação inerente ao programa de gestão de barragens gerido pela Fundação, no intuito de evitar ou minimizar que licenças ambientais sejam deferidas sem que haja o conhecimento de possíveis impactos decorrentes de falhas detectadas pela gestão de barragens, para os quais poderiam ter sido formulados potenciais atos mitigadores em momento oportuno, durante análise do processo;</p> <p>2) Caso seja considerada não pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo que possa evitar ou minimizar que licenças ambientais sejam deferidas, no âmbito da Semad, sem que haja o conhecimento de possíveis impactos decorrentes de irregularidades ou</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370 0199.19, emitido em 18 de fevereiro de 2019, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 160/2018, de 06/11/2018, e MEMO Nº 078/2018/GERIM/DGER/FEAM, de 26/10/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0221.18 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).</p>

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>incompletude de documentação inerentes ao programa de gestão de barragens gerido pela Feam;</p> <p>6) Esclarecer se foi feita vistoria no empreendimento Barragem de Fundão em momento posterior à emissão do Auto de Fiscalização n. 49081/2014, de 09/10/2014, com o intuito de identificar/acompanhar se houve o saneamento das constatações detectadas no referido auto.</p> <p>7) Propor mecanismo de controle eficaz quanto à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no licenciamento ambiental de barragens no âmbito do Estado de Minas Gerais, de modo a evitar ou, pelo menos, minimizar que processos sejam encaminhados à instância decisória estando instruídos de forma parcial/incompleta, ou seja, restando ausente documentação instituída por normativos legais;</p> <p>8) Abracar na proposta (descrita no MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017) relacionada à efetivação de consulta à equipe de gestão de barragens da Feam quanto à existência de declaração no cadastro BDA, a averiguação quanto à completude dos dados inerentes ao formulário de cadastro da barragem; à realização das auditorias periódicas de segurança; à apresentação de cópia do primeiro relatório de auditoria; à verificação da implantação das recomendações apontadas no primeiro relatório de auditoria de segurança; às declarações de condição de estabilidade; à realização de auditoria técnica de segurança na barragem, quando da ocorrência de qualquer tipo de evento imprevisto na operação ou quando houver alteração programada nas características das estruturas da barragem; bem como demais dados que julgar pertinente;</p> <p>9) Verificar pertinência em instituir normatização (Nota Orientativa, Instrução de Serviço, etc.) acerca da autuação dos documentos relativos à gestão de barragens (ou, no mínimo, dos dados extraídos a partir da consulta à Feam de que dispõe o item anterior) nos processos administrativos de licenciamento</p>	

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>ambiental, a fim de resguardar o lastro documental e de informações pertinentes;</p> <p>10) Caso seja considerada não pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo que objetive resguardar o lastro documental e de informações relevantes à gestão de barragens no âmbito dos processos administrativos de licenciamento ambiental de barragens;</p> <p>11) Proceder, no âmbito do Licenciamento Ambiental Corretivo do Complexo Minerário de Germano, PA COPAM 15/1984/107/2017, à revisão quanto à avaliação do cumprimento das condicionantes impostas nos processos de licenciamento ambiental da Barragem de Fundão (015/1984/054/2006 – LP n. 006/2007; 015/1984/061/2007 – LI n. 068/2007; 015/1984/066/2008 – LO n. 230/2008 e LO n. 526/2011; 015/1984/093/2012 – LP+LI n. 197/2013; 015/1984/095/2013 – REVLO n. 168/2013; 015/1984/100/2013 – LP+LI n. 019/2015);</p> <p>12) Lavar auto de infração em desfavor da Samarco, nos casos de detecção de descumprimento ou cumprimento parcial de condicionantes, no âmbito da revisão de que dispõe o item anterior;</p> <p>13) Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, Instrução de Serviço, etc.) acerca da realização de consultas a órgãos federais – como IBAMA, ICMBio, Iphan, dentre outros – no intuito de colaborar para avaliação do cumprimento de condicionantes, impostas no âmbito do licenciamento ambiental de barragens no Estado de Minas Gerais, que estejam relacionadas a anuências, bem como demais atos autorizativos, emitidas por tais órgãos federais;</p> <p>14) Caso a Semad considere não ser pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo para efetivar a avaliação do cumprimento de condicionantes, impostas no âmbito do licenciamento</p>	

Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>ambiental de barragens no Estado de Minas Gerais, que estejam relacionadas a anuências, bem como demais atos autorizativos pertinentes ao licenciamento ambiental da barragem, emitidas por órgãos federais;</p> <p>15) Promover consulta à Samarco Mineração S.A. – conforme proposto pela Semad no âmbito da manifestação às medidas saneadoras d), j), k) e m), via memorando SUPPRI n. 156/17, encaminhado anexo ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017 – no intuito de proceder à avaliação do cumprimento das seguintes condicionantes: 1. Condicionante n. 03 da LI n. 068/2007 (PA n. 015/1984/061/2007); 2. Condicionantes n. 04 e n. 05 da LO n. 526/2011 (PA n. 015/1984/066/2008); 3. Condicionante n. 06 da LO n. 526/2011 (PA n. 015/1984/066/2008); 4. Condicionante n. 03 da LP+LI n. 197/2013 (PA n. 015/1984/093/2012).</p> <p>16) Proceder à juntada aos autos do processo PA Copam n. 15/1984/061/2007, da documentação pertinente à apresentação, pela Samarco, do “Manual de Operação do Sistema da Barragem de Fundão”, conforme proposição feita pela Semad no âmbito da manifestação acerca da constatação 3, proposta de medida saneadora b) do “Mapa de Constatações”, expressa no MEMORANDO SUPPRI n. 156/17 – encaminhado à UICI anexo ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017;</p> <p>17) Esclarecer acerca de quais evidências e critérios embasaram a afirmação, feita no Parecer Único emitido pela Supram ZM em 11/09/2008 – pertinente ao processo n. 015/1984/066/2008 – de que a condicionante n. 02 da LI n. 068/2007 foi cumprida, haja vista indícios de que a auditoria técnica de segurança foi realizada após a emissão do referido Parecer Único.</p> <p>18) Informar à UICI o resultado da avaliação procedida pela Suafi acerca da divergência entre os valores constantes no FOBI n. 078685/2005 (R\$ 41.716,26) e no FOBI n. 078685/2005 A (R\$ 62.124,46), concernente aos</p>	

Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>custos de análise do processo n. 015/1984/054/2006, bem como se houve cobrança de valores à Samarco nos termos da Resolução Semad n. 288/2004;</p> <p>19) Demonstrar à UICI as providências cabíveis tomadas pelo órgão quanto ao resultado da avaliação de que se trata o item anterior (caso seja pertinente);</p> <p>21) Averiguar, no âmbito do processo de licenciamento corretivo do Complexo Minerário de Germano (PA n. 015/1984/107/2017), se houve solicitação de EIA/RIMA no decorrer do processo n. 015/1984/089/2012 – mediante necessidade de supressão de vegetação pertencente ao bioma mata atlântica para implantação do projeto “Novo Extravasor da Barragem de Fundão” – e, sendo confirmada a ausência de solicitação, ponderar acerca dos potenciais impactos ambientais decorrentes da ausência de apresentação do estudo e respectivo relatório, bem como propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias, sendo pertinente;</p> <p>25) Esclarecer e comprovar se as análises feitas pelo Sisema especificamente no tocante às modificações estruturais – alteamentos – propostas na Barragem de Fundão no âmbito dos processos n. 015/1984/066/2008 e 015/1984/095/2013, especialmente no que concerne aos impactos ambientais ocasionados por tais modificações, foram incluídas nas planilhas de custo de cada um dos processos.</p> <p>26) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já implementadas pelo órgão estão sendo eficazes, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário);</p>	



Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	28) Instituir orientação a respeito da correta autuação e paginação de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente.	
<b>Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação</b>	3) Esclarecer se foi realizado pela Feam o acompanhamento das recomendações propostas especificamente no primeiro Relatório de Auditoria de Segurança da Barragem de Fundão, nos termos do §1º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005. Enviar comprovação à UICI; 4) Elucidar se houve solicitação à Samarco para realização de Auditoria de Segurança especificamente quando da realização de obras de alteamento – §2º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005 (item 1.2.5.2). Enviar comprovação à UICI; 5) Caso tenha havido a solicitação de que dispõe o item anterior, informar se Samarco apresentou o Relatório de Auditoria de Segurança no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da solicitação;	As recomendações 3, 4 e 5: foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas”, uma vez que: Em que pese ter sido informado pela Feam de que a primeira auditoria do Dique 1 (futura Barragem de Fundão) teria sido realizada em 2009, existe evidência de que, na verdade, a primeira auditoria foi realizada no ano de 2008, qual seja: “Declaração de Condição de Estabilidade”6, na qual consta que o relatório de auditoria teria sido emitido em 14/11/2008. Além dessa declaração emitida em 2008, visualizou-se a emissão de “Declarações de Condição de Estabilidade” referentes aos anos 2009 a 2015. Ademais, no auto de fiscalização 22.555, de 14 de setembro de 2010, discorreu-se apenas quanto à conclusão do auditor técnico de segurança em relação à estabilidade da estrutura denominada Dique 1. Não constam no referido auto, anexo ao MEMO Gerim 139/2017, evidências de que houve o acompanhamento pela Feam quanto à implementação da recomendação imposta na auditoria realizada em 2008 (observada na Declaração de Condição de Estabilidade daquele ano), qual seja: “Reavaliação anual do sistema hídrico (executado em SET/2009)”. Tampouco consta registrado, no aludido auto de fiscalização, o acompanhamento de implementação de quaisquer outras recomendações de auditoria estabelecidas por meio dos relatórios de auditoria emitidos nos anos de 2009 e/ou 2010. Assim sendo, considerou-se não implementada a recomendação “a”, uma vez que não se demonstrou comprovada a realização de acompanhamento das recomendações propostas especificamente no primeiro Relatório de Auditoria de Segurança da Barragem de Fundão, em possível inobservância ao §1º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005. Em relação às recomendações “b” e “c”, não restou esclarecido no Memo Gerim n. 139/2017 se houve solicitação à Samarco de realização de Auditoria Técnica de Segurança especificamente quando da realização de alterações programadas nas características da estrutura da Barragem, como quando da realização de alteamentos, já que foi mencionado



Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>quanto à realização das auditorias periódicas de segurança (anuais, no caso de Barragens Classe III, como a de Fundão), evidenciadas por meio da inserção das declarações de condições de estabilidade anualmente – 2008 a 2015 – no BDA, não havendo menção especificamente quanto às auditorias relativas às modificações estruturais. Além disso, ainda que as auditorias de segurança da Barragem de Fundão tenham sido efetivadas de forma global, aquelas em que houve a inclusão da avaliação de eventuais alterações estruturais deveriam ter sido solicitadas e encaminhadas à Feam, no prazo de 120 dias, para atendimento à norma instituída pelo Copam.</p> <p>Diante do exposto, dada a ausência de evidências de que houve solicitação de realização de auditorias técnicas de segurança especificamente quando da realização de alterações programadas da estrutura da Barragem de Fundão; e, por conseguinte, a ausência de encaminhamento pela Samarco à Feam do respectivo relatório, classificou-se as recomendações “b” e “c” como não implementadas. (RAE nº 1370 0199.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	20) Rever a classificação do empreendimento Barragem de Fundão no âmbito do processo de revalidação da licença de operação (REVLO) – PA n. 015/1984/095/2013 – e, sendo pertinente, promover medidas de ressarcimento quanto à diferença de R\$ 8.282,52 (oito mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) detectada entre os valores do custo de análise do processo de REVLO de um empreendimento classe 6 (R\$ 30.369,27) e de um empreendimento classe 5 (R\$ 22.086,75);	A recomendação 20 foi considerada “não implementada – com medidas em curso”, uma vez que após avaliação pela gestão, consoante RAE 13720.0199.19 e complementação via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, foi gerado um Documento de Arrecadação Estadual (DAE) no valor de R\$ 9.514,75 (nove mil, quinhentos e catorze reais e setenta e cinco centavos), o qual foi encaminhado para pagamento pelo empreendedor, através do e-mail (ruthilene.santana@samarco.com), referente ao PA n. 015/1984/095/2013. Foi

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		informado, ainda que: “Posteriormente ao pagamento o Siam será atualizado” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	22) Informar à UICI o resultado da avaliação procedida pela Supram CM acerca da divergência quanto ao tipo de licença descrito nos DAEs autuados no processo n. 015/1984/089/2012 – LI (LP+LI) ou LI (LP+LI) com EIA/RIMA – bem como da inclusão de custo do parecer emitido por técnicos especialistas na planilha de custos desse mesmo processo;  23) Demonstrar à UICI as providências cabíveis tomadas pelo órgão quanto ao resultado da avaliação de que se trata o item anterior (caso seja pertinente);  24) Verificar a pertinência em se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Samarco, perante potencial falsa descrição de informações no âmbito do FCEI do processo n. 015/1984/095/2013, no que concerne à classificação do empreendimento;	As recomendações 22, 23 e 24: foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas – com medidas em curso”, uma vez que, conforme manifestação da Semad atualizada por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021. Em relação à recomendação 22: “Foi solicitado pela Suram a apuração das emissões das taxas pela Supram ZM, uma vez que conforme descrito acima não foi possível elucidar a questão. Assim que houver retorno pela regional a Suram irá encaminhar resposta complementar. Sugerimos atualização do SIAM após apuração, pois constam dados pagos desatualizados referente ao FOB 613461/2011 A:” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021). No que concerne à recomendação 23: “A demanda foi encaminhada à Supram ZM, para verificação conforme já sugerido no ID 13. Assim que houver retorno pela regional a Suram irá encaminhar resposta complementar” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021). Referente à recomendação 24: “Consta no FCEI (R367507/2013) a classificação da barragem como classe II, o que caracterizou o processo 00015/1984/095/2013 como classe 5. No entanto, conforme descrito anteriormente, em todas as licenças referente a barragem de fundão, especialmente a LP onde houve análise do EIA, a barragem é classificada como classe III, o que coloca o processo de licenciamento como classe 6. Quanto a autuação mencionada na recomendação será dado encaminhamento pela Supram CM a elaboração de auto de fiscalização e infração, visto que a informação prestada pela empresa em 2013 está em desconformidade com as

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		licenças prévias, instalação e operação emitidas anteriormente e gerou a classificação errônea do empreendimento no processo de renovação, conforme já demonstrado no ID 11” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	27) Corrigir a numeração dos processos de licenciamento ambiental do empreendimento Barragem de Fundão;	A recomendação 27: foi classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, uma vez que, conforme manifestação da Semad atualizada por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, foi solicitada dilação de prazo para manifestação.  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Solicitar ao empreendedor a apresentação dos documentos ausentes nos processos de licenciamento ambiental, caso ainda não tenham sido apresentados, a saber: 1. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “b”, “c”, “e” e “h” da DN COPAM nº 62/2002 nos processos Processo COPAM nº 015/1984/051/2005, Processo COPAM nº 015/1984/071/2009, Processo COPAM nº 015/1984/079/2010, conforme item 1.2.1 – constatação 1 (apêndice II); 2. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “d”, “f”, e “g” da DN COPAM nº 62/2002, no Processo COPAM nº 015/1984/065/2008, conforme item 1.2.2 – constatação 1 (apêndice II); 3. Os documentos previstos no art. 4º, alínea “a” da DN COPAM nº 62/2002, nos Processos COPAM nº 015/1984/071/2009 e nº 015/1984/079/2010, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II); 4. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “d”, “f” e “g” da DN COPAM nº 62/2002, nos Processos nº 015/1984/051/2011 e nº 015/1984/088/2012, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II); 5. Os documentos previstos no art. 8º, § 2º, da DN COPAM nº 87/2005, nos Processos nº 015/1984/071/2009 e nº 015/1984/079/2010, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II).</p> <p>2) Para aqueles documentos que já foram apresentados pelo empreendedor (de que se trata a recomendação 3.1), promover a autuação destes nos respectivos processos e encaminhar comprovação à UICI;</p> <p>3) Providenciar a autuação da documentação comprobatória (estudos, relatórios, Anotações de Responsabilidade Técnica e demais documentos devidos) – ainda ausente nos processos – do cumprimento das respectivas condicionantes impostas nos processos administrativos de licenciamento ambiental da Barragem de Germano;</p> <p>4) Manifestar-se pelas razões de não autuação do empreendedor pelo descumprimento de condicionantes, conforme rege o Decreto nº 44.844/2008 (art. 83, anexo I, código 105), e, se for o caso, proceder à autotutela;</p> <p>5) Apresentar à Unidade de Controle Interno as providências que foram tomadas diante das inconformidades constatadas no Parecer Único 27/2016, a saber: 1. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 2 da REVLO nº 213/2013 – Processo COPAM nº</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.1346.18, emitido em 19 de outubro de 2018, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 141/2018, de 25/09/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0747.17 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).</p>

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>015/1984/097/2013; 2. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 1 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007; 3. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 5 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007; 4. Relativas ao cumprimento da Condicionante nº 6 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007;</p> <p>6) Justificar a emissão de certificado da LO n. 198/2012 (PA n. 015/1984/088/2012) constando concessão da Licença de Operação sem condicionantes (fl. 117), uma vez que: 1. No documento de “Decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental” – 56ª Reunião Ordinária, 27/08/2012, URC Rio das Velhas, consta o deferimento da licença de operação solicitada via processo n. 015/1984/088/2012, com condicionantes (fl. 114); 2. Publicação no Diário Oficial do Estado em 29/08/2012 acerca da concessão com condicionantes do processo n. 015/1984/088/2012 (fl. 116); 3. Ofício GGMA n. 066/2015 – refere-se à apresentação pela Samarco do cumprimento da condicionante n. 06 do PA Copam n. 015/1984/088/2012, LO 198/2012 (fl. 123);</p> <p>7) Haja vista decisão do Copam por meio da 56ª Reunião Ordinária, 27/08/2012, URC Rio das Velhas, bem como publicação no Diário Oficial do Estado em 29/08/2012, informar quais as condicionantes impostas na Licença de Operação n. 198/2012, Processo Copam n. 015/1984/088/2012, bem como demonstrar se foi procedida à verificação do cumprimento de tais condicionantes;</p> <p>8) Implementar medidas que visem garantir o cumprimento do prazo de análise dos processos de licenciamento ambiental em tempo razoável, de acordo com a legislação - Resolução CONAMA nº 237/1997, art. 14; Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 11;</p> <p>10) Instituir procedimento padrão, de acordo com a legislação pertinente, para autuação dos processos administrativos de licenciamento ambiental;</p> <p>11) Providenciar a autuação das Anotações de Responsabilidade Técnica dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios que ainda não foram autuadas, consoante apêndice III;</p>	

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>12) Esclarecer a divergência do prazo de validade da Anotação de Responsabilidade Técnica nº W 5676, em nome do técnico químico Jucélio Fraga Bruzzi, consoante anexo I;</p> <p>13) Manifestar quanto à possibilidade de correção da classificação do empreendimento – Alteamento dos Diques de Tulipa e da Sela (processos 015/1984/051/2005, 015/1984/065/2008 e 015/1984/097/2013), em consonância com a DN COPAM nº 74/2004 e a DN COPAM nº 62/2002;</p> <p>14) Caso a classificação do empreendimento (de que se trata a recomendação 3.13), conforme a Deliberação Normativa nº 74/2004, seja classe 6, manifestar-se quanto às possíveis medidas de autotutela, e, se for o caso, de autuação do empreendedor;</p> <p>17) Manifestar-se quanto à possibilidade de proceder a autuação do empreendedor à vista do pagamento a menor dos custos processuais do Processo COPAM nº 015/1984/088/2012 – pagamento de R\$ 5.714,59 ao invés de R\$ 8.354,02;</p> <p>18) Manifestar acerca da concessão da licença de operação no âmbito do Processo COPAM nº 015/1984/088/2012 em momento anterior ao pagamento dos custos de análise;</p> <p>19) Manifestar quanto a não exigência de Licenciamento próprio para a implantação do Túnel de Drenagem, bem como, quanto às possíveis medidas de autotutela;</p> <p>20) Manifestar quanto à intempestividade para o cadastro no Dique da Selinha no Banco de Declarações Ambientais – BDA;</p> <p>21) Manifestar acerca da concessão de licença de instalação sem a existência de licença prévia;</p> <p>22) Manifestar quanto a não integralização dos processos de licenciamento ambiental, de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de autorização para exploração florestal – APEF;</p>	

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	23) Apresentar os dados da declaração de condição de estabilidade referente ao ano de 2007;  24) Manifestar acerca da ausência de registro, no Banco de Declarações Ambientais – BDA, do acompanhamento da implantação das recomendações dos relatórios de Auditoria Técnica de Segurança.	
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	9) Providenciar a correção da numeração dos processos administrativos listados na Constatação 4 (apêndice II) conforme preceitua a Lei Estadual nº 14.184/2002;	A recomendação 9 foi classificada como “não implementada, com medidas em curso”. A este respeito, frisa-se que, em atualização à sua manifestação, a Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, solicitou dilação de prazo para resposta relativa à recomendação.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	15) Apresentar o cálculo, bem como o respectivo embasamento legal, do custo de análise do Processo COPAM nº 015/1984/063/2007;  16) Apresentar comprovação do pagamento do custo de análise do EIA/RIMA referente à implantação do Túnel de Drenagem de Água Pluvial (Processo COPAM nº 015/1984/063/2007);	As recomendações 15 e 16 foram classificadas como “não implementadas, com medidas em curso”, já que, consoante Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021: “Efetuando a atualização do valor remanescente na planilha de débitos, no período da emissão do parecer único 25/11/2008 a 20/10/2021, resta o valor a pagar de R\$ 94.856,41. DAE gerado no valor de R\$ 94.856,41 e encaminhado para pagamento pelo empreendedor, através do e-mail (ruthilene.santana@samarco.com). PA n. 015/1984/063/2007. Posteriormente ao pagamento, o Siam será atualizado. Ressalta-se que não foi identificado Estudo de Impacto Ambiental no processo de renovação, motivo pelo qual não foi incluído custo de análise do EIA/RIMA” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).



Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Promover a autuação no PA n. 00022/1995/063/2013 de todos os documentos referentes aos protocolos registrados no Siam, cuja respectiva documentação não foi identificada no processo físico (protocolos descritos na tabela 1 – constatação 1);</p> <p>2) Enviar à UICI – para conhecimento do teor e verificação de aderência à legislação pertinente ao licenciamento ambiental – os documentos referentes aos protocolos registrados no Siam, cuja respectiva documentação não foi identificada no processo físico, especialmente os documentos digitalizados que não puderam ser visualizados no Siam, bem como os que ainda não foram digitalizados, conforme tabela 1 – constatação 1.</p> <p>3) Promover a inserção no Siam dos documentos autuados no processo físico, porém ainda não registrados no sistema, consoante tabela 2 – constatação 1; e informar à UICI os respectivos números de protocolo.</p> <p>4) Informar o número de protocolo de registro no Siam dos documentos referenciados na tabela 3 – constatação 1;</p> <p>5) Caso os documentos de que dispõe o item anterior (recomendação “3.4”) não tenham sido inseridos no Siam, promover o devido registro no sistema.</p> <p>6) Digitalizar os documentos correspondentes a números de protocolo registrados no Siam para os quais o status no sistema consta “NÃO DIGITALIZADO” ou “RECEBIDO – AGUARDANDO DIGITALIZAÇÃO”;</p> <p>7) Verificar (e sendo pertinente, corrigir) se há erros de disponibilidade de acesso aos documentos referentes aos números de protocolo registrados no Siam para os quais o status consta “DIGITALIZADO”, já que não foi possível visualizar alguns destes documentos, conforme referenciado nas tabelas 1 e 4 com o caractere “&amp;” – constatação 1.</p> <p>8) Solicitar ao empreendedor – Vale S/A – as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes aos coordenadores técnicos responsáveis pela elaboração do “Relatório de Caracterização da Galeria MDIR_0035”, conforme tabela 6 (constatação 2), já que não se identificou, no processo, nenhuma ART pertinente a este estudo. Caso as ART já tenham sido apresentadas, promover a autuação no PA n. 00022/1995/063/2013.</p> <p>9) Anexar ao PA n. 00022/1995/063/2013 as cópias em mídia digital do processo, conforme informado na manifestação emitida pela equipe multidisciplinar (fls. 2385-2390 – Protocolo Siam n. 0828842/2017) – referente ao item 2.3 - “Cópia digital do processo” – constatação 2.</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.1219.18, emitido em 21 de setembro de 2018, após manifestação do Sisema via MEMORANDO SUPPRI Nº 85, de 19/07/2018, e, complementarmente, por meio de nova manifestação da Semad, via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43, todas as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0654.18 foram classificadas como implementadas.</p>



Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>10) Relativo às “atas, transcrições e vídeos das audiências públicas” (item 2.4, constatação 2), anexar ao PA n. 00022/1995/063/2013 as cópias dos arquivos de áudio e vídeo das audiências, conforme proposto na manifestação emitida pela equipe multidisciplinar (fls. 2385-2390 – Protocolo Siam n. 0828842/2017).</p> <p>11) Como órgão membro do GCPPDES – consoante Regimento Interno publicado em 04/04/2017 (art. 2º, inciso IV) e Decreto Estadual n. 47.401/2018 (art. 3º) – apresentar os critérios utilizados para embasamento e respaldo da deliberação de prioridade do processo n. 00022/1995/063/2013, bem como dos demais processos deliberados como prioritários no mesmo ato datado de 10 de janeiro de 2017 (anexo II), quais sejam PA n. 06452/2012/001/2013; PA n. 00211/1991/072/2016; PA n. 118/2000/030/2013; PA n. 00245/2004/050/2015; PA n. 312/1996/045/2015; PA n. 29527/2011/001/2012; PA n. 00182/1987/101/2015 (todos do empreendedor Vale S/A). Recomenda-se que os critérios constem instruídos em cada processo deliberado como prioritário. Enviar comprovação à UICI;</p> <p>12) Caso julgar necessário e pertinente, indicar técnico que possa contribuir para os esclarecimentos recomendados no item anterior (recomendação “3.11”), consoante inciso VI, art. 9º, do Regimento Interno do GCPPDES publicado em 04 de abril de 2017;</p> <p>13) Avaliar pertinência de proceder à apresentação ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) dos critérios utilizados pelo GCPPDES para embasamento e respaldo da deliberação de prioridade do processo n. 00022/1995/063/2013, na tentativa de elucidar questionamentos efetuados no âmbito do Relatório de Vistas do processo emitido pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC.CBH) apresentado à Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI) do Copam;</p> <p>14) Em atenção ao princípio da publicidade e à Lei Estadual n. 15.971/2006 ; considerando a Semad como órgão membro do GCPPDES; bem como considerando a atribuição instituída no inciso IV , art. 9º, do Regimento Interno do GCPPDES – verificar pertinência em propor que seja dada a devida publicidade aos atos do GCPPDES de deliberação de prioridade e relevância de atividades ou empreendimentos, de modo a assegurar à Sociedade o acesso à informação de quais processos estão sendo julgados e analisados como prioritários.</p> <p>15) Proceder à emissão de DAE, a ser encaminhado ao empreendedor, no valor correspondente à diferença entre o custo total de análise do processo n. 00022/1995/063/2013 e o valor já pago pelo empreendedor, considerando-se, para tanto, a atualização da planilha de custos, nos termos do §1º, artigo 5º, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM n. 2125/2014, bem como a finalização do processo no ano de 2017;</p>	

Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	16) Instruir o processo n. 00022/1995/063/2013 com o comprovante de pagamento do DAE – de que se trata o item anterior (recomendação “3.15”). Enviar comprovação à UICI.  17) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já implementadas pelo órgão estão sendo eficazes, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário).  18) Corrigir a numeração do processo n. 00022/1995/063/2013.  19) Diligenciar à ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos – a instituição de orientação a respeito da correta autuação e paginação de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente;  20) Apresentar aos servidores do Sisema, especialmente aqueles responsáveis pela análise dos processos administrativos de licenciamento ambiental, a orientação normativa de que dispõe o item anterior (recomendação “3.19”).	
Recomendações não implementadas	Não se identificou recomendações não implementadas.	Monitoramento concluído. Efetividade e benefícios de auditoria apurados.

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>Recomendação 4) Instituir normativo que torne obrigatória a comunicação por servidores do Sisema à Prefeitura (s) do (s) município (s) em que o empreendimento estiver localizado, quando detectados indícios de comprometimento estrutural de barragens de rejeito, para que adotem as providências consideradas cabíveis (...);</p> <p>Recomendação 15) Promover medidas de ressarcimento acerca do valor cobrado a menor (valor histórico de R\$ 48.984,12, quarenta e oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referente à cobrança de custos de LP e LI em inobservância ao disposto no Decreto Estadual n. 44.309/2006 (art. 17), quando da formalização do processo de licenciamento de operação corretivo (PA 00245/2004/041/2008);</p> <p>Recomendação 16) Elaborar planilha contemplando cálculo dos custos efetivamente gastos para análise do PA 00245/2004/041/2008, multiplicados por 3 (três). Caso o valor calculado na planilha seja superior ao valor que deveria ter sido cobrado quando da formalização do processo (R\$ 65.382,02), promover medidas de ressarcimento ao órgão ambiental quanto ao valor adicional mensurado;</p> <p>Recomendação 17) Recomenda-se que o órgão ambiental adote providências, em consonância à Lei Estadual n. 19.420, de 11/01/2011 (estabelece a política estadual de arquivos) e instrumentos normativos correlatos, em prol do aprimoramento da guarda, tramitação e gestão de documentos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, de modo a evitar o desaparecimento de arquivos;</p>	<p>Mediante trabalho de auditoria realizado, a Semad apresentou Plano de Ação em 19/10/2019 (documento 8404375, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25, contendo as medidas a serem implementadas no que tange às recomendações propostas no Relatório de Auditoria 1370.1239.19.</p> <p>Em 31/03/2021 e em 03/03/2022, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 149/2021 (documento 26111033, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/GAB.nº 211/2022 (documento 42890083, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), respectivamente, o Plano de Ação foi atualizado pela Gestão da Semad, contendo a descrição das ações já implementadas e daquelas ainda em implementação.</p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>Recomendação 18) Verificar a pertinência em se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Vale S/A, devido à falta de cumprimento das condicionantes;</p> <p>Recomendação 20) Incluir, no novo sistema a ser desenvolvido pela Semad (Sistema de Licenciamento Ambiental), ferramentas que propiciem o acompanhamento/monitoramento quanto ao atendimento tempestivo das informações complementares (...);</p> <p>Recomendação 21) Caso não seja possível a implementação da melhoria no Siam, sugerida no item anterior, recomenda-se verificar viabilidade em criar novo sistema informatizado para gestão de processos de licenciamento ambiental; monitoramento e controle das informações complementares, dentre outras informações constantes no processo (...);</p> <p>Recomendação 22) Realizar tratativas junto à Seplag quanto à viabilidade de que os processos de licenciamento ambiental deliberados como relevantes e analisados de forma prioritária sejam instruídos com os critérios em que o empreendimento/atividade foi enquadrado para tal deliberação, bem como seja dada a devida publicidade;</p> <p>Recomendação 23) Promover publicação, independente de solicitação, de lista contemplando os processos de licenciamento ambiental que foram ou estão sendo analisados de forma prioritária no âmbito da Suppri (...);</p> <p>Recomendação 24) Incluir, no novo sistema a ser desenvolvido pela Semad (Sistema de Licenciamento Ambiental), ferramentas que propiciem o aprimoramento do</p>	

Título da ação – SEMAD																										
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25																									
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES																								
	acompanhamento/monitoramento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental (...).  Recomendação 29) Realizar capacitações periódicas; desenvolver atividades de orientações e capacitações condizentes com a política pública e finalidades propostas pelo órgão;																									
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 1) Proceder à atualização da Instrução de Serviço Sisema n. 02/2018 (...);  Recomendação 2) Instituir normativo que torne obrigatório que possíveis relatórios gerenciais emitidos pela Feam sejam instruídos nos processos de licenciamento ambiental e que conste tópico acerca de tais relatórios no Parecer Único dos processos, contemplando, dentre outros, análise temporal das recomendações de modo a verificar se houve recorrência e se nas recomendações constam palavras-alerta (liquefação, drenagem, percolação etc);  Recomendação 5) Instituir melhorias técnicas no BDA que permita, dentre outros, a (ao): a. Upload da Declaração de Condição de Estabilidade na íntegra; b. Detecção de (por meio de inteligência artificial – “robô”) palavras-alertas constantes nas Declarações de Condição de Estabilidade que possam indicar possível comprometimento estrutural das barragens de rejeito (Ex: liquefação, drenagem, percolação, etc);  Recomendação 6) Instituir, por meio de normativo, obrigatoriedade de que o empreendedor insira as informações e	Em relação às recomendações 1, 2, 5 (itens a e b), 6, 8, 10 e 12 – as quais foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso” – em 07/02/2022, houve a atualização do cronograma quanto à revisão pela Semad das Deliberações Normativas Copam nºs 62 e 87 e da Instrução de Serviços respectiva, conforme Memorando.FEAM/GERAM.nº 44/2022 (documento 41698277, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/DATEN.nº 69/2022 (documento 41875926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), tendo sido propostas as seguintes datas: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Cronograma 1 - Atividade</th><th>Início previsto</th><th>Término previsto</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias</td><td>01/03/2022</td><td>31/03/2022</td></tr> <tr> <td>1.5 Envio a ASSOC</td><td>01/04/2022</td><td>01/04/2022</td></tr> <tr> <td>1.6 Pautar e aprovar DN na CNR</td><td>01/04/2022</td><td>31/05/2022</td></tr> <tr> <td>1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018</td><td>01/06/2022</td><td>01/07/2022</td></tr> <tr> <td>1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA</td><td>02/07/2022</td><td>02/08/2022</td></tr> <tr> <td>1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop</td><td>03/08/2022</td><td>18/08/2022</td></tr> <tr> <td>1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes</td><td>19/08/2022</td><td>20/08/2022</td></tr> </tbody> </table>	Cronograma 1 - Atividade	Início previsto	Término previsto	1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias	01/03/2022	31/03/2022	1.5 Envio a ASSOC	01/04/2022	01/04/2022	1.6 Pautar e aprovar DN na CNR	01/04/2022	31/05/2022	1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018	01/06/2022	01/07/2022	1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA	02/07/2022	02/08/2022	1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop	03/08/2022	18/08/2022	1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes	19/08/2022	20/08/2022
Cronograma 1 - Atividade	Início previsto	Término previsto																								
1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias	01/03/2022	31/03/2022																								
1.5 Envio a ASSOC	01/04/2022	01/04/2022																								
1.6 Pautar e aprovar DN na CNR	01/04/2022	31/05/2022																								
1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018	01/06/2022	01/07/2022																								
1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA	02/07/2022	02/08/2022																								
1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop	03/08/2022	18/08/2022																								
1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes	19/08/2022	20/08/2022																								

Título da ação – SEMAD				
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25			
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES		
	respectiva documentação comprobatória de que se trata a recomendação 5.d (...);  Recomendação 8) Incluir, dentre os critérios prioritários, para planejamento anual das fiscalizações realizadas pela Feam, as barragens em que sejam detectadas as palavras-alertas indicadoras de possível comprometimento estrutural do empreendimento (...);  Recomendação 10) Alterar, por meio de normativo, o atual modelo de Declaração de Condição de Estabilidade (...);  Recomendação 12) Contemplar, no Inventário Anual de Barragens elaborado pela Feam e publicado no site da entidade, além da conclusão das Declarações de Condição de Estabilidade, as respectivas recomendações (...);	1.11 Assinatura e publicação da IS	21/08/2022	21/08/2022
		Fonte: <b>Memorando.SEMAD/DATEN.nº 69/2022 (documento 41875926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25).</b>  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.		
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	Recomendação 5) Instituir melhorias técnicas no BDA que permita, dentre outros, a (ao): c. Emissão de relatórios gerenciais, de modo que haja o acompanhamento temporal das Declarações de Condição de Estabilidade, favorecendo a detecção de recomendações recorrentes (possíveis indícios de não cumprimento por parte do empreendedor), especialmente das recomendações em que constarem palavras-alertas; d. Inserção, pelo empreendedor, de informações e respectiva documentação comprobatória das ações adotadas para implementar as recomendações de auditoria técnica de segurança, no prazo estipulado pelo auditor independente, de modo a aprimorar o monitoramento quanto ao cumprimento de condicionantes e que a verificação quanto à implementação das recomendações de segurança não dependa apenas da realização de fiscalizações; e. Inserção, pela equipe responsável pela gestão de barragens,	Em relação às recomendações 5 (itens c, d e), 6, 7, 8, 11 e 12 – as quais foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso” – em 04/02/2022, houve a atualização do cronograma quanto ao desenvolvimento e à implementação de Sistema de Informação, relacionado à contratação da Fábrica de Software e as tratativas para homologação do acordo da Vale S.A, conforme Memorando.FEAM/GERAM.nº 44/2022 (documento 41698277, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/STI.nº 3/2022 (documento 41688478, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: “Conforme mencionado anteriormente, a ação conduzida por esta Superintendência visa contratar empresa especializada em desenvolvimento e manutenção de sistemas (Fábrica de Software), a ser gerida pela Semad, para construção de soluções tecnológicas com vistas a compensar os impactos causados e fortalecer o sistema de governança ambiental face aos desafios atuais, aumentando a capacidade e escala produtiva do Sisema. O Projeto de implantação da Fábrica de Software compõe o Portfólio Estratégico do SISEMA e seu cronograma, vem sendo mensalmente acompanhado. O processo licitatório foi conduzido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag e teve sua Ata de Registro de Preços publicada em 24/12/2021. Os relatos de atraso ao longo		



Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>de registros relativos ao acompanhamento/avaliação da implementação, pelo empreendedor, das recomendações de auditorias técnicas de segurança.</p> <p>Recomendação 6) Instituir, por meio de normativo, obrigatoriedade de que o empreendedor insira as informações e respectiva documentação comprobatória de que se trata a recomendação 5.d (...);</p> <p>Recomendação 7) Verificar, para a adoção das recomendações dispostas nos itens 5 e 6, a viabilidade e possibilidade de aplicação de recursos oriundo de possível indenização paga ao Estado pela Vale S/A (...);</p> <p>Recomendação 8) Incluir, dentre os critérios prioritários, para planejamento anual das fiscalizações realizadas pela Feam, as barragens em que sejam detectadas as palavras-alertas indicadoras de possível comprometimento estrutural do empreendimento (...);</p> <p>Recomendação 11) Publicar, no Portal de Transparência Ambiental e no site da Feam, as Declarações de Condição de Estabilidade, na íntegra;</p> <p>Recomendação 12) Contemplar, no Inventário Anual de Barragens elaborado pela Feam e publicado no site da entidade, além da conclusão das Declarações de Condição de Estabilidade, as respectivas recomendações (...);</p>	<p><i>deste processo decorreram da complexidade do Edital e também do volume da demanda apresentada pelos órgãos, entidades e fundações que demonstraram interesse, o que geraram complicações que tiveram que ser sanadas pelo órgão gestor da Ata (Seplog). A partir da publicação da Ata, esta Superintendência elaborou o Termo de Referência para adesão e procedeu com o envio do processo ao Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) para apreciação. No momento, aguardamos o retorno do pleito para que então possa ser expedida a Declaração Orçamentária e na sequência, a minuta de contrato para assinatura. Tendo em vista o atraso decorrente da etapa licitatória e o prazo de 30 dias previsto em edital para alocação e disponibilização de equipe, entendemos que a nova expectativa para início das atividades junto à contratada é de abril de 2022". Fonte: Memorando.SEMAD/STI.nº 3/2022 (documento 41688478, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25).</i></p> <p>Complementarmente ao narrado acima, especificamente no que concerne à recomendação 12, por meio do Memorando.FEAM/DGER.nº 13/2022 (documento 42033298, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), de 10/02/2022, o órgão ambiental demonstrou medidas que implementaram parcialmente a recomendação, quais sejam: "Como fonte de comprovação ao atendimento da Recomendação 12, anexamos Portaria Feam nº 678, publicada em 08/05/2021, estabelecendo regras para o credenciamento de auditores para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens".</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas,</b>	Recomendação 3) Verificar a possibilidade de implantação de sistema informatizado para o acompanhamento, monitoramento e controle dos cumprimentos de condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento. Nesse contexto, sugere-se que seja	Recomendação classificada pela equipe de auditoria como "não implementada, com medidas em curso", mediante informação pela Semad de que "A possibilidade foi analisada e ratificada para construção no bojo do projeto do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Esse projeto atualmente se encontra com 2 fases concluídas e já em operação, sendo planejadas a entrega

Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>com medidas em curso</b>	verificada a possibilidade de que o próprio empreendedor insira informações no sistema (bem como faça o upload dos documentos comprobatórios correspondentes) referente ao cumprimento das condicionantes. Ademais, que o sistema contenha mecanismos de alerta acerca das condicionantes para as quais o empreendedor não tenha inserido informações;	<p>de outras 3 fases. A fase 3 está em processo de programação, já tendo sido suas regras estipuladas e mapeadas pela equipe de regularização ambiental, apresentando cronograma de entrega de suas funcionalidades ao longo do ano de 2021/2021, nos seguintes moldes: Módulo 3 SLA (Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas) até 30/03/2021; Módulo 3 SLA (Adequações DN 240, 2ª via de certificado de licença ambiental e ferramenta de Autotutela) conclusão prevista até 30/06/2021; e o Módulo 3 SLA (Integração SLA/IDE Sisema) programado para terminar em 30/04/2022. O módulo de gestão de condicionantes está planejado para ser construído e entregue durante a fase 4 do SLA, com expectativa de disponibilização de suas funcionalidades até dezembro de 2022, com extensão para meados do ano de 2023. Porém, apesar da atual previsão de disponibilização do módulo de condicionantes no SLA somente ocorrer a partir do ano de 2022, a equipe de regularização já desenvolveu parte das regras que comporão tal módulo, as quais abarcam a inserção das informações pelo próprio empreendedor conforme proposição”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	Recomendação 9) Verificar pertinência em autuar a Vale S/A diante da não comprovação de encaminhamento à Feam do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem I;	Recomendação 9: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “Diante da situação relatada e objetivando atender de forma integral e adequada à recomendação da CGE, decido instaurar processo administrativo com o objetivo de verificar a pertinência em autuar a Vale S/A, diante da não comprovação de encaminhamento à Feam do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem I. Com vistas a garantir a adequada instrução do processo e a efetividade dos princípios da legalidade, da ampla defesa, do contraditório e da transparência, foi instaurado e instruído processo administrativo, bem como notificação do empreendedor para tomar conhecimento da instauração do referido processo e para que, no prazo máximo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, comprove ter apresentado à FEAM o primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem B1, elaborado em 2002, conforme determinação contida no artigo 7º, §4º, da Deliberação Normativa COPAM nº 87/2005. A empresa apresentou argumentos, que foram encaminhados para a procuradora jurídica da Feam, onde encontra-se



Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>em análise. Vide processo Sei nº 2090.01.0000666/2021-37</i>. Ainda, em relação à recomendação 9, houve atualização da manifestação do órgão ambiental, em 10/02/2022, por meio do Memorando.FEAM/DGER.nº 13/2022 (documento 42033298, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: “<i>Quanto a Recomendação 9, informamos que conforme orientação apresentada na Nota de Diligência nº: 05/2021 (27473382), da Procuradoria da Feam, estamos realizando busca detalhada nos arquivos do setor com o intuito de localizar o comprovante de protocolo do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem B1, do Complexo Córrego do Feijão, elaborado em 2002. Diante da complexidade envolvida nessa ação, solicitamos dilação de prazo de 90 dias para execução dessa recomendação</i>”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 13) Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor;	<p>Recomendação 13: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, tendo em vista que ainda estão em andamento providências acerca das medidas 13.1; 13.3; 13.4; 13.5; 13.6; e 13.7.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 14) Verificar o cabimento de aplicação de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação;	<p>Recomendação 14: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “<i>A conclusão da ação está pendente em razão do licenciamento da Vale ainda não ter sido concluído. Quando da análise do processo, A Supram Central Metropolitana verificará o cabimento de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação. Todas as compensações ambientais serão devidamente cobradas no conjunto de compensações exigidas no âmbito do processo de regularização ambiental das obras emergenciais para todas as intervenções</i></p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>ocorridas. Cronograma da análise da LOC de Brumadinho (Todas as datas referentes a 2021): 02-05/02: Recepção e Orientação da equipe técnica contratada; 08-26/02: Ambientalização e leitura inicial dos estudos ambientais referentes ao processo PA COPAM nº 00245/2004/052/2019; 25/02: Apresentação do processo pelo empreendedor; 02 e 03/03: Fiscalização ao empreendimento; Março: Conclusão da análise prévia dos estudos ambientais; Abril: Solicitação de Informações Complementares; Maio-Agosto: Participação de reuniões, elaboração de minuta de parecer, análise de estudos ambientais, propostas de compensação, relatórios técnicos conjuntos com demais casas do Sisema; Setembro: Prazo para conclusão do Parecer Único".</p> <p>Tendo em vista a expiração dos prazos acima, informados pela Semad, para implementação da recomendação, a equipe de auditoria solicitou atualização da manifestação do órgão, o que foi atendido por meio do Memorando.SEMAD/SUPPRI.nº 15/2022, de 01/02/2022 (documento 41602926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: "A equipe contratada para análise do PA COPAM nº 00245/2004/052/2019 entrou em exercício em fevereiro de 2021. Após análise dos estudos apresentados foi realizada vistoria no empreendimento em 18 e 20 de maio de 2021. Em 05 de julho de 2021 foram solicitadas as primeiras informações complementares referentes ao processo em questão. Foi solicitado dilação de prazo por mais 60 dias sendo as mesmas apresentadas em 02 de novembro de 2021. Diante dos novos estudos e dados apresentados, foi realizada nova vistoria entre os dias 07 e 10 de dezembro de 2021 e foi verificada necessidade de nova solicitação de informações complementares realizada em 25 de janeiro de 2022. Ainda estão pendentes diversos estudos referentes ao meio biótico, esclarecimentos de divergências, propostas de compensação de intervenção ambiental, entre outros itens. Em agosto de 2021 a SUPPRI realizou consulta à Assessoria Jurídica da SEMAD considerando manifestação da Vale sobre a incidência de compensações ambientais e florestais na área afetada pela passagem da lama. Foi esclarecido, em 28 de setembro de 2021, que devem ser consideradas as compensações previstas no acordo firmado entre o empreendedor e o estado que possui caráter compensatório/reparatório no âmbito civil mas que não se confunde com as obrigações da regularização ambiental das obras emergenciais realizadas para recuperação. Nessa ocasião o empreendedor foi orientado a apresentar as propostas de compensação conforme normativas vigentes, ainda não apresentadas ao órgão ambiental. Considerando a</p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>previsão atual de análise e elaboração de parecer único para julgamento do Copam, bem como levantamentos de compensações ambientais pretéritas, espera-se que a avaliação referente à aplicação de sanção esteja pronta em seguida, no mês de maio/22”.</i></p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 19) Verificar a possibilidade de implantação de Sistema Informatizado para o acompanhamento, monitoramento e controle dos cumprimentos de condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento. Nesse contexto, sugere-se que seja verificado a possibilidade de que o próprio empreendedor insira informações no sistema (bem como faça o upload dos documentos comprobatórios correspondentes) referente ao cumprimento das condicionantes. Ademais, que o sistema contenha mecanismos de alerta acerca das condicionantes para as quais o empreendedor não tenha inserido informações; (Achado nº 12)	<p>Recomendação 19: classificada pela equipe de auditoria como “com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “A possibilidade foi analisada e ratificada para construção no bojo do projeto do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Esse projeto atualmente se encontra com 2 fases concluídas e já em operação, sendo planejadas a entrega de outras 3 fases. A fase 3 está em processo de programação, já tendo sido suas regras estipuladas e mapeadas pela equipe de regularização ambiental, apresentando cronograma de entrega de suas funcionalidades ao longo dos anos de 2021 e 2022 nos seguintes moldes: Módulo 3 SLA (Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas) até 30/03/2021; Módulo 3 SLA (Adequações DN 240, 2ª via de certificado de licença ambiental e ferramenta de Autotutela) até 30/06/2021 e Módulo 3 SLA (Integração SLA/IDE Sisema) até 30/04/2022. O módulo de gestão de condicionantes está planejado para ser construído e entregue durante a fase 4 do SLA, com expectativa de disponibilização de suas funcionalidades até dezembro de 2022, com extensão para meados do ano de 2023. Porém, apesar da atual previsão de disponibilização do módulo de condicionantes no SLA somente ocorrer a partir do ano de 2022, a equipe de regularização já desenvolveu parte das regras que comporão tal módulo, as quais abarcam a inserção das informações pelo próprio empreendedor conforme proposição”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendação 25) Elaborar <i>checklist</i> como procedimento operacional padrão obrigatório para análise dos processos de licenciamento, contemplando, dentre outros que forem julgados como pertinentes: (...)</p> <p>Recomendação 26) Elaborar <i>checklist</i> como procedimento operacional padrão obrigatório para análise dos processos de licenciamento ambiental em caráter corretivo, contemplando tópicos quanto à efetivação de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, lavratura de auto de infração, bem como demais ações pertinentes;</p> <p>Recomendação 27) Instituir obrigatoriedade, por meio de normativo, de que os <i>checklists</i> (de que se tratam o item 35) dos processos precedentes (caso existam) sejam instruídos junto ao processo em análise, de modo a identificar possíveis requisitos que não foram atendidos anteriormente, oportunizando o saneamento da falta do requisito no processo em análise;</p> <p>Recomendação 28) Instituir normativo para que o <i>checklist</i> – de que se tratam os itens 35 e 36 – seja obrigatoriamente instruído como anexo do Parecer Único dos processos de licenciamento ambiental;</p>	<p>As recomendações 25, 26, 27 e 28 propostas pela equipe de auditoria foram substituídas pela Semad pela recomendação 29 – como proposta medida alternativa, qual seja: “<i>Elaborar checklist piloto no âmbito do SLA para os processos de licenciamento ambiental que envolvam barragens de rejeitos de mineração. Obs: substituição das ações relativas aos quadros 25 a 28</i>”.</p> <p>A este respeito, a Semad informou que está previsto a “Elaboração de Check List piloto no âmbito do SLA para os processos de licenciamento ambiental que envolvam barragens de rejeitos de mineração prevista para novembro/2022. Inserção da ferramenta no SLA Módulo 4 SLA prevista para dezembro/2022. Treinamento de servidores prevista para ocorrer em janeiro/2023”. Sendo assim, as recomendações 25, 26, 27 e 28 foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
6	<b>Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda.</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1517.19</b> Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações implementadas</b>	3) Avaliação pela autoridade competente quanto ao encaminhamento ao Ministério Público Estadual.	
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	<p>1) Imediato encaminhamento à Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas/Corregedoria-Geral/CGE-MG, para avaliação quanto à instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica, visto que, em nosso entendimento, encontrarem-se presentes indícios de autoria a materialidade, por tentativa de se efetivar a conduta prevista no art. 5º, inc. IV, alínea f, g, da Lei Federal n. 12.846/2013;**</p> <p><b>**Medida em curso na CGE-MG. Processo foi encaminhado à SRPJ/COGE/CGE pela Controladoria Setorial da Semad.</b></p>	<p>A respeito da recomendação 1, cumpre-nos frisar que a Nota de Auditoria n. 1370.1517.19, bem como documentação relacionada, integrante do processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, foram encaminhados para a Corregedoria-Geral do Estado (COGE/CGE) – para conhecimento e providências cabíveis, em especial no que tange à avaliação quanto à instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica – pela Controladoria Setorial da Semad, por meio do Ofício CGE/CSET_SISEMA nº. 8/2020, considerando o Ofício CGE/SRPJ nº. 2/2020, bem como o disposto no Despacho nº 4/2020/CGE/NGDP, por meio do qual informa-se que não aportou, no Núcleo de Gestão de Documentos e Processos Disciplinares dessa Corregedoria-Geral, expediente contendo a referida Nota. A informação foi repassada pela Corregedoria-Geral após requisição da do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, solicitando esclarecimentos se houve instauração de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica, em virtude do trabalho de auditoria. Nesse contexto, o processo encontra-se em análise no âmbito da Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas, mediante encaminhamento via Despacho nº 139/2020/CGE/COGE.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	2) Considerando não haver nos autos notícia de descumprimento contratual (art. 40 e art. 46 do Decreto nº 45.902), mas de conduta passível de apuração por meio do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica – PAR - (art. 5º, Lei Federal n. 12.846/2013),	Pertinente à recomendação 2, evidencia-se, no processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, o Despacho nº 347/2020/SEMAD/SUAFL, por meio do qual a Superintendência de Administração e Finanças da Semad encaminha o expediente à Diretoria de Compras e Contratos do órgão para certificação dos documentos e instauração de Processo Administrativo Punitivo – PAP em face da sociedade empresária Americasul Aeroagrícola Ltda, nos termos da Instrução de Serviço Semad 001/2017 e Decreto Estadual 45.902/2012. Após solicitação de atualização da demanda pela equipe de auditoria, conforme Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº

Título da ação – SEMAD		
6	Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda. Nota de Auditoria 1370.1517.19 Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	consultar à Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas/Corregedoria-Geral/CGE-MG se seria cabível a instauração concomitante de procedimentos administrativos, ou a instauração de processo administrativo punitivo (PAP) somente após a comprovação da conduta, se for o caso, com a conclusão do PAR.	<p>59/2022, de 31/03/2022 (documento 44472623, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, a Diretoria de Compras e Contratos da Semad (Dicoc/Semad), emitiu, em 05/04/2022, a Nota Técnica nº 46/SEMAD/DICOC/2021 (documento 37109799, SEI 1370.01.0002899/2018-91), por meio da qual concluiu pela existência dos elementos que indicam que a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda tenha praticado ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Estadual, no intuito de subsidiar decisão pelo ordenador de despesa para instauração do Processo Administrativo Punitivo. Visando subsidiar a decisão quanto à instauração de PAP, a referida Nota Técnica foi encaminhada à Superintendente de Administração e Finanças da Semad (Suafi) em 05/04/2022, por meio do Memorando.SEMAD/DICOC.nº 298/2022 (documento 44688478, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91). Ato contínuo, em 12/04/2022, a Suafi encaminhou o expediente para a atual Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças (Sutaf), por meio do Memorando.SEMAD/SUAFI.nº 116/2022 (documento 44933401, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91), conforme segue: “Diante do exposto, considerando que, atualmente, V.S.a ocupa o cargo de Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, encaminhamos o presente expediente para avaliação e deliberação quanto à autoridade competente para a instauração do Processo Administrativo Punitivo, cabendo à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável proferir decisão acerca da possibilidade de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade em desfavor do fornecedor, empresa Americasul Aeroagrícola Ltda”.</p> <p>Em 03/05/2022, o processo foi encaminhado pela Sutaf à Assessoria Jurídica da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/SUTAF.nº 147/2022, para manifestação da Asjur quanto à identificação da autoridade no âmbito do Sisema que seria competente para instauração do PAP. Sendo assim, por meio da Nota Jurídica nº 107/2022, a Asjur/Semad concluiu que: “<i>Daí se conclui que a solução que nos afigura juridicamente mais adequada compreende a qualidade de ordenador de despesas como contemporânea à instauração do PAP. É dizer, em tese, ao atual ordenador de despesas, que, in casu, compõe a estrutura administrativa do IEF, recai a atribuição para a prática dos atos referidos pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012, os quais não se limitam, apenas, à instauração, frise-se, mas se estendem no decorrer do processo, com a respectiva aplicação da sanção, se for o caso, o que não elide a colaboração da Semad, nessa apuração de eventual responsabilidade e instrução processual, se assim requisitada</i>”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento,</p>



Título da ação – SEMAD		
6	Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagricola Ltda. Nota de Auditoria 1370.1517.19 Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	2) Promover acompanhamento e fiscalização tempestiva do trabalho das equipes multidisciplinares responsáveis pelas emissões de Pareceres e Autos de Fiscalização nos processos de licenciamento;  3) Evitar a participação de servidores de recrutamento amplo na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental. Quando não for possível evitar tal prática, sugerimos que a alocação de servidores de recrutamento amplo na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental seja devidamente justificada (como exemplo: ausência de servidor	Por meio do Memorando.SEMAD/SURAM.nº 142/2020, de 12 de maio de 2020, (SEI 1520.01.0008205/2019-38) – validado pelo Ofício SEMAD/GAB nº. 461/2020 – a Semad manifestou-se, no que diz respeito ao tema da regularização ambiental, diante das constatações e recomendações propostas na Nota de Auditoria 1370.1238.19.

Título da ação – SEMAD		
7	<b>Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1238.19</b> Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	efetivo que possua qualificação especializada necessária para exercer dada atividade no âmbito do licenciamento ambiental);  8) Elaborar Programa de Integridade e promover divulgação dos valores éticos e de integridade no âmbito do Sisema, adotando medidas que atinjam servidores que não têm acesso à intranet/internet.	
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	1) Instituir mecanismos que contemplem critérios mínimos para alocação de servidores (efetivos e/ou amplos) na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental, no intuito de se certificar da qualificação mínima dos referidos profissionais necessária ao desenvolvimento das análises especializadas requeridas (socioambientais) para execução das atividades, como, por exemplo, a apresentação e avaliação de currículos;	Em relação à recomendação 1, informou-se: Em relação à alocação interna de servidores (efetivos e/ou amplos) na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental, entende-se que se trata de atribuição que deve ser exercida pela Suram em conjunto com a Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças (Sutaf) através da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP) de modo a definir o melhor perfil profissional e qualificações importantes para atuar na regularização ambiental, de modo a esclarecer as qualificações mínimas exigidas. Assim, com o perfil profissional delimitado e tendo em vista as características de cada um dos servidores do Sisema que não estão alocados em outros órgãos, a SGDP, junto com a Subsecretaria, pode avaliar e selecionar o servidor adequado para atuar na regularização ambiental dentre aqueles que cumpra as qualificações mínimas exigidas. Nesse sentido, por meio do Despacho nº 825/2020/SEMAD/GAB, de 13/05/2020, o Gabinete da Semad encaminhou o expediente à Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças para conhecimento e diligências junto à SURAM a respeito da recomendação 1. Pelo exposto, verifica-se que a recomendação se encontra “não implementada, com medidas em curso”.  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.



Título da ação – SEMAD		
7	<b>Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1238.19</b> Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	4) Estabelecer regras e procedimentos que disciplinem o relacionamento entre agentes públicos e empreendedores em geral, especialmente em termos de comportamento e padronização das formas de acesso à organização;	<p>Em relação à recomendação 4, informou-se: Conforme já manifestado pelo Sisema, e constante da própria Nota de Auditoria n. 1370.1238.19, e tendo em vista a presente elaboração do Plano de Integridade, que é um conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de promover a cultura da ética, integridade, transparência, e da necessidade de prestação de contas, em que participam integrantes do Sisema e da própria CGE, entende-se que a implementação do mesmo acarretará no alcance do procedimento proposto. Além do mais, já existe um código de posturas elaborado especificamente para os fiscais ambientais que atuam no âmbito do Sisema. Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	5) Instituir política de prevenção de conflitos de interesses objetivando tomada de decisões assertivas, objetivas e impessoais, garantindo assim a integridade institucional;	<p>Em relação à recomendação 5, informou-se: Conforme já manifestado pelo Sisema, e constante da Nota de Auditoria n. 1370.1238.19, e tendo em vista a presente elaboração do Plano de Integridade, entende-se que a implementação do mesmo acarretará no alcance do procedimento proposto. Ademais, a impessoalidade faz parte dos princípios gerais da administração pública, conforme art. 37, da Constituição Federal, sendo que estas questões são garantidas pelo ordenamento jurídico, como, por exemplo, pelo Estatuto Estadual dos Servidores Públicos (Lei Estadual nº 869/1952). Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	6) Desenvolver plano de capacitação contínuo, incluindo cursos sobre conflitos de interesses para agentes públicos e empreendedores;	<p>Em relação à recomendação 6, informou-se: A respeito do plano de capacitação contínuo é importante destacar que a Suram tem orquestrado diversos programas de aperfeiçoamento ao longo dos anos. Nesse contexto está inserido o programa de capacitação que foi ministrado pela Suram para as diversas Suprams existentes no estado de Minas Gerais. Vários temas foram trabalhados nessas capacitações, como é o caso da espeleologia, da mata atlântica, das compensações, dentre outros. Tais treinamentos foram expandidos para diversas áreas do Sisema com o intuito de compartilhar conhecimentos e de padronizar procedimentos. Ademais, também foram feitas visitas pela Suram/Suara nas sedes das próprias Suprams com o intuito de observar as dificuldades observadas em cada regional do Estado, bem como elucidar eventuais dúvidas e alinhar procedimentos. Além disso, também é de grande relevância o alinhamento institucional que era promovido pela antiga SGRAl, após foi elaborado pela Suram e atualmente é conduzido pelo Gabinete Semad, sendo que o alinhamento visa trazer maior congruência na tomada de decisões no âmbito do licenciamento ambiental, bem como o compartilhamento de conhecimentos adquiridos. Por fim, talvez o modo mais simples de atender a esta recomendação é resgatar e fazer as capacitações nas Suprams sobre diversos temas com a maior frequência possível, bem como ministrar o tema “conflitos de interesses para agentes públicos e empreendedores” durante alguma dessas capacitações. Pelo exposto, em que pese o histórico informado pelo órgão de realização de capacitações, não se evidenciou a implementação efetiva da recomendação, tendo sido informada apenas a intenção em se resgatar e realizar as capacitações nas regionais com maior frequência, bem como inserção do tema relacionado a conflito de interesses em capacitações; todavia, não tendo sido apresentadas evidências de que tais capacitações efetivaram-se. Por isso, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	7) Estabelecer política de gerenciamento de riscos relacionados à prevenção de corrupção e fraude nos processos de licenciamento ambiental;	Em relação à recomendação 7, informou-se: Entende-se que a implementação do Plano de Integridade promoverá o objetivo deste item. Ademais, no âmbito do gerenciamento de riscos, foi ministrado curso pela CGE, com o objetivo de disseminar a cultura do mapeamento, redução e mitigação de riscos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelas equipes, do qual participaram todos os gestores da SEMAD. Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
8	<b>Apuração de denúncia acerca de recebimento a maior de valores de diárias de viagem; inserção de dados falsos em sistema informatizado; gasto antieconômico de combustível; e uso indevido de veículo oficial</b> <b>Nota de Auditoria 1370.0326.20</b> Data: 27/03/2020 SEI: 1370.01.0008237/2019-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações implementadas</b>	2) Recomenda-se que, considerando a necessidade de utilização de veículo oficial por longas distâncias, a exemplo do trajeto entre os municípios de Montes Claros e Belo Horizonte – cerca de 427 km, fonte: Google – a viagem seja realizada prioritariamente por meio da utilização de veículos locados, de modo a preservar a frota própria do órgão.	No que tange à recomendação 2, consta no Memorando.SEMAD/SUAFI.nº 118/2020, que para os deslocamentos do superintendente da regional norte para as reuniões em Belo Horizonte, a recomendação da Diretoria Regional de Administração e Finanças do Norte de Minas/Setor de Transportes sempre foi a liberação de veículos locados; mas em ocasiões específicas, conforme indisponibilidade dos mesmos ou pela solicitação do Superintendente e justificativas apresentadas para a solicitação de veículos de carga (camionetes) - levar ou buscar processos de licenciamento ambiental - levar ou buscar materiais - levar ou buscar equipamentos - são liberados veículos próprios de propriedade do Estado, que possuem capotas de proteção na carroceria. Informou-se ainda, que atualmente as camionetes locadas lotadas na Supram Norte de Minas, não possuem capotas de proteção na carroceria, o que impede o transporte de alguns itens (riscos de furto, perda, danificação e perecibilidade).
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	1) Após finalização dos procedimentos realizados no âmbito correcional, caso reste configurada/comprovada a irregularidade praticada pelo servidor, recomenda-se que sejam promovidas medidas de ressarcimento quanto aos valores recebidos a maior, a título de diárias de viagem; bem como os valores relacionados aos gastos com combustível pertinentes aos deslocamentos entre Belo Horizonte – Betim – Belo Horizonte.	Encaminhamento para o Núcleo de Correição Administrativa (Nucad) do Sisema para verificação quanto ao cabimento de instauração de procedimento correcional, tendo sido emitido o Relatório Preliminar de Correição 1370.0410.21 o qual recomendou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. PAD instaurado em 20/05/2021, por meio da Portaria SUTAF 02/2021. Assim, é necessária a conclusão do PAD para que se possa verificar a pertinência e necessidade em se implementar a recomendação 1.  O PAD encontra-se em instrução até o encerramento do exercício de 2022.

Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Embora não tenha sido identificada a presença, no processo n. 05030000046/15, da documentação específica exigida em caso de aproveitamento de material lenhoso, elucidar se foi comprovada pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural a origem do material (se legal ou ilegal). Caso não tenha sido comprovada a origem do material lenhoso – de que dispõe o item anterior (recomendação “3.3”) – verificar pertinência de serem tomadas medidas em prol da apuração da origem do material. Caso tenha sido demonstrada a origem, enviar comprovação à UICI; Em caso de origem ilegal (pertinente ao disposto nas recomendações “3.3” e “3.4”), esclarecer e comprovar se houve lavratura e respectiva quitação do auto de infração. Caso não tenha havido, verificar pertinência de se proceder à lavratura do auto de infração em desfavor do requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>2) Elucidar se houve apresentação de Plano de Manejo Florestal ao órgão ambiental – nos termos da Portaria IEF n. 191/2005; Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1.804/2013; Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1.905/2013 – concernente aos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1), ainda que não tenham sido apensados ao processo. Em caso afirmativo, proceder à autuação do documento no respectivo processo e enviar comprovação à UICI; Caso tenha sido apresentado o Plano de Manejo Florestal – conforme disposto no item anterior (recomendação “3.6”) – esclarecer e comprovar se houve fiscalização e monitoramento, realizado pelo órgão ambiental, da execução do respectivo plano;</p> <p>3) Considerar pertinência em se proceder à revisão técnica dos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1), de modo a apurar se a área requerida à intervenção seria composta – em momento anterior à intervenção ambiental – por vegetação nativa primária ou secundária em estágios médio ou avançado de regeneração, identificando, desse modo, quais processos deveriam ter apresentado o Plano de Manejo Florestal. Enviar à UICI a relação dos processos que deveriam ter apresentado o Plano de Manejo; Mediante identificação dos processos que deveriam ter apresentado o Plano de Manejo Florestal (de que se trata a recomendação “3.8”), julgar razoabilidade de averiguar se houve adoção de alguma prática de manejo florestal sustentável na área que foi intervinda pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>4) Ponderar quanto à aferição ou estimativa de potenciais prejuízos/danos causados ao meio ambiente, nos casos em que não houve apresentação de Plano de Manejo Florestal e tampouco adoção de medidas de manejo sustentável pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural – consoante recomendações “3.8” e “3.9” – e, conseqüentemente, quanto à proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos possíveis impactos causados pela ausência de manejo florestal sustentável;</p>	<p>Por meio do Relatório de Avaliação de Efetividade nº 1370.0516.20, o qual pretendeu avaliar a pertinência das considerações apresentadas e a efetividade das ações implementadas pela Semad e IEF, diante das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 1370.0606.18, emitido em 14/05/2018, verificou-se quanto à implementação das recomendações n. 1, n. 2, n. 3, n. 6, n. 7, n. 8, n. 9, n. 12, n. 13, n. 14, n. 15 e n. 16, cuja responsabilidade de implementação seria da Semad.</p> <p>Não obstante, em 05/02/2021, a Semad encaminhou a essa Controladoria Setorial, o Memorando.SEMAD/GAB.nº 70/2021 (documento 25082319, processo SEI 1520.01.0001594/2018-58), por meio do qual foi enviado o Memorando.SEMAD/SUFIS.nº 16/2021, o qual apresentou o Relatório Final e demais documentos anexos, referentes às fiscalizações promovidas pela Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental do Leste Mineiro – DFISC LM na Operação Extraordinária de Fiscalização – DAIA's Manhuaçu, bem como Memorando.SEMAD/SEFIS.nº 7/2021, para a atualização das implementações</p>

Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>6) Esclarecer se houve formalização, pelo proprietário do imóvel rural, de documento autorizativo quanto ao uso do fogo ou se foi apresentado Boletim de Ocorrência ou, até mesmo, se tais documentos foram exigidos ao proprietário pelo órgão ambiental, pertinente à detecção de vegetação queimada na propriedade denominada “Córrego das Palmeiras” (Martins Soares/MG) no âmbito do processo n. 05030001041/11, haja vista que não houve menção, no anexo III do Parecer Único, a respeito da apresentação de tais documentos. Ademais, sendo o caso, verificar admissibilidade em se proceder à autuação do proprietário;</p> <p>7) Elucidar (e caso seja necessário, promover análise técnica) se o volume de produto/subproduto florestal/vegetal, autorizado por meio dos DAIAs listados a seguir, foi estimado de maneira condizente com a vegetação existente na propriedade em momento anterior à vistoria técnica, tendo como base o estágio de regeneração da vegetação detectado por meio dos Relatórios de Fiscalização (...)</p> <p>8) Esclarecer (e caso seja necessário, promover análise técnica), se o volume de produto/subproduto florestal/vegetal, autorizado por meio do DAIA n. 25244-D (processo n. 05030000139/13), foi estimado de maneira correta no Parecer Técnico – anexo III do Parecer Único – considerando a área restante a ser explorada de 3,40 ha, conforme evidenciado no Relatório de Fiscalização n. 37/2017 (item 2.2.5).</p> <p>9) Promover revisão técnica dos cálculos que embasaram as cobranças pertinentes à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, no âmbito dos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1); Se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem considerados corretos, apresentar à UICI a memória de cálculo concernente a cada taxa (taxa florestal, reposição florestal e vistoria), bem como o respectivo embasamento legal;</p> <p>11) Haja vista a ausência de informação acerca da utilização de uso pretendido no requerimento dos processos listados no item 6.1, ponderar acerca da possibilidade de efetuar vistoria nas propriedades rurais relacionadas a estes processos (ou, no mínimo, promover análise por meio de imagens de satélite da propriedade, caso seja viável), no intuito de verificar qual a destinação de uso do solo de fato efetivada nas áreas intervindas autorizadas, apurando-se, ainda, se o uso do solo foi/está sendo condizente com a utilização de uso pretendido autorizada no DAIA; Verificar pertinência de proceder à autuação dos proprietários dos imóveis rurais, caso sejam detectadas infrações no âmbito da verificação de que trata a recomendação “3.25”.</p> <p>12) Esclarecer se foram tomadas providências pelo órgão a respeito do não aproveitamento socioeconômico do material lenhoso evidenciado por meio dos Relatórios de Fiscalização elencados no item 6.2, nos termos do Decreto Estadual n. 44.844/2008, art. 86, anexo III, código 315. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI. Em caso negativo, adotar providências cabíveis.</p>	das medidas realizadas pelo órgão. Além disso, visualizou-se demais documentações inseridas no processo SEI 1520.01.0001594/2018-58, o qual demonstraram também a implementação das recomendações n. 4 e n. 11.



Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>13) Elucidar se houve a quitação dos autos de infração (AI) listados abaixo: 1. AI n. 93044/2017; 2. AI n. 109377/2017; 3. AI n. 109378/2017; 4. AI n. 41072/2015; 5. AI n. 110304/2017.</p> <p>14) Esclarecer se foram adotadas medidas administrativas acerca da realização de intervenções ambientais não acobertadas por documento autorizativo detectadas por meio dos seguintes Relatórios de Fiscalização (...)</p> <p>15) Considerando-se que houve emissão e renovação do DAIA n. 22501-D (em 17/10/2012 e 16/05/2013, respectivamente) – processo n. 05030001002/11 – esclarecer (e caso seja necessário, proceder à revisão técnica) se a supressão de cobertura vegetal nativa constatada por meio do Relatório de Fiscalização n. 35/2017 ocorreu em período posterior a 16/12/2013 (validade do DAIA n. 22501-D após renovação em 16/05/2013);</p> <p>16) Proceder à revisão técnica dos processos listados na tabela 11 (e caso seja necessário, efetuar vistoria e fiscalização nas propriedades rurais), a fim de apurar se houve emissão de DAIA para intervenção ambiental relacionada à atividade de silvicultura, em desobediência à Resolução Semad n. 1.871/2013, especialmente no que tange ao processo n. 05030000286/14 pertinente ao qual se identificou inconsistência quanto ao “Plano de Utilização Pretendida” autorizado no respectivo DAIA (n. 29202-D) – agricultura (implantação de lavoura de café) – uma vez que se informou no PSUP, apresentado no âmbito do processo, que seria efetuado o plantio de mudas de eucalipto na área a sofrer a intervenção, sendo ponderado quanto a dificuldades inerentes ao plantio de café devido à topografia do local.</p>	
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	<p>5) Informar se existem medidas de autotutela legais, a serem aplicadas pelo órgão autorizador, pertinentes aos processos analisados, a exemplo da anulação de DAIAS autorizados com vícios insanáveis; em caso positivo, proceder às medidas cabíveis;</p> <p>10) Ponderar acerca de possíveis subestimativas de volume de produto/subproduto florestal autorizado nos DAIAs (conforme descrito na constatação 2, item 2.2), o que pode ter culminado, por consequência, em cálculos subestimados da taxa florestal e reposição florestal. Caso seja necessário, realizar análise técnica a este respeito.</p>	<p>Por sua vez, no que tange às recomendações n. 5 e n. 10, foram classificadas como “não implementadas, com medidas em curso”. Por meio de manifestação encaminhada pela Semad via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 (documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43), o órgão solicitou dilação de prazo para encaminhamento de informações atualizadas acerca do cumprimento de tais recomendações.</p>

Título da ação – SEMAD		
9	Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20 Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.



Título da ação – SEMAD		
10	<p><b>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</b>  <b>Nota de Auditoria 1370.1248.20</b>  Data: 17/11/2020  SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI/Final.	<p>Por meio do Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 58/2022 (58535062), emitido em 28/12/2022, a CSET solicitou a atualização do Plano de Ação e apresentação das evidências das ações implementadas. O Plano de Ação foi atualizado em 13/01/2023 (documento 59227861).</p> <p>Será efetuada nova solicitação de informações à gestão da Semad para, se for o caso, nova atualização do Plano de Ação e apresentação de evidências.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>1) Promover o levantamento de riscos relevantes que possam impactar negativamente no processo de TAC;</p> <p>2) Elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar. Com esse intuito, faz-se, nesta Nota de Auditoria, outras sugestões de procedimentos, não exaustivos, elencados abaixo, a serem adotados pela Semad que podem auxiliar na identificação e tratamento dos riscos no âmbito do processo de TAC;</p> <p>3) Mapear as atividades e respectivos objetivos, riscos e controles suficientes para o processo de TAC;</p> <p>4) Normatizar o fluxo relativo à concessão de TAC;</p> <p>5) Definir, de forma precisa, a competência de cada ator para celebração de TAC, considerando a hierarquia entre as unidades, abrangência territorial de cada unidade e esfera de atuação dos gestores delegados pela Resolução Semad n. 2.944/2020;</p> <p>7) Verificar a possibilidade de incluir no texto do TAC declaração de responsabilidade do gestor que pactuará o instrumento. De forma a constar que</p>	<p>Recomendações 1, 2 e 3: Consoante solicitação da Gestão, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022 (53427321), emitido em 21/12/2022, o trabalho iniciado foi paralisado e será retomado tão logo a Instrução de Serviços, que está em trâmite no órgão, seja publicada e seus procedimentos sejam sedimentados. Considerou-se <b>Pendente de implementação, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 4: Consoante informação contida no Plano de Ação, no âmbito da Asger/Suara a elaboração da IS, em que será implementada a ação, será finalizada em 31/01/2023, entretanto, como a IS irá congrega informações referente ao cumprimento de decisão judicial (ADI 1.0000.20.589108-8/002) assim será necessário enviar a referida IS para avaliação da ASJUR sobre a adequação da instrução a decisão proferida, procedimento o qual estamos estimado o prazo de 60 dias para sua efetivação. Considerou-se <b>Pendente de implementação, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 5: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a ação foi implementada por meio da Resolução 3.197, de 2022 publicada em 28/12/2022. Entretanto, a referida resolução trata, tão somente, de delegação de competências para celebração de TAC, e não adentra a competência e responsabilidades de cada ator no fluxo da celebração do instrumento. A CSET entende, portanto, que a implementação da ação está vinculada à recomendação nº 3 e 4, quando da implementação do mapeamento das atividades inerentes aos procedimentos do</p>

Título da ação – SEMAD		
10	<p><b>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</b>  <b>Nota de Auditoria 1370.1248.20</b>  Data: 17/11/2020  SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	o TAC fora celebrado consoante legislação, caso contrário poderá ser declarado nulo com responsabilização de quem o celebrou;	<p>TAC, motivo pelo qual considerou-se como <b>pendente de implementação, com medidas em curso.</b></p> <p>Recomendação 7: Consoante informação contida no Plano de Ação, no âmbito da Asger/Suara a elaboração da IS, em que será implementada a recomendação, será finalizada em 31/01/2023. Considerou-se como <b>pendente de implementação, com medidas em curso.</b></p>
<b>Recomendações não implementadas – Medidas Insuficientes</b>	<p>8) Instituir, por meio de normatização, a obrigatoriedade de que cada processo de TAC seja constituído de análise técnica e jurídica, previamente à celebração do instrumento;</p> <p>9) Incluir, quando da proposta de elaboração de normativas internas, como Manuais, Instruções de Serviço, Termo de Referência, acerca do processo de TAC, critérios e objetivos específicos e claros quanto à forma, ao prazo e aos procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo órgão ambiental estadual;</p> <p>11) Padronizar prazos, no âmbito dos TAC, para apresentação de comprovantes de interposição de defesa em face de auto de infração ou de pagamento dos valores das multas pecuniárias aplicadas, com a finalidade de garantir transparência e isonomia às partes requerentes, quando da celebração de TAC;</p> <p>13) Estabelecer, de forma clara e não genérica, prazo de vigência para cada instrumento celebrado. Nesse intuito, sugere-se a elaboração de cronograma para verificação dos itens pactuados, bem como seu efetivo cumprimento, de forma a minimizar os riscos do TAC não atingir sua finalidade, bem como não atender a legislação ambiental. Além disso, sugere-se que seja avaliada a possibilidade de se estabelecer um prazo máximo temporal objetivo e</p>	<p>Recomendação 8: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a recomendação foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), que prevê as cláusulas necessárias e padrões a serem observados na celebração de TAC. Não se verificou, entretanto, a determinação de constar análise técnica + jurídica no documento referenciado. Considera-se a <b>recomendação não implementada, reiterando-a.</b></p> <p>Recomendação 9: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a recomendação foi considerada implementada mediante publicação, em 28/12/2022 da Resolução 3.197/2022, que trata da delegação de competências. A recomendação da CSET consistiu em se propor a criação de controles internos para estabelecimento de prazo e procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta. Considerou-se insuficiente a medida implementada, uma vez que não deixa claro os critérios mencionados na recomendação. Considera-se a <b>recomendação não implementada, reiterando-a.</b></p> <p>Recomendação 11: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, tal recomendação não possui pertinência com o processo de TAC, tendo em vista que "A apresentação de defesas no bojo de auto de infração lavrado pelo descumprimento da legislação ambiental é definida de forma normativa pelo Decreto 47.383, não cabendo a autoridade que celebrar o TAC alterar o prazo previsto na norma". Com devida vênua ao entendimento da área correspondente, A</p>

Título da ação – SEMAD		
10	Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Nota de Auditoria 1370.1248.20 Data: 17/11/2020 SEI: 1370.01.0029314/2020-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>padronizado a limitar a vigência dos TAC, em que pese as especificidades dos processos;</p> <p>15) Restringir o compromisso de ajuste à efetiva reparação ambiental causada pela atividade lesiva do empreendedor, considerando-se ser esta a finalidade primeira do TAC. Deve-se verificar a viabilidade/legalidade de suprimir o efetivo reparo ambiental por meio de doações de equipamentos intrínsecos ao funcionamento do órgão ambiental.</p>	<p>recomendação não pretendeu estabelecer prazos para interposição de defesa, e sim para apresentação do comprovante no âmbito do TAC, considerando-se, pois, que nos TACs mencionados na nota de auditoria, os prazos para apresentação destes variou entre 15 e 30 dias. <b>Reitera-se, pois, a recomendação.</b></p> <p>Recomendação 13: Consoante manifestação da gestão, a ação foi implementada por meio da Resolução 3.197, de 2022 publicada em 28/12/2022. Entretanto, a referida resolução não alcança os requisitos da recomendação proposta. Importa ressaltar que tal recomendação decorreu da análise de TACs em que não haviam o estabelecimento de limite máximo temporal objetivo quanto ao prazo de vigência dos TAC, portanto, sujeitos a se estenderem no tempo ou terem renovações de forma indefinida por meio de aditivos ou novos instrumentos, sob pena de não se atender a regularização e manter atividade danosa ao meio ambiente, contrariamente ao que orienta o Parecer AGE nº 15.793/2016. <b>Reitera-se, portanto, a recomendação.</b></p> <p>Recomendação 15: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação a demanda foi considerada concluída, uma vez que a Nota Técnica Suram 04/2021 não prevê a destinação de bens, mas tão somente o ajuste para o desempenho da atividade produtiva até a efetiva regularização ambiental. Cumpre esclarecer que a recomendação advém da exemplificação de dois TACs celebrados a Semad e as empresas Cedro Mineração Ltda e Extrativa Mineral Ltda., em que constam a aquisição de microcomputador e licença de programa computacional. A CSET considerou como insuficiente a manifestação, e entende que a questão merece especial atenção, a exemplo da inclusão de uma cláusula específica, conforme a apontada na Nota de Auditoria, do INEA-RJ, a seguir: "6.12 - As medidas compensatórias só devem ser determinadas excepcionalmente, mediante fundamentação, e deverão promover efetiva compensação ecológica do bem lesado, não podendo ser utilizadas para obtenção de recursos financeiros</p>

Título da ação – SEMAD		
10	Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Nota de Auditoria 1370.1248.20 Data: 17/11/2020 SEI: 1370.01.0029314/2020-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		destinados a outros fins ou serem convertidas em doações de qualquer espécie. <b>Reitera-se, portanto, a recomendação.</b>
Parcialmente implementada, com medidas em curso	<p>6) Elaborar minuta padrão de TAC, com fins de minimizar divergências entre instrumentos similares e garantir maior segurança jurídica, de modo que sejam estabelecidas cláusulas mínimas obrigatórias que sejam imprescindíveis a qualquer TAC celebrado, ressalvado, assim, às ações pactuadas junto ao empreendedor, as quais deverão se atentar às especificidades do caso concreto, por exemplo, quais as medidas de mitigação deverão ser adotadas face ao dano ambiental praticado, em tipo, extensão, dentre outras questões envolvidas;</p> <p>10) Vedar expressamente, quando da normatização referente ao TAC, a possibilidade de ampliação de empreendimento ambiental por meio de TAC e/ou Termo Aditivo, sob pena de responsabilização do gestor que assim o celebrar;</p> <p>12) Revisar item de “Desobrigação do empreendedor em cumprir medidas ajustadas em caso de encerramento de atividade”, quanto a sua legalidade e necessidade, de mantê-lo enquanto cláusula dos TAC a serem celebrados entre Secretaria e empreendedor;</p> <p>14) Verificar a viabilidade legal, por meio de alteração de legislação ambiental, de vetar a celebração do TAC em casos de reiteradas infrações ambientais pelo solicitante empreendedor;</p>	<p>Recomendação 6: Consoante manifestação da gestão, foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), que prevê as cláusulas necessárias e padrões a serem observados na celebração de TAC. Considerando que a minuta de TAC será replicada na IS, a CSET considerou <b>parcialmente implementada</b> a recomendação, até que seja efetivamente publicada a IS que irá normatizar os procedimentos de TAC.</p> <p>Recomendação 10: Consoante manifestação da gestão, foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), considerando que a minuta de TAC será replicada na IS, a CSET considerou <b>parcialmente implementada</b> a recomendação, até que seja efetivamente publicada a IS que irá normatizar os procedimentos de TAC.</p> <p>Recomendação 12: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação, a recomendação foi considerada implementada e concluída, considerando que a Nota Técnica Suram 04/2021 já ajustou as causas de desoneração de responsabilidade somente nos casos de casos fortuito ou força maior e a minuta de TAC será também replicada na IS. Com devida vênio ao entendimento exarado, esta CSET considera que tal previsão desoneração da responsabilidade de reparação merecem apreciação jurídica, de forma pontual, considerando-se, pois, que a responsabilidade por dano ambiental é objetiva (CF, 225, § 3.º e Lei 6.938/81, 14, § 1.º), sendo, portanto, o dano ambiental diverso do dano comum por gerar interesses difusos e indivisíveis, produzindo, assim, repercussão no nexo de causalidade entre a conduta e o dano ambiental. Assim, vê-se a necessidade de que tal causa de desoneração mereça ser melhor explicitada no normativo, em especial, quanto eventuais repercussões acerca da extensão dos riscos de acordo com cada atividade, e até onde vai a obrigação do administrado de se prevenir contra acontecimentos previsíveis, e em que medida o fato fortuito ou força maior</p>

Título da ação – SEMAD		
10	Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Nota de Auditoria 1370.1248.20 Data: 17/11/2020 SEI: 1370.01.0029314/2020-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		são excludentes da responsabilidade ambiental. Ainda, considerando que as medidas serão efetivadas na IS que está em andamento, considera-se <b>parcialmente implementada a recomendação</b> .  Recomendação 14: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação, será inserido no corpo da IS que no caso de descumprimento da legislação ou do próprio TAC, em casos de possíveis impactos ambientais, será vedada a celebração de TAC para o mesmo tomador. Considerou <b>parcialmente implementada a recomendação</b> .

Título da ação – SEMAD		
11	Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade Relatório de Auditoria 1370.1099.20 Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	3) Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da SEMAD, como uma das formas de divulgação sobre o tema; 12) Atualizar o Planejamento Estratégico; 26) Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Semad;	Avaliação realizada em julho/2022, quanto ao cumprimento das recomendações

Título da ação – SEMAD		
11	<b>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</b> Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações em implementação	5) Definir as responsabilidades de controle interno e de prestação de contas das metas estabelecidas e as alcançadas para todos os cargos relevantes, considerando os objetivos e riscos da organização (...); 6) Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão na SEMAD, cujas descrições precisam ser periodicamente revisadas para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos; 7) Prever que a Unidade de Recursos Humanos defina e atualize periodicamente políticas para treinar, aconselhar, avaliar e reter pessoal na SEMAD; 8) Definir um sistema de incentivos e recompensas que considere as múltiplas dimensões de conduta e desempenho dos servidores; 9) Divulgar os objetivos individuais e de equipe, que devem ser definidos em termos mensuráveis, a todos os servidores; 10) Realizar periodicamente pesquisa de clima organizacional; 11) Revisar os objetivos e subobjetivos da SEMAD para a verificação de sua relevância e adequação com os processos, atividades e com as leis, regulamentos e padrões; 13) Formalizar os Planos Tático e Operacional em consonância com o Planejamento Estratégico atualizado; 14) Atualizar o Painel de Indicadores de modo a incluir todos os processos da SEMAD; 15) Implantar uma Política de Gestão de Riscos na SEMAD; 16) Identificar riscos que surgirem de fatores externos (...); 17) Criar controles para prevenir e detectar fraudes; 18) Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas;	A avaliação quanto a implementação das recomendações será efetuada no âmbito do segundo Ciclo de Avaliação de Controles em nível de Entidade, cujo relatório será emitido no primeiro semestre/2023. Assim sendo, considerou-se que tais recomendações estão “em implementação”.

Título da ação – SEMAD		
11	Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade Relatório de Auditoria 1370.1099.20 Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>19) Conforme a conveniência e oportunidade, documentar por escrito todos os eventos e decisões relevantes para a SEMAD;</p> <p>20) Desenvolver e documentar por diversos mecanismos políticas e procedimentos para as atividades de controle dos processos significativos para os objetivos da Secretaria;</p> <p>21) Instituir mecanismos para periodicamente monitorar e atualizar os controles, mantendo todos os procedimentos realizados documentados e registrados;</p> <p>22) Realizar avaliações das atividades de controle de maneira periódica ou quando os sistemas e processos significativos para os objetivos da entidade forem modificados, efetuando mudanças quando forem identificados controles redundantes, obsoletos ou ineficazes.</p> <p>23) Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade;</p> <p>24) Estabelecer controles para prevenir ou detectar o acesso não autorizado;</p> <p>25) A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria;</p> <p>27) Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência;</p> <p>28) Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles;</p> <p>29) Criar indicadores de desempenho a fim de mensurar a efetividade das recomendações de auditoria implementadas.</p>	



Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDFA Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI/Final	Por meio do Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, a CSET solicitou o encaminhamento de eventual atualização do Plano de Ação, considerando que a última atualização consta de 30/09/2022 (Sei nº 53960666), e a apresentação das evidências das ações implementadas. Não houve retorno até a emissão deste RACI. A CSET aguardará a resposta ao memorando supra mencionado para avaliação quanto ao cumprimento das recomendações.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	1) (...) recomenda-se que a Semad verifique a pertinência em incluir dispositivo, por exemplo, por meio da alteração da Resolução Conjunta nº 2.692/2018, que regulamente e deixe explícito quais atividades administrativas consistem em atos acessórios ao poder de polícia e podem consistir em objeto a ser pactuado no Plano de Fiscalização Individual (PIF, antigo “Plano de Trabalho”); e quais atividades não podem ser pactuadas no PIF por não terem qualquer relação com atos de fiscalização (...);	<p>Recomendação 1: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 a 3); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 4). Ação 1: Definir as atividades administrativas que consistem em atos acessórios ao poder de polícia que podem ser pactuadas no Plano de Fiscalização Individual – PIF; Ação 2: Definir as informações e/ou documentações que devem ser apresentadas como requisitos que devidamente comprovem que a atividade administrativa/acessória realizada está diretamente associada aos atos de fiscalização/vistoria pactuados no PIF; Ação 3: Definir as atividades administrativas que não podem ser pactuadas no PIF por não terem qualquer relação com atos de fiscalização; Ação 4: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1, 2 e 3.</p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: Ações 1, 2 e 3: 08/03/2022 a 08/04/2022 – reuniões do Grupo de Trabalho instituído para deliberação e definição dos itens 1, 2 e 3; Ação 4: 01/06/2022 – publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p>



Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDFAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	2) Recomenda-se verificar pertinência em se incluir dispositivo que regulamente quanto à impossibilidade de que o PIF seja pactuado exclusivamente com atividades administrativas acessórias (...);	<p>Recomendação 2: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Definir a redação do dispositivo que regulamentará a impossibilidade do PIF ser pactuado exclusivamente com atividades administrativas acessórias; Ação 2: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição da medida 1.</p> <p>Observação incluída no Plano de Ação pela Semad: “Quanto a definição de número ou percentual mínimo de atividades de fiscalização em campo que devem constar no PIF, como possível requisito necessário para atribuição da GDFAF, justifica-se não haver a necessidade de estabelecer esse percentual, tendo em vista que será normatizado que a atividade acessória pactuada no PIF terá que estar relacionada a uma atividade de fiscalização também pactuada no PIF. A depender da atividade de fiscalização desenvolvida, poderá haver, em algumas situações específicas, a realização de mais atividades acessórias que a atividade direta de fiscalização em campo. Não sendo possível, portanto, estabelecer um percentual mínimo para atividades de fiscalização em campo, sob pena de prejudicar os servidores que em razão da atividade exercida realizam mais atividades acessórias vinculadas a atividade de fiscalização em campo do que essa própria”. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	3) Recomenda-se pré-estabelecer e divulgar os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração, para quando da atribuição e revogação de GDAF; incluindo, até mesmo, critérios que forem necessários para dirimir situações de “empate”, devido ao atendimento dos mesmos critérios por mais de um servidor e não houver a possibilidade de atribuição da gratificação, dada sua limitação quantitativa (...);	<p>Recomendação 3: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 e 2); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 3). Ação 1: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para atribuição e revogação da GDAF; Ação 2: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade para dirimir situações de empates; Ação 3: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1 e 2. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	4) Recomenda-se também que, se em dado momento, (...), for necessário motivar atribuição ou revogação de GDAF cuja justificativa não se enquadre nos critérios previamente estabelecidos, que, no mínimo, seja determinado de modo obrigatório que a justificativa, fundamentação correspondente, seja publicada nos meios institucionais de comunicação do órgão, garantindo-se, mais uma vez, a lisura e transparência dos atos;	Recomendação 4: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 e 2); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 3). Ação 1: Definir a redação do dispositivo para motivar atribuição e revogação de GDAF cujas justificativas não se enquadrem nos critérios previamente estabelecidos na nova Resolução Conjunta que será publicada; Ação 2: Fazer constar na redação do dispositivo

Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>a obrigatoriedade da justificativa e sua fundamentação correspondente serem publicadas no Portal Trilhas do Saber; Ação 3: Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição das medidas 1 e 2. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	5) Recomenda-se que, tendo em vista a limitação quantitativa de GDAF, de modo a atender o mais próximo possível aos Princípios da Isonomia e Equidade, que a Semad verifique a pertinência em se adotar “rodízio” entre os servidores (...);	<p>Recomendação 5: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para o rodízio de GDAF entre os servidores; Ação 2: Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição da medida 1.</p> <p>Observação incluída no Plano de Ação pela Semad: “Quanto a recomendação para normatizar tempo máximo em que um servidor poderá usufruir da percepção da GDAF, bem como o respectivo período de vacância, antes da possibilidade de nova atribuição poderá descaracterizar a atribuição da GDAF como de interesse público, observado a conveniência e oportunidade da administração, fazendo com que as metas estabelecidas para percepção da gratificação não fossem executadas ao máximo, considerando que a revogação da GDAF ocorreria com o cumprimento ou descumprimento das metas pelo servidor. Considera-se ainda que a recomendação acima poderá</p>

Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>sofrer prejuízos na hipótese de impossibilidade de seu cumprimento, em razão das vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou até mesmo diretrizes emanadas pela instância de governo do Poder Executivo estadual".</i></p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>6) Recomenda-se, para fins de cumprimento ao Princípio da Transparência/Publicidade, especialmente quando da utilização dos recursos públicos, considerando-se o atual cenário correspondente aos servidores que estão usufruindo da percepção da gratificação que sejam publicados nos sítios eletrônicos institucionais: os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente; quais os critérios foram utilizados para atribuição da GDAF a cada um destes servidores, isto é, qual a motivação pela qual esses servidores possuem GDAF; quais os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídos aos servidores (GDAF ocupadas) e quais estariam disponíveis para atribuição (GDAF livres); quais os motivos pelos quais eventualmente existem GDAF disponíveis e por que não podem ser atribuídas nesse momento, por exemplo, devido a vedações impostas pela LRF; bloqueios; dentre outros;</p>	<p>Recomendação 6: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Elaborar lista com os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente, informando a motivação ou critério da atribuição da GDAF ao servidor; Ação 2: Levantar os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídas aos servidores; Ação 3: Identificar as GDAs I e II que estão disponíveis/livres que podem ser atribuídas; Ação 4: Identificar as GDAs I e II disponíveis/livres que não podem ser atribuídas e justificar o motivo pelo qual elas não podem ser atribuídas; Ação 5: Publicar na página do site da SEMAD/IEF/FEAM/IGAM as informações das medidas 1 a 4; Ação 6: Definir a redação do dispositivo da nova Resolução Conjunta para que a administração tenha a obrigação de publicar as informações dos itens 1 a 4 sempre que houver atualização de atribuição ou revogação de GDAF I e II.</p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação publicação no Portal Trilhas do Saber das informações das ações pertinentes.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	<p>7) Recomenda-se verificar pertinência quanto à necessidade de promover capacitações/treinamentos a respeito das orientações e diretrizes a serem observadas relativas à GDAF, especialmente aos servidores e chefias que estiverem ingressando nos setores cujas atividades realizadas sejam passíveis de percepção da gratificação. Além da atualização/reciclagem de servidores mais experientes nesses setores;</p>	<p>Recomendação 7: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo, conforme cronograma especificado. Ação 1: Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores que percebem GDAF e suas respectivas chefias imediatas; Ação 2: Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores e suas respectivas chefias imediatas que estiverem ingressando nos setores cujas atividades realizadas sejam passíveis de percepção da gratificação.</p> <p>Cronograma das capacitações, atualizado em março de 2022: 02/06/2022 a 10/06/2022; 01/09/2022 a 16/09/2022; 01/12/2022 a 16/12/2022; 01/03/2023 a 17/03/2023.bbb</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 21/12/2022 a 31/12/2022, e sucessivamente a cada três meses (02/2023, 05/2023, 08/2023).</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	8) Recomenda-se verificar pertinência em se solicitar análise jurídica a respeito, de modo a resguardar e respaldar tomada de decisão pela gestão da Semad acerca se seria realmente devida a continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo de férias-prêmio. Ainda, caso o resultado da análise jurídica seja divergente do atual entendimento adotado, recomenda-se o atendimento às respectivas medidas saneadoras propostas no “Mapa de Constatações”, quais sejam: Promover medidas de ressarcimento ao erário, relativo ao período de recebimento indevido da gratificação, pela ex-servidora Â.M.P. – Masp. 1.020.723-1 (05 de fevereiro de 2016 a agosto de 2016); e promover medidas de apuração de responsabilidades.	<p>Recomendação 8: Serão adotadas as seguintes ações descritas abaixo no prazo até 05/05/2021 (ação 1) e de 01/06/2021 a 01/10/2021 (ação 2). Ação 1: Elaborar consulta jurídica acerca da continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio; Ação 2: Na hipótese do resultado da análise jurídica ser contrário à continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio, promover as medidas de ressarcimento ao erário e as medidas de apuração de responsabilidades.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para até 11/10/2022 e de 11/11/2022 a 30/12/2022, respectivamente.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>

Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	6.1) Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;	<p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292.</p> <p>"O gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos se deu por meio da atualização do texto do "Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022" (ID 58639178). Destaca-se , em especial, a respeito do tema, o quadro de fls. 34/37 do ID 58639178.</p> <p>Ademais, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. No texto da referida resolução foram incluídas medidas que possam mitigar os riscos relativos ao processo de formalização e que foram pontuados após a emissão da Nota de Auditoria 1038499 (e.g.: i) inclusão da forma e procedimento de aprovação de indicações decorrente de emendas parlamentares, que pendia de regulamentação e trazia dúvidas e questionamentos na praxe administrativa (Art. 2º, §§ 3º , 4º e 9º) ii) procedimentos a serem adotados pelos proponentes, no caso de convênios decorrentes de emendas parlamentares, de forma a evitar a não celebração e ocorrência de impedimento de ordem técnica (Art. 2º, §§ 1º e 2º ) iii) previsão expressa da responsabilidade e necessidade de emissão de checklist padrão para celebração de parceria ( Art. 2º, § 5º e criação de modelo padrão conforme ID 58849052) iv) teor do parecer a ser emitido pela área técnica competente (Art. 2º, §§6º e 7º), v) necessidade de que os atores envolvidos realizem os atos respectivos no Sigcon/Saída (Art. 2º, § 8º).</p> <p>Por fim, insta salientar que, como forma de melhorar o controle interno dos processos relativos a convênios de saída, foi criada a planilha seguinte: <a href="https://meioambientemg-my.sharepoint.com/:x/g/personal/fernanda_lacerda_meioambiente_mg_gov_br/EXjtF-Uegf5OtVjBdd207KQB9oiCQE_ODTt11MJUaKp-ig?mail=rafael.machado%40meioambiente.mg.gov.br&amp;e=4%3ABMbn1A&amp;at=9&amp;CID=4a48ff6b-6045-fa2a-0bb3-0726af96ae85">https://meioambientemg-my.sharepoint.com/:x/g/personal/fernanda_lacerda_meioambiente_mg_gov_br/EXjtF-Uegf5OtVjBdd207KQB9oiCQE_ODTt11MJUaKp-ig?mail=rafael.machado%40meioambiente.mg.gov.br&amp;e=4%3ABMbn1A&amp;at=9&amp;CID=4a48ff6b-6045-fa2a-0bb3-0726af96ae85</a>".</p>



Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Em que pese a não adoção da metodologia específica de gestão de riscos recomendada pela CGE, esta CSET entende que os controles preventivos informados pela gestão são pertinentes e podem colaborar para a melhoria dos controles internos, bem como, para a melhoria da gestão dos processos de Prestação de Contas dos Convênios de Saída. Considera-se, portanto, <b>implementada a recomendação, por meio de medidas alternativas.</b>
Recomendações implementadas	6.2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a: a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima); b) Detalhar com maior precisão de informações o fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros; c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo; d) Atualizar as responsabilidades das unidades administrativas envolvidas na formalização dos instrumentos e análise de prestação de contas de convênios de saída, no âmbito da Semad, considerando, nesse sentido, a criação da Diretoria de Gestão de Parcerias – Digep com a vigência do Decreto Estadual 47.787/2019.	No que tange à recomendação 2, também se estipulou a data limite de 16/05/2022 para implementação das seguintes ações:  Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “a”:  "Foi realizado o levantamento de todas as rotinas e atividades envolvidas na formalização e prestação de contas de convênios de saída. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), o qual previu em todo seu texto procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos (e.g.: erros comumente ocorridos (fls. 36) e procedimentos mínimos a serem observados nas análises financeiras (fls.30/34), documentação mínima a ser observada e responsabilidade das diretorias respectivas nos processos de celebração (fls. 6/27)).” <b>Considera-se implementada a recomendação.</b>  Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “b”:  "As informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad foram revistos e pontuados. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e



Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), que trouxe, em fls. 29 o fluxograma a respeito do tema, e fls. 30/34 um quadro com todo o procedimento e riscos afetos ao processo de análise de prestação de contas de convênio." <b>Considera-se implementada a recomendação.</b></p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “c”:</p> <p>"As informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad foram revistos e pontuados. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), que trouxe, em fls. 29 o fluxograma a respeito do tema, e fls. 30/34 um quadro com todo o procedimento e riscos afetos ao processo de análise de prestação de contas de convênio." <b>Considera-se implementada a recomendação.</b></p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “d”:</p> <p>"As responsabilidades das unidades administrativas foram atualizadas, em conformidade com as alterações legislativas ocorridas recentemente. Assim, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178). E.g.: Em fls. 14 do manual consta que os processos respectivos serão encaminhados à Diretoria de Gestão de Parcerias-DIGEP, a qual será</p>

Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		responsável pela formalização do respectivo termo, consoante art. 45 do Decreto Estadual nº 47.787/2019". <b>Considera-se implementada a recomendação.</b>

Título da ação – SEMAD		
14	Avaliação da gestão patrimonial da Semad, no que tange ao exercício de 2020 Nota de Auditoria 1124293 Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012520/2021-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Recomendamos (5) a adoção de providências para regularizar a alteração de titularidade dos veículos objetos do Termo de Permissão de Uso celebrado com a COPASA, incorporados ao patrimônio da Semad em razão da última Reforma Administrativa, instituída pela Lei Estadual 23.304/2019.	Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 06/01/2023, a unidade técnica correspondente informou que foram emitidos os CRLVs 58658299, 58801230, 58801360, 58801449, 58801535, 58801578, 58801804, 58802067, e Termo de Apostilamento ( 10646643), que alterou a titularidade do Termo de Permissão de Uso. <b>Considera-se implementada a recomendação.</b>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendamos (1) que a Semad defina e apresente um Plano de Ação para regularização das pendências encontradas, e apresente o inventário completo para a regularização patrimonial do órgão;</p> <p>Recomendamos (2) o aprimoramento e/ou instituição de controles internos efetivos no âmbito da adoção de procedimentos administrativos – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se por exemplo procedimentos definidos pelo Decreto Estadual nº 45.242/2009;</p> <p>Recomendamos (3) a implementação de normas e procedimentos internos de prevenção e proteção ao patrimônio do órgão – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – bem como a realização de treinamentos e orientações – divulgações constantes das normas e procedimentos – aos detentores das cargas patrimoniais do órgão.</p> <p>Recomendamos (4) o aprimoramento e/ou instituição de controles internos efetivos no intuito de identificar e monitorar a qualidade das plaquetas de patrimônio, evitando que elas fiquem gastas, danificadas ou perdidas, bem como realizando as devidas trocas de plaquetas em momento oportuno, isto é, assim que identificado qualquer dano na plaqueta ou a perda dela.</p>	<p>Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 06/01/2023, a unidade técnica correspondente propôs as ações e prazos seguintes:</p> <p>Recomendação 1: Acompanhamento para a efetiva localização dos bens desaparecidos, e regularização. Não sendo localizado serão adotadas as providências referentes ao art.57, Decreto nº 45.242/2009. Cumprimento do Inventário Eventual para Transferência de Responsabilidade. Identificação dos bens sem patrimônio. Prazo: de 02/01/2023 a 31/01/2023.</p> <p>Recomendação 2: Elaboração de manuais, manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se o disposto no Decreto Estadual nº 45.242/2009.</p> <p>Recomendação 3: Elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – bem como a realização de treinamentos e orientações – divulgações constantes das normas e procedimentos – aos detentores das cargas patrimoniais do órgão. Prazo: de 02/01/2023 a 28/02/2023.</p> <p>Recomendação 4: a) Instituição de controles internos para manter a qualidade plaquetas de patrimônio. Prazo: 01/02/2023 a 28/02/2023; b) Avaliar a qualidade das plaquetas de patrimônio e se necessário substituir. Prazo: 28/02/2023 a 31/05/2023.</p>

Título da ação – SEMAD		
15	<b>Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020</b> <b>Nota de Auditoria 1124301</b> Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012521/2021-94	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI.	O Plano de Ação, documento sei nº 59171180, foi atualizado em 12/01/2023, e os prazos para implementação das ações propostas estão vigentes.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendamos (1) que as pendências relativas ao inventário do Fhidro referente ao exercício de 2020 sejam contempladas, verificadas e consolidadas quando da realização do inventário pertinente a 2021. Após consolidação do inventário, recomenda-se a proposição de Plano de Ação contemplando medida a ser adotada, prazo e responsável, para saneamento das ocorrências e pendências, caso identificadas, a exemplo de bens não localizados, bem como quanto à necessidade de regularização da gestão patrimonial dos bens imóveis;</p> <p>Recomendamos (2) que a Semad, em conjunto com o IEF, adote providências quanto à obtenção das informações necessárias relativas aos processos judiciais de desapropriação pertinentes a regularização fundiária dos bens imóveis adquiridos por meio da utilização de recursos do Fhidro; no intuito de sanear e adequar os saldos físico e contábeis nas unidades FHIDRO/SEMAD e FHIDRO/IEF, promovendo a conciliação entre os saldos, além da localização e adequado registro de informações dos bens imóveis;</p> <p>Recomendamos (3) que sejam adotadas providências no intuito de aprimorar e/ou instituir controles internos efetivos no âmbito da gestão dos bens móveis e imóveis – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões;</p> <p>Recomendamos (4) que sejam adotadas providências no intuito de aprimorar e/ou instituir controles internos efetivos no âmbito da gestão da informação, de modo a evitar dificuldades na localização de informações que sejam pertinentes a tomadas de providências e/ou decisões;</p>	<p>Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 12/01/2023, a unidade técnica correspondente propôs as ações e prazos seguintes:</p> <p>Recomendação 1: Acompanhamento para a efetiva localização dos bens desaparecidos, e regularização. Não sendo localizado serão adotadas as providências referentes ao art.57, Decreto nº 45.242/2009. Cumprimento do Inventário Eventual para Transferência de Responsabilidade. Identificação dos bens sem patrimônio. Prazo: de 02/01/2023 a 31/01/2023. Prazo: 02/01/2023 a 31/03/2023.</p> <p>Recomendação 2: Determinar ao IEF a elaboração de plano de ação e cronograma para identificação gradativa e registro dos imóveis. Na medida que houver o registro o IEF deverá comunicar a Semad que procederá com o ajuste contábil. Referências: Relatório de Consolidação do Inventário de Materiais Permanente SEMAD/DICOF - COMISSÃO FHIDRO nº. 23960604/2021; Ofício SEMAD/SUAFI nº. 1/2021 (24184344); Ofício SEMAD/SUAFI nº. 84/2022 (48215099). Prazo: 01/03/2023 a 31/12/2023.</p> <p>Recomendação 3: Elaboração de manuais, manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se o disposto no Decreto Estadual nº 45.242/2009. Prazo: 02/01/2023 a 15/02/2023.</p> <p>Recomendação 4: Instituição de controles internos efetivos no âmbito da gestão da informação. Prazo: 15/02/2023 a 30/06/2023.</p>

Título da ação – SEMAD		
15	Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020 Nota de Auditoria 1124301 Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012521/2021-94	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Recomendamos (5) que sejam ofertados treinamentos e orientações visando à adequada, efetiva e eficaz gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis.	Recomendação 5: Elaboração de treinamentos e orientações visando à adequada, efetiva e eficaz gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis, em observância ao disposto no Decreto nº 45.242/2009 e 46.467/2014. Prazo: 15/02/2023 a 30/06/2023.

Título da ação – SEMAD		
15	<p>Avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1286277</p> <p>Data: 16/08/2022</p> <p>SEI: 1520.01.0006095/2022-60</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>Recomendação nº 3: Que os agentes públicos contratados, que estejam atuando em atividades de regularização, sejam remanejados para atividades exclusivamente vinculadas à constatação, reparação ou compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem, até que seja emitida manifestação jurídica mencionada no tópico anterior.</p>	<p>Recomendação 3: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Garantir a legalidade da atuação até que seja emitida convalidação dos atos e manifestação sobre alcance da atuação”, a ação efetuada consistiu em “determinação interna de atendimento exclusivo aos processos descritos no Acordo, conforme Promoção AGE nº 31142980/2021/CJ/AGE-AGE. Considera-se <b>implementada a recomendação</b>, ressaltando que a verificação poderá ser reiterada em novos ciclos de avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendação nº 1: Conforme discorrido na resposta ao questionamento feito por esta CSET, que o setor responsável apresente a convalidação das ações realizadas pelos agentes públicos, no âmbito dos processos de regularização nºs 00103/1981/088/2015 e 29925/2014/007/2019, das empresas CSN Mineração S.A. e Concessionária da Rodovia MG – 050 S/A – PA, respectivamente, junto com o Comitê Pró-Brumadinho.</p> <p>Recomendação nº 2: Caso a autoridade julgue pertinente, que seja submetido à apreciação jurídica o entendimento adotado pela Suppri, de modo a aclarar se atividades de licenciamento dentro da bacia do Rio Paraopeba abarcam a ampliação da atuação dos agentes públicos contratados.</p>	<p>Recomendação 1: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Convalidar as ações desenvolvidas pelos agentes públicos em processos de regularização ambiental na bacia do Rio Paraopeba e que se relacionem, direta e indiretamente, com os impactos avaliados/registrados em face do rompimento da barragem B1.”, a unidade técnica correspondente propôs “Apresentar ao Comitê Pró-Brumadinho as ações desenvolvidas e seus desdobramentos, de modo a estabelecer as relações entre as atividades”, tendo sido estabelecido o prazo de 30/10/2022. Até a emissão deste RACI não foram apresentadas evidências quanto ao atendimento, motivo pelo qual considerou-se <b>não implementada, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 2: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Avaliar a amplitude legal da atuação dos agentes públicos, de forma complementar à Promoção AGE nº 31142980/2021/CJ/AGE-AGE já emitida”, propôs-se “Realizar consulta complementar à Asjur/AGE”, tendo sido estabelecido o prazo de 30/10/2022. Até a emissão deste RACI não foram apresentadas evidências quanto ao atendimento, motivo pelo qual considerou-se <b>não implementada, com medidas em curso</b>.</p>

Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam

Título da ação – FEAM	Status	Especificação das recomendações, por status
Avaliação da Gestão Patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)  Relatório de Auditoria: 111555-0  Data: 07/12/2021	Recomendações emitidas e implementadas	Subdividir a unidade gabinete a nível de núcleos.  Realizar levantamento de documentos de cessão / permissão de uso e registros desatualizados, bem como criação de controle.  Criar cronograma de implementação e monitoramento das ações de patrimônio.  Adoção de processo administrativo, conforme definido pela Resolução Seplog nº 37/2010 e pelos Decretos Estaduais nº 45.242/2009 e nº 47.622/2019, para apuração dos fatos e levantamento de dados e informações, com vistas a subsidiar esta CSEC e o NUCAD na elaboração de pareceres.  Criar comunicados via ASCOM para buscar identificar sua localização; oficiar unidades administrativas regionais da SEMAD, IEF e IGAM solicitando que verifiquem in loco a existência do bem em sua unidade.  Identificar processos realizados e adotar ações para formalização, caso não possua.  Criar pesquisa de satisfação dos usuários externos.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)  Relatório de Auditoria: 1370.0023.21	Recomendações emitidas e implementadas	Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes.  Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema.

<b>Título da ação – FEAM</b>	<b>Status</b>	<b>Especificação das recomendações, por status</b>
Data: 30/12/2020		<p>Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão na Feam, e promover revisão periódica para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos.</p> <p>Ampliar a atuação ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética para todos os servidores.</p> <p>Desenvolver um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética.</p> <p>Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração etc).</p> <p>Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Feam.</p>
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
<p>Consultoria – Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM</p> <p>Relatório de Auditoria: 1252580/2022</p> <p>Data: 31/08/2022</p>	Recomendações emitidas e implementadas	Alinhamento da Procuradoria da FEAM junto à Advocacia Geral do Estado para que os processos com discussão judicial fiquem arquivados junto a unidade responsável, até o seu julgado.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
Licenciamento Ambiental no âmbito do Sisema de Barragens operadas pela Samarco S/A – Barragem de Santarém	Recomendações emitidas e implementadas	Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança – Santarém



<b>Título da ação – FEAM</b>	<b>Status</b>	<b>Especificação das recomendações, por status</b>
Relatório de Auditoria: 1370.1431.17  Data: 11/10/2017		Elucidar se foi apresentada ao órgão ambiental pela Samarco, a Declaração de Condição de Estabilidade relativa ao ano de 2007 e, caso não tenha sido apresentada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam

**Notas – Ações FEAM:**

Importante ressaltar que diversas recomendações contidas nos planos de ação referente aos Relatórios de Auditoria 111555-0 e 1370.0023.21 tiveram os prazos de implementação alterados por solicitação da gestão da FEAM.

Acerca do Relatório de Auditoria 111555-0, algumas recomendações forem entregues antes do prazo de implementação (segundo semestre de 2022) e outras, postergados para o segundo semestre de 2022 devido à alteração de pessoas na equipe da Gerência de Logística, Compras e Contratos (GELOG), como mudança de pessoas e férias-prêmio.

Acerca do Relatório de Auditoria 1370.0023.21, devido à revisão do Plano de Integridade do Sisema e muitas das recomendações serem atendidas na referida revisão, foi solicitada a alteração dos prazos de implementação para o fim de 2023.

Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF

<b>1) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.5045.12 <b>Data:</b> 24/09/2012 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2100.01.0001613/2018-23	<b>Ação:</b> Avaliação da conformidade dos processos de Reposição Florestal geridos pelo IEF	
Status	Recomendação	Observação
Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Recomendação 8.8 - Adotar providências quanto à ausência de Ação de cobrança administrativa junto aos inadimplentes de outros débitos em aberto no montante de R\$ 40.980.326,07 (quarenta milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), em 24/08/2012, de 23 empresas que firmaram Termos de Ajustamento de Conduta	O Relatório de Auditoria nº 2100.5045.12 <sup>1</sup> foi elaborado pela então Superintendência de Auditorias e Tomadas de Contas Especiais, da CGE, e o monitoramento da recomendação nº 8.8 foi solicitado pelo Corregedor-Geral, considerando o potencial de dano ao erário. As tratativas estão sendo efetuadas por meio do Processo SEI/IMG nº 2100.01.0001613/2018-23, por meio do qual a CSEC tem monitorado o cumprimento da recomendação, conforme Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 232/2020, de 18/11/2020 (21968496), que reitera as solicitações realizadas em 08/01/2018 (1233833), 05/10/2018 (1938280), em 27/04/2020 (13716479) e em 21/01/2021 (24160165) e em 19/07/2022 (49954915), acerca da situação atual dos débitos em aberto apontados no Relatório de Auditoria nº 2100.5045.12, emitido pela CGE no ano de 2012. Não houve, até a emissão deste RACI, resposta acerca das reiteradas solicitações.

<b>2) Documento:</b> Nota /Procedimento Preliminar de Correição <b>Nº:</b> 1370.1336.16 <b>Data:</b> 14/09/2016 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0005874/2020-19	<b>Ação:</b> Medidas de gestão – Operação Diamante Negro	
Status	Recomendação	Observação
<b>Recomendação Implementada</b>	Recomendação 1 - Verificar a viabilidade jurídica de lavratura dos autos de infração não lavrados no âmbito da Operação Diamante Negro, em observância à segurança jurídica em que o caso requer; havendo viabilidade, que sejam lavrados os autos de infração para as 56 empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea.	<p>A Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – DCRE, mediante <b>Nota Técnica nº 2/IEF/DCRE - DIREÇÃO/2021, de 19/12/2021</b> (SEI nº 39579704), <b>Anexo nº NOTA TÉCNICA 2/IEF/DCRE - DIREÇÃO/2021, de 20/12/2021</b>, (SEI nº 39656519), e Nota 01 - IEF/GERAF, de 17/03/2022 (SEI nº 41614786), manifestou-se quanto às recomendações propostas pela CSEC, conforme relatos, a seguir.</p> <p>Recomendação 1: Consoante manifestação da DCRE, a atuação administrava no tocante à responsabilização no âmbito administrativo ambiental não estaria devidamente respaldada, de forma que qualquer medida tendente a imputar cobranças ou infrações poderiam vir a ser consideradas como abuso ou desvio de poder em relação às empresas apontadas, em razão de eventualmente não cumprir algum aspecto jurídico da atuação administrava. Que a análise dos processos que foram instruídos para atender a recomendação de lavratura de autos de infração permite verificar que faltam elementos para lastrear a conduta administrava desta Instituição relativa ao dever de exercício do Poder de Polícia ambiental. Assim sendo, considerando-se o posicionamento exarado da área técnica competente, entende-se que a verificação quanto a viabilidade técnica-jurídica de lavratura dos autos de infração foi perseguida, sem, contudo, ter sido demonstrado viável a atuação do Poder de Polícia Administrativa. <b>Encerra-se, pois, o monitoramento da recomendação tendo sido considerada como implementada.</b></p>

<p><b>Recomendação Implementada – por medidas alternativas</b></p>	<p>Recomendação 2 - Verificar a viabilidade jurídica de inscrição dos débitos de Taxa Florestal e Reposição Florestal em Dívida Ativa, pelo esgotamento do prazo fixado para recolhimento por parte das empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea; havendo viabilidade, que sejam encaminhados à Advocacia Geral do Estado, com maior brevidade possível;</p> <p>Recomendação 3 - Constatada a inviabilidade jurídica de lavratura dos autos de infração (se for o caso), bem como, de cobrança dos débitos de Taxa Florestal e Reposição Florestal por meio de inscrição em Dívida Ativa, que sejam promovidas medidas de reparação do dano ao erário.</p>	<p>Recomendação 2: Consoante manifestação DCRE, em breve síntese, "em relação à grande parte da documentação referente aos atos declaratórios o que se verifica é a ausência de informações e dados técnicos que permitiriam a cobrança de valores à título de taxa florestal e reposição florestal, pois mesmo naquelas notas fiscais em que há o indicativo da volumetria do carvão, não existem documentos que demonstram que este carvão foi de fato transportado e deu entrada nas empresas em tese consumidoras". (...) "Ao nosso ver a legislação não permite a interpretação de causalidade e efeito automática entre o procedimento de competência da SEF e a ocorrência da obrigação de prestar a reposição florestal ou de recolhimento da taxa florestal". (...) "Desta feita, e a partir de uma análise dos documentos que instruem os autos dos procedimentos administrativos e de uma análise técnico-jurídica acerca do conjunto da denominada Operação Diamante Negro, concluímos que os procedimentos não possuem lastro documental para subsidiar a continuidade dos procedimentos administrativos que visavam realizar a cobrança administrativa pelo cumprimento da obrigação legal de reposição florestal, tendo em vista que a mera desclassificação das notas fiscais não enseja o cometimento de infração ambiental".</p> <p>Assim sendo, considerando a impossibilidade técnica e jurídica apontada pela Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas no que concerne ao levantamento de valores e cobrança dos créditos de Taxa Florestal e Reposição Florestal, <b>conclui-se o monitoramento da recomendação, apontando-se, entretanto, que a entidade deverá, junto às áreas correspondentes, adotar providências em relação aos créditos em aberto gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas consumidoras.</b></p> <p>Recomendação 3: Consoante manifestação da DCRE do IEF, no que tange à lavratura dos autos de infração, a atuação administrava no tocante à responsabilização no âmbito administrativo ambiental não estaria devidamente respaldada, de forma que qualquer medida tendente a imputar cobranças ou infrações poderiam vir a ser consideradas como abuso ou desvio de poder em relação às empresas apontadas, em razão de eventualmente não cumprir algum aspecto jurídico da atuação administrava. Que a análise dos processos que foram instruídos para atender a recomendação de lavratura de autos de infração permite verificar que faltam elementos para lastrear a conduta administrava desta Instituição relativa ao dever de exercício do Poder de Polícia ambiental.</p> <p>Ainda, no que tange à Taxa Florestal e Reposição Florestal, a unidade técnica se manifestou que "em relação à grande parte da documentação referente aos atos declaratórios o que se verifica é a ausência de informações e dados técnicos que permitiriam a cobrança de valores à título de taxa florestal e reposição florestal, pois mesmo naquelas notas fiscais em que há o indicativo da volumetria do carvão, não existem documentos que demonstram que este carvão foi de fato transportado e deu entrada nas empresas em tese consumidoras". (...) "Ao nosso ver a legislação não permite a interpretação de causalidade e efeito automática entre o procedimento de competência da SEF e a ocorrência da obrigação de prestar a reposição florestal ou de recolhimento da taxa florestal". (...) "Desta feita, e a partir de uma análise dos documentos que instruem os autos dos procedimentos administrativos e de uma análise técnico-jurídica acerca do conjunto da denominada Operação Diamante Negro, concluímos que os procedimentos não possuem lastro documental para subsidiar a continuidade dos procedimentos administrativos que visavam realizar a cobrança administrativa pelo cumprimento da obrigação legal de reposição florestal, tendo em vista que a mera desclassificação das notas fiscais não enseja o cometimento de infração ambiental".</p>
--	--	---

		<p>Assim sendo, considerando a impossibilidade técnica e jurídica apontada pela Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas no que concerne ao levantamento de valores e cobrança dos créditos de Taxa Florestal e Reposição Florestal, <b>conclui-se o monitoramento da recomendação, apontando-se, entretanto, que a unidade deverá adotar providências em relação aos créditos em aberto, gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas.</b></p> <p>Por fim, deixa-se de recomendar a adoção de medidas de ressarcimento ao erário, tendo em vista a impossibilidade, segundo a área técnica correspondente, de constituição dos créditos da multa ambiental, Taxa Florestal e Reposição Florestal, estando ausentes, portanto, os pressupostos para adoção de tais medidas.</p> <p>Por não haver, no sistema e-Aud, a opção de classificar a recomendação como "não se aplica", encerra-se o monitoramento das recomendações 2 e 3 classificando-as como "implementada parcialmente", considerando que foram constatadas, pela área técnica competente, as condições técnicas e jurídicas que impossibilitam a implementação da recomendação, nos moldes em que foram propostos.</p> <p>Em manifestação complementar, mediante Nota Técnica nº 5/IEF/GERAF/2022, de 26/09/2022 (SEI nº 53672825), a unidade técnica informou que "Para atendimento às recomendações 2 e 3 foi solicitada providências em relação aos créditos em aberto gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas consumidoras. Assim, foi aberto um Helpdesk nº1511234(53658847) e enviado um e-mail no qual esclarecemos a necessidade da prioridade na resposta (53659709) com o pedido do relatório referente aos créditos no Sistema CAP em 24 de agosto de 2022 e, prontamente, recebemos a resposta através do Helpdesk (53671398) e do e-mail (53671860). Constam no relatório emitido no Sistema CAP pela TI (53672015), R\$41.954,10 em créditos, destes, R\$2.018,57 foram quitados e R\$39.935,53 de créditos são referentes a Als que não referentes à Operação Diamante Negro, como é possível verificar na descrição dos Als 132410-A(53672116), 136937-B(53672198), 33567-C(53672175), 33570-C2008(53672230), 157140-B(53672191), sendo que, o que consta é o nome da marca do carvão "Diamante Negro", assim, não são relacionados à Operação Diamante Negro. Diante do exposto, concluímos o processo da Operação Diamante Negro nesta GERAf tendo em vista o atendimento às recomendações finais da Auditoria."</p>
--	--	---

<b>3) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1431.17 <b>Data:</b> 10/10/2017 <b>Processo SEI/IMG:</b> Não Há	<b>Ação:</b> Avaliar a regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental das barragens de Santarém, Fundão e Germano , operadas pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema	
STATUS	Recomendação	Observação
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17- Recomendação nº 11. Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;	<p>Consoante manifestação da unidade auditada, o processo em que foi efetuada a mensuração dos valores não fora localizado. Informou, ainda, que o servidor responsável pela elaboração do parecer e o responsável pela assinatura do Termo de Compromisso não mais integra os quadros funcionais do IEF, motivos pelos quais a unidade auditada informa que não será possível responder quais foram os critérios utilizados.</p> <p>Considerando que está em curso o processo administrativo disciplinar que apura eventuais irregularidades nos licenciamentos das barragens de Fundão, Santarém e Germano, da Samarco Mineração, <b>encerrou-se o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional do IEF.</b></p> <p>Considera-se, portanto, não implementada a recomendação, por assunção de risco pelo gestor.</p>
Recomendação implementada parcialmente	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17-- Recomendação nº 12. Elucidar se houve exigência, por parte do órgão ambiental, e respectivo cumprimento pela Samarco, da adoção de medida compensatória, nos termos do art. 32, inciso II, Lei Federal n. 11.428/2006, uma vez constatada intervenção em vegetação pertencente ao Bioma Mata Atlântica, no contexto dos processos de licenciamento do alçamento da Barragem de Santarém;	<p>Consoante Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE) nº 1370.0200.19, emitido em 18/02/2019, houve manifestação da Semad e da Feam (órgão/entidade auditados) por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, no que tange à recomendação 12, conforme segue:</p> <p>"Conforme já explanado acima, todo o Complexo Minerário de Germano está sujeito ao licenciamento de operação corretivo. Oportunamente, durante esta análise, serão verificados o pagamento ou constituição das obrigações de pagar e fazer relativas às compensações ambientais devidas. Nesse momento será realizado um levantamento de todas as compensações que já foram fixadas e pagas, de todas as compensações que foram fixadas e não pagas e de todas as compensações que ainda são devidas e, portanto, precisarão ser fixadas, aplicadas e pagas.</p> <p>Assim sendo, esta Controladoria Seccional retifica o último posicionamento, considerando, pois, a manifestação da unidade auditada no sentido de que as compensações ambientais serão verificadas no âmbito do licenciamento corretivo. <b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, cabendo à unidade auditada apresentar evidências quanto a implementação, caso seja requerido pela unidade de Controle.</b></p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
Recomendação implementada parcialmente	Relatório de Auditoria (NA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.1 - Verificar pertinência de se instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviço, etc.) relativa à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no âmbito dos processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA – criação de instrumentos de controle e verificação da autuação dos documentos nos processos – como a elaboração de checklist, por exemplo;	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou alterações ocorridas nos controles internos, tendo sido elaborada a listagem de documentos que devem constar nos processos de Autorização para Intervenção Ambiental e disponibilizada no sítio institucional. Além disso, foi instituída a Instrução de Serviço Sisema nº 03 de 2021 que estabeleceu "procedimentos a serem observados pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio – do IEF e seus respectivos Núcleos de Apoio Regional – NAR – para tramitação de processos híbridos, elaboração de parecer único e emissão de Autorização para Intervenção Ambiental nos processos administrativos analisados pelo IEF". Mencionou, ainda, o andamento da elaboração de novo normativo em substituição à Resolução Conjunta Semad/IEF nº 1.905/2013, tendo sido publicada em 26/10/2021 a Resolução Conjunta IEF/Semad, nº 3102, de 26/10/2021.</p> <p>Entretanto, não foi mencionada a forma de verificação dos documentos como controle de primeira linha que não só estabeleçam os documentos exigidos, mas que garanta a presença destes nos processos, como o estabelecimento de responsabilidade pela verificação, juntada da listagem de verificação em cada processo e com campo de assinatura pelo responsável pela verificação, motivo pelo qual considera-se parcialmente implementada a recomendação de auditoria. <b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, cabendo à unidade auditada apresentar evidências caso seja requerido pela unidade de Controle.</b></p>
Recomendação Implementada	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.2 Averiguar razoabilidade quanto à proposição de mecanismos que impeçam ou, no mínimo, dificultem que processos autorizativos de intervenção ambiental – relativos à emissão de DAIA – sejam concedidos sem que haja análise/manifestação jurídica, e ainda, manifestar quanto a ausência de manifestação em campo próprio do anexo III do Parecer Único em todos os processos analisados.	A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou alterações ocorridas nos controles internos, tendo sido instituída a Instrução de Serviço Sisema nº 03 de 2021 que estabeleceu "procedimentos a serem observados pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio – do IEF e seus respectivos Núcleos de Apoio Regional – NAR – para tramitação de processos híbridos, elaboração de parecer único e emissão de Autorização para Intervenção Ambiental nos processos administrativos analisados pelo IEF", mediante a qual foram dispensados, a critério do Supervisor Regional, o controle processual para os processos de intervenção ambiental: relativos a todos os processos de

<sup>4</sup>Manifestação encaminhada, após emissão do relatório de efetividade, por meio do documento SEI 35067271.

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
		<p>corte de árvores isoladas, intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP, aproveitamento de material lenhoso.</p> <p>Mencionou, ainda, alterações normativas no que tange a manifestação jurídica em processos de Intervenção Ambiental, tendo sido estabelecido pelo Decreto nº 47892, de 23/03/2020, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, em seu art. 44, a competência do Núcleo de Controle Processual das URFBios de "realizar o controle processual dos processos administrativos que envolvam supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração, pertencentes ao bioma Mata Atlântica, de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar"; e de "realizar, quando solicitado pelo Supervisor regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF";</p> <p>Estando estabelecidas alçadas em relação à apreciação jurídica por meio do Controle Processual, e considerando a observância por parte dos responsáveis pela execução dos controles internos, não se vislumbra a necessidade de nova reiteração da recomendação, considerando-se, pois, implementada conforme documento de auditoria.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando sua implementação.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.12- Ponderar acerca da pertinência em efetuar a implementação de mecanismos que possam aprimorar/aperfeiçoar controles preventivos relativos à verificação quanto à coerência/congruência entre o tipo de vegetação existente na propriedade rural, cujas áreas consistirem em objeto de requerimento de intervenção ambiental, e a vegetação a ser autorizada por meio de documento autorizativo (DAIA), no intuito de obstruir ou minimizar	A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se apontando os normativos que estabelecem as diretrizes a serem observados para as intervenções no Bioma de Mata Atlântica, bem como, o Decreto Estadual que regulamenta as Intervenções Ambientais. Mencionou, ainda, o andamento da elaboração de novo normativo em substituição à Resolução Conjunta Semad/IEF nº 1.905/2013, tendo sido publicada em 26/10/2021 a Resolução Conjunta IEF/Semad, nº 3102, de 26/10/2021, que trouxe novas definições quanto a obrigatoriedade de realização de vistoria e utilização de geotecnologia na análise de processos de Intervenção Ambiental, nos termos seguintes: Art. 24 – Será



<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	possíveis impactos ambientais, concernentes à efetivação de intervenções ambientais indevidas. Como exemplo, sugere-se a inclusão obrigatória nos processos de intervenção ambiental, em momento anterior à emissão do DAIA, de análise de imagens de satélite da área requerida à intervenção ambiental, observando-se, para tanto, o princípio da Segregação de Funções no que tange ao responsável pela realização da vistoria na propriedade/emissão de Parecer Técnico e o responsável pela análise das imagens;	<p>realizada vistoria técnica do imóvel para o qual tenha sido requerida autorização para intervenção ambiental, bem como das áreas propostas para compensação ambiental, de forma remota, por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias disponíveis, ou presencialmente, em campo. Parágrafo único – Nos casos de vistorias em áreas inacessíveis ou cujo acesso possa colocar em risco a segurança da equipe técnica, o empreendedor deverá fornecer subsídios para coleta das informações necessárias à análise, podendo ser aceita a utilização de drones, a realização de sobrevoos ou de outras tecnologias aplicáveis.</p> <p>Entretanto, não foram mencionadas soluções a respeito da segregação de funções no que tange ao responsável pela análise das imagens e o responsável pela emissão do Parecer técnico, o que poderia, em tese, contribuir para a prevenção de eventuais erros ou riscos de integridade, conforme fora demonstrado no relatório de auditoria. Neste sentido, considera-se assunção de risco pelo gestor, a ausência de segregação de função nessas duas etapas de análise dos processos de intervenção ambiental.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.16- Propor mecanismo(s) de controle que impeça(m) ou, no mínimo, dificulte(m) que os processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação.	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia considerou suficiente a previsão normativa quanto às competências dos Supervisores Regionais a emissão da decisão de processos de Intervenção Ambiental e emissão das Autorizações para Intervenção Ambiental .</p> <p>Entretanto, há que se considerar o que dispõe o art. 3º do Decreto nº 46.953, DE 23/02/2016, que dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, acerca da sua competência de "XVIII – decidir, por meio de suas Unidades Regionais Colegiadas – URCs –, sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado."</p> <p>Nesse sentido, não se vislumbrou, na manifestação recebida, propostas de medidas que dificultem ou impeçam que os processos de intervenção ambiental sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação. Considera-se, pois, <b>não implementada a recomendação</b>.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.17 e 3.18- Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviços, etc.) contemplando mecanismos de apuração, controle e diagnóstico que impeçam ou, no mínimo, dificultem a preterição na ordem de atendimento das solicitações de intervenção ambiental a serem concedidas por meio de DAIA. Como exemplo, sugere-se a determinação de limites máximos de prazo, a serem contados a partir da formalização do processo, para efetuação da vistoria técnica, para elaboração do Parecer Único, bem como para decisão do processo. Nesse contexto, sugere-se também a	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou sobre a existência de prazo regulamentar para a decisão de processos de Intervenção Ambiental, sobre prazos de aprovação tácita dos atos públicos de liberação de atividade econômica de responsabilidade dos órgãos e entidades do Sisema, e ainda, sobre expressivos resultados no cumprimento das metas de redução do passivo desses processos.</p> <p>Entretanto, a manifestação não demonstra o atendimento pretendido na recomendação, sendo o objetivo é que em caso de atendimento de requerimentos de intervenção fora da ordem cronológica, que sejam apontados critérios objetivos de priorização, como ocorre atualmente com os processos de licenciamento ambiental no âmbito da Semad. A definição</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	<p>elaboração de gráficos, planilhas e/ou tabelas contendo mecanismos de alerta quanto ao atingimento dos prazos, bem como quanto a possíveis preterições na ordem de atendimento das solicitações, devendo ser observada, pois, a ordem cronológica das datas de formalização dos processos. Ademais, importante se atentar, ainda, para o princípio da segregação de funções, alocando-se servidor exclusivamente para a gestão de tais gráficos/planilhas/tabelas, o qual não deve participar de outras etapas dos processos de intervenção ambiental;</p> <p>Contemplar na normatização de que dispõe o item anterior, os casos em que o atendimento das solicitações de intervenção ambiental se enquadre como prioritário, sendo estabelecidos, para tanto, os devidos critérios, sem prejuízo da observância dos preceitos legais.</p>	<p>de critérios objetivos de priorização evita eventual materialização de riscos de integridade que possam afetar os objetivos e a imagem da instituição.</p> <p>Pelo exposto, considera-se não implementada a recomendação. <b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte desta CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>
Não implementada – Ação Inadequada ou Insuficiente	<p>Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.21 - Verificar se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem avaliados como incorretos, recomenda-se – considerando-se cada processo separadamente para efeitos de ressarcimento e, caso julgue pertinente, desconsiderando-se valores irrisórios (menores do que R\$ 1,00, um real, por exemplo), ou cuja cobrança possa ser menor do que o valor da emissão de um DAE:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover medidas de autotutela junto ao administrado relativo aos valores cobrados a menor, de forma que o requerente ao processo de intervenção/proprietário efetue o pagamento da diferença;</li> <li>2. Promover medidas de ressarcimento ao requerente do processo de intervenção/proprietário do imóvel rural relativo aos valores cobrados a maior, haja vista a vedação de enriquecimento ilícito por parte do Estado.</li> </ol> <p>A respeito dos processos para os quais não se identificou comprovante de pagamento referente à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, recomenda-se:</p>	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido de que aguarda a consulta conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Estadual de Floresta à Advocacia Geral do Estado em 31/05/2019 para que fossem obtidos os esclarecimentos necessários à adoção de medidas cabíveis, para as situações em que a Taxa Florestal deixou de ser cobrada por inação ou negligência do servidor ou por falta de precisão da legislação vigente à época do fato gerador.</p> <p>Considerando-se, pois, que apesar de não ter havido solução definitiva quanto a providência adotada em relação ao cabimento ou não de cobrança administrativa dos valores de Taxa Florestal, ou mesmo quanto ao cabimento ou não de adoção de medidas de ressarcimento ao erário, entretanto, tendo sido encaminhada consulta jurídica para verificação quanto à medida que deverá ser adotada, cujos valores calculados apontam para R\$ 9.152,87, esta Controladoria Seccional considera que os subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão fora alcançada, e em razão do baixo valor, pondera-se quanto ao custo x benefício da ação da Controladoria e <b>encerra-se o monitoramento da recomendação</b>, retificando a classificação anterior, emitida em 07/02/2022, passando a ser <b>não implementada por ação inadequada ou insuficiente.</b></p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	<p>3. Autuar os comprovantes de pagamento no processo, se o pagamento tiver sido efetuado. Enviar comprovação à UICI;</p> <p>4. Caso o pagamento tenha sido efetuado, informar à UICI se as taxas cobradas e pagas foram calculadas corretamente, demonstrando a memória de cálculo e o respectivo embasamento legal. Caso as taxas tenham sido calculadas incorretamente, promover medidas de autotutela nos moldes do item “c”;</p> <p>5. No caso de não ser identificado o pagamento das taxas, promover medidas de autotutela, de modo a efetuar a cobrança junto ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>6. Ainda no caso de não ser identificado o pagamento das taxas, elucidar se órgão ambiental efetuou cobrança ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural à época da análise do respectivo processo. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI (cópia da guia de cobrança – DAE e comprovante de recebimento do DAE pelo requerente/proprietário do imóvel).</p>	<p>Frisa-se que encerramento do monitoramento da recomendação não desobriga ao gestor de acompanhar os trâmites da consulta encaminhada, bem como, de proceder à adoção das medidas aplicáveis à recomendação.</p>
Recomendação Implementada Parcialmente	Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.24- Promover medidas de autotutela, caso seja confirmado que houve subestimativa dos cálculos relativos à taxa florestal e reposição florestal – de que se trata o item “e”. Enviar comprovação à UICI.	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido de que aguarda a consulta conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Estadual de Floresta à Advocacia Geral do Estado em 31/05/2019 para que fossem obtidos os esclarecimentos necessários à adoção de medidas cabíveis, para as situações em que a Taxa Florestal deixou de ser cobrada por inação ou negligência do servidor ou por falta de precisão da legislação vigente à época do fato gerador.</p> <p>Considerando-se, pois, que apesar de não ter havido solução definitiva quanto a providência adotada em relação ao cabimento ou não de cobrança administrativa dos valores de Taxa Florestal, ou mesmo quanto ao cabimento ou não de adoção de medidas de ressarcimento ao erário, entretanto, tendo sido encaminhada consulta jurídica para verificação quanto à medida que deverá ser adotada, cujos valores calculados apontam para R\$ 9.152,87, esta</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58			<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.		
<b>Status</b>		<b>Recomendação</b>		<b>Observação<sup>4</sup></b>	
				Controladoria Seccional considera que os subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão fora alcançada, e em razão do baixo valor, pondera-se quanto ao custo x benefício da ação da Controladoria <b>e encerra-se o monitoramento da recomendação, considerando-se parcialmente implementada.</b>  Frisa-se que encerramento do monitoramento da recomendação não desobriga ao gestor de acompanhar os trâmites da consulta encaminhada, bem como, <b>de proceder à adoção das medidas aplicáveis à recomendação.</b>	
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor		"Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação nº 3.31 - Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 4.747/1968 (art. 69), bem como Decreto Estadual n. 36.110/1994, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à taxa florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7;		A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido do que prevê a legislação nos casos de constatação de atividades irregulares, entretanto, deixou de apontar se os valores em dobro foram cobrados nos autos de infração lavrados (itens 7.1 a 7.7 do Relatório de Auditoria).  Considera-se, pois, que foram prestados subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão, sendo, portanto, de inteira responsabilidade do gestor a <b>assunção do risco em caso de não implementação. Concluiu-se, portanto, o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional.</b>	
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor		Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.32- Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 14.309/2002 (art. 47 e 49); Lei Estadual n. 20.922/2013 (art. 78); Resolução Conjunta IEF/Semad n. 1.914/2013 (art. 3º); bem como Decreto Estadual n. 44.844/2008, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à reposição florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7		A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia, responsável por planejar, coordenar e disciplinar a execução das atividades relacionadas às intervenções ambientais, às florestas plantadas, à destinação de produtos e subprodutos florestais e ao monitoramento da cobertura vegetal do Estado, não se manifestou quanto às providências acerca desta recomendação.  Considera-se, pois, que foram prestados subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão, sendo, portanto, de inteira responsabilidade do gestor a <b>assunção do risco em caso de não implementação. Concluiu-se, portanto, o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional.</b>	

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>5) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1238.19 <b>Data:</b> 21/08/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002134/2019-25		<b>Ação:</b> Avaliar a conformidade de processos de Licenciamento ambiental do empreendimento Barragem I – localizado no Complexo Mina Córrego do Feijão, município de Brumadinho-MG.	
Status		Recomendação	Observação
Recomendação avaliada	não	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1238.19 - Recomendação nº 13 - Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor; (Achado nº 6)	Será solicitação de informações à gestão do IEF para verificação quanto à implementação das recomendações. Ressalta-se que, tendo em vista prazo para emissão deste RACI/Parcial, qual seja: 15/07/2022, nos termos do artigo 20 da Resolução CGE nº 27/2019, optou-se por realizar a diligência à gestão do IEF, para fins de avaliação da efetividade e verificação quanto à implementação das recomendações, em momento posterior.
Recomendação avaliada	não	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1239.19 - Recomendação 14 - Verificar o cabimento de aplicação de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação (achado nº 6).	

<b>6) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003063/2020-62.		<b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa	
Status		Recomendação	Observação
Recomendação implementada	não	Recomendação 01 - Verificar o cabimento de medidas administrativas e jurídicas de autotutela para cobrança dos valores a título de desconto de taxa florestal, concedidos de forma irregular, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A, caso os créditos não tenham culminado em prescrição.	Plano de Ação não encaminhado.  Consoante informações contidas no Memorando.IEF/GERAF.nº 2/2022, SEI nº 40912643, processo SEI/IMG 1520.01.0003063/2020-62, o gestor se



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Recomendação não implementada	Recomendação 02 - Caso não seja possível a adoção de medidas de autotutela junto às empresas beneficiadas indevidamente, ou caso a pretensão de constituição de cobrança dos créditos tenha sido culminada em prescrição, que sejam adotadas medidas de ressarcimento ao erário concernente aos valores preliminarmente apurados pela Comissão Especial instituída pela Portaria nº 57/2016, cujo valor é de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.	manifestou no sentido de que “em razão de outras dúvidas jurídicas relacionadas à legislação que regia o tema, esta Diretoria entendeu pela necessidade de elaborar uma consulta jurídica à Procuradoria do IEF a fim de serem apontados os caminhos jurídicos viáveis a serem adotados em relação ao tema.  <b>Reitera-se a recomendação.</b>
-------------------------------	---	--

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <b>Data:</b> 23/12/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0012200/2020-34			<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF		
Status		Recomendação		Observação	
Recomendação implementada parcialmente		Recomendação nº 2 - Dar notoriedade aos meios de comunicação e possibilidades de acesso dos servidores e demais agentes à comissão de ética, para que sejam facilitadas as consultas e esclarecimentos de dúvidas;		<p>Consoante manifestação contida no Plano de Ação encaminhado pela unidade auditada (1520.01.0012200/2020-34, doc. 45485451), foi publicada no site do IEF a Portaria IEF nº 13, de 22/02/2022, que instituiu a Comissão de Ética do IEF e foi informado o e-mail da comissão (<a href="http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/comissaodeeticadoief">http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/comissaodeeticadoief</a>, acessado em 12/07/2022). A referida ação foi considerada, pela gestão, como implementada em 07/04/2022.</p> <p>Com devida vênia, considerando que a autarquia possui em seu quadro agentes públicos que não possuem acesso a computadores, a exemplo de brigadistas de incêndio e viveiristas, considera-se parcialmente implementada a recomendação de auditoria, devendo-se, pois, ser avaliada a possibilidade de: a) ampliação dos canais de atendimento pela comissão de ética, a exemplo de telefone; e b) fixação de cartazes com a disposição dos canais de atendimento nas unidades em que há lotação de agentes públicos que não possuem acesso a computadores.</p> <p><b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, considerando-se parcialmente implementada.</b></p>	
Recomendação não implementada: Ação inadequada ou insuficiente		Recomendação nº 49 - Promover a criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar		<p>A ação implementada constituiu na criação de comissão de credenciamento para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Chamada Pública, no âmbito das unidades IEF. Com devida vênia, cumpre esclarecer que a ação demonstrada, apesar de poder ser aplicada em várias unidades da autarquia, contempla um processo específico, e não possui o potencial de atender, em nível de entidade, a recomendação proposta, considerando-se os vários processos de trabalho que a autarquia processa diariamente. Neste sentido, sugere-se que sejam elegidos mais processos, em nível de criticidade, para a implementação de</p>	

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <b>Data:</b> 23/12/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0012200/2020-34	<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF	
Status	Recomendação	Observação
	se estão sendo efetivos e contribuindo para a prevenção de erros e fraudes.	mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos, nos moldes da recomendação proposta. <b>Considera-se, pois, que a ação informada é insuficiente para o atendimento da recomendação. Reitera-se, portanto, a recomendação.</b>
Recomendação Implementada	Recomendação nº 51- Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).	Consoante manifestação contida no Plano de Ação encaminhado pela unidade auditada (1520.01.0012200/2020-34, doc. 45485451), foram estabelecidos procedimentos a serem observados pelas URFBios e NAR / IEF, em processos híbridos de Intervenção Ambiental, tendo sido emitida a Instrução de Serviço SISEMA nº 03/2021, de 11/05/2021, divulgada no sítio eletrônico da SEMAD. Sugere-se que a gestão verifique a necessidade de atualização de controles de outros processos operacionais e competência da instituição, em razão de mudanças significativas já ocorridas. Tendo em vista o teor da recomendação, no sentido de que a gestão possa atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles, considera-se <b>implementada a recomendação. O monitoramento da recomendação foi encerrado pela CSEC.</b>



<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <sup>5</sup> <b>Data:</b> 23/12/2020	<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF	
Status	Recomendação	Observação
<b>Recomendação Implementada</b>	<p>Recomendação nº 3 - Estabelecer um programa ou processo definido para identificar e monitorar tendências relacionadas às normas de conduta da autarquia que contemple e atinja, de forma mais abrangente, as diversas categorias de agentes públicos que participam dos processos de trabalho da instituição, colaboradores, inclusive prestadores de serviços terceirizados, para identificar problemas e tendências relacionadas às normas de conduta da organização, bem como, para avaliar especificamente o desempenho concernente às normas de conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 5 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes;</p> <p>Recomendação nº 6 - Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema;</p> <p>Recomendação nº 8 - Estabelecer fluxo de encaminhamento de representações e denúncias que contenham potenciais desvios de comportamento ético para a Comissão de Ética;</p> <p>Recomendação nº 20 - Ampliar a adesão ao Programa Transforma Minas, para seleção de cargos da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 33 - Formalizar e implantar uma Política de Gestão de Riscos na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 38 - Instituir instrumentos formalizados para identificação, avaliação e tratamento dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Recomendação nº 39 - Estabelecer controles para prevenir e detectar fraudes nos processos da entidade;</p> <p>Recomendação nº 52 - Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade, em alinhamento com a Resolução SEPLAG nº 107/2018, que regulamenta a Política de Segurança da Informação e Comunicação pelos usuários dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional ou certificar-se do cumprimento da referida Resolução na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 55 - Formalizar e manter atualizada a política de política de distribuição de atribuições ou responsabilidades por atividades- chave de autorização, de execução, de atesto/aprovação, de registro e de revisão devidamente segregadas entre diferentes pessoas, quando do cadastramento dos usuários nos sistemas informatizados;</p>	<p>O Plano de Ação encaminhado pela autoridade não contemplou ações para as 12 (doze) recomendações destacadas neste item. Consoante informado por meio do Memorando.IEF/DG.nº 121/2022, “em atenção ao requerido no Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 110/2022 (48709632), informo que os pontos nele destacados serão avaliados oportunamente e contemplados em planos de ação específicos. Ressaltamos, ademais, que algumas das recomendações em questão devem ser objeto da revisão do Plano de Integridade do Sisema, já em andamento”.</p>

<sup>5</sup> Processo SEI/IMG nº

<p>Recomendações emitidas, com plano de ação vigente (em implementação)</p>	<p>Recomendação nº 1 - Estabelecer um Código de conduta próprio que inclua questões específicas do órgão, assim como, aborde questões como pagamentos indevidos, uso adequado dos recursos, conflitos de interesse, aceitação de presentes, doações e uso de zelo profissional devido, entre outros; em observância ao Decreto nº 47.185, de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que por sua vez tem como uma de suas diretrizes o incentivo à criação e adoção de códigos de conduta ética específicos pelos órgãos e pelas entidades da administração pública do Poder Executivo;</p> <p>Recomendação nº 4- Ampliar a atuação ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética, de forma que atinja a todas as categorias de agentes públicos da organização;</p> <p>Recomendação nº 7- Incentivar uma atuação mais proativa da comissão de ética;</p> <p>Recomendação nº 9 - Promover de maior interação da alta gestão (Dirigente Máximo, Gabinete) quanto aos mecanismos de fomento à Ética, e maior atuação na transmissão do tema valores éticos e integridade;</p> <p>Recomendação nº 10 - Supervisionar os mecanismos de fomento à ética, à criação de instrumentos de mobilização, a exemplo de campanhas, e mecanismos de incentivo à participação, de todas as categorias de agentes públicos, em treinamentos com temas relacionados à integridade e valores éticos;</p> <p>Recomendação nº 11 - Acompanhar o desempenho da instituição a partir dos objetivos definidos, riscos inerentes e resultados alcançados em confronto com as metas definidas;</p> <p>Recomendação nº 12 - Incentivar as áreas acerca de iniciativas proativas de promoção da gestão baseada em riscos, garantindo que sejam mapeados e mitigados os riscos relevantes da entidade, por meio de atividades de controle em áreas de risco significativo;</p> <p>Recomendação nº 13 - Promover a formalização da estrutura de governança com vistas ao aprimoramento do acompanhamento da execução das metas e os resultados da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 14 - Verificar o cabimento de instituir indicadores de desempenho por unidade descentralizada, considerando os objetivos e riscos da organização;</p> <p>Recomendação nº 15 - Atualizar os normativos que tratam das competências da autarquia, dispostos no sítio eletrônico;</p> <p>Recomendação nº 16 - Instituir mecanismos de controle e monitoramento do desempenho para os atos delegados, no que couber, que ainda não possuem tais mecanismos;</p> <p>Recomendação 17 - Verificar, mediante análise dos atos que foram delegados, aqueles que justificam o estabelecimento de limites de alçada;</p> <p>Recomendação nº 18 - Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão no IEF, e promover revisão periódica para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos;</p>	<p>Ações com prazo para implementação posterior à emissão deste relatório, a serem monitoradas de acordo com a respectiva data de implementação definida pelo gestor.</p>
---	---	---

	<p>Recomendação nº 19 - Incrementar o ambiente virtual de aprendizagem com cursos voltados para as atividades praticadas pelos agentes públicos do IEF, e incentivar a participação dos agentes públicos nos cursos oferecidos; Ampliar o acesso às demais categorias de agentes públicos, ao ambiente virtual de aprendizagem;</p> <p>Recomendação nº 21 - Promover pesquisa de clima organizacional com periodicidade razoável, para identificação, diagnóstico e tratamento do clima;</p> <p>Recomendação nº 22 - Desenvolver um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 23 - Promover realização de diagnóstico e identificação das necessidades de capacitação;</p> <p>Recomendação nº 24 - Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela recorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas;</p> <p>Recomendação nº 25 - Promover a criação de mecanismos de incentivos não financeiros para reconhecimento dos agentes públicos que se destacam em suas funções, com vistas a reconhecer servidores ou áreas de destaque, ou que implantaram ideias inovadoras exitosas no âmbito das Assessorias, Diretorias, Gerências, UFRBio, NAR, Aflobio, Viveiros Florestais, UC, Cetras;</p> <p>Recomendação nº 26 - Adotar mecanismos de estabelecimento de métricas de desempenho, de monitoramento avaliação de desempenho para agentes que trabalham em regime de cessão nas unidades administrativas do IEF, especialmente Aflobio e NAR, que não possuem ferramenta de Planejamento de Desempenho Institucional e consequentemente, não possui sistema de avaliação de desempenho<sup>16</sup>;</p> <p>Recomendação nº 27 - Adotar mecanismos alternativos de registros funcionais dos agentes públicos de outras esferas em regime de cessão, caso não seja possível exercê-los por meio das ferramentas institucionais;</p> <p>Recomendação nº 28- Promover medidas de padronização dos Termos de Cessão dos agentes públicos cedidos, fazendo constar claramente os deveres, medidas a serem aplicadas em caso de descumprimento, especialmente no que tange ao compromisso com o comportamento ético e íntegro esperado pela autarquia para transmitir rigorosamente a ideia de que desvios não são tolerados.</p> <p>Recomendação nº 29 - Estabelecer e formalizar critérios de seleção definidos para recepção de agentes públicos cedidos por outras esferas administrativas, (requisitos adequados de conhecimento, experiência, habilidades e atitudes), e de verificação de antecedentes antes da assunção das funções no âmbito da autarquia.</p> <p>Recomendação nº 30 - Elaborar e aprovar o planejamento estratégico, desdobrando-o em planejamentos tático e operacional, contemplando objetivos organizacionais de médio e longo prazos, indicadores, metas e resultados esperados, e torna-lo público aos interessados;</p> <p>Recomendação nº 31- Instituir e formalizar mecanismos de monitoramento e controle das atividades executadas nas unidades administrativas descentralizadas, no tocante ao cumprimento das metas.</p>	
--	--	--

	<p>Recomendação nº 32 - Adotar providências de publicização dos mecanismos de Planejamento e monitoramento (cumprimento) dos indicadores e metas.</p> <p>Recomendação nº 34 - Mapear processos de trabalho da autarquia, especialmente os processos críticos e estratégicos;</p> <p>Recomendação nº 35 - Identificar e avaliar os riscos de todos os processos mapeados (ou pelo menos dos processos considerados estratégicos para a instituição), adotando-se a metodologia definida na Política de Gestão de Riscos.</p> <p>Recomendação nº 36 - Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p>Recomendação nº 37- Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas;</p> <p>Recomendação nº 40- Ampliar e estabelecer a formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos (normativos, fluxogramas, rotinas, parâmetros, cartilhas, Notas Técnicas, instruções de serviço) que comuniquem claramente as responsabilidades pelo controle interno, e os procedimentos sobre o que deve ser feito para realizar os controles internos, em nível de área/processos e atividades;</p> <p>Recomendação nº 41 - Consolidar os instrumentos e mecanismos de controles internos existentes, por área/processo/atividade;</p> <p>Recomendação nº 42 - Divulgar os instrumentos e mecanismos de controles internos em ambiente facilmente acessível aos usuários responsáveis pela execução dos controles;</p> <p>Recomendação- 43- Promover a formalização de controles internos (dos processos relevantes) utilizados na prática, porém não formalizados;</p> <p>Recomendação nº 44 - Estabelecer mecanismos formais para mensurar e registrar a melhoria nos controles (eficiência, eficácia, efetividade) a partir de processos que sofreram alterações a partir de decisões tomadas;</p> <p>Recomendação nº 45 - f) Promover a capacitação dos gestores e divulgação para todos os servidores da IEF quanto às responsabilidades pelos controles internos, em consonância ao modelo das três linhas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA31.</p> <p>Recomendação nº 46 - Formalizar os controles internos a serem executados nos processos e atividades, preventivos e detectivos, que abrangem as ações a serem adotadas, os itens a serem verificados, bem como os prazos e responsáveis por aplicar, revisar e supervisionar essas ações (nos processos que tais controles ainda não foram formalizados);</p> <p>Recomendação nº 47 - Promover a formalização das políticas e procedimentos para assegurar a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como: autorização, execução, controle e registro, cadastro/recebimento/análise de documentação e registros nos sistemas informatizados;</p>	
--	---	--

	<p>Recomendação nº 48- Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado; e estabelecer controles</p> <p>Recomendação nº 50 - Estabelecer controles para atualização periódica e preventiva das políticas e procedimentos (atividades de controle) formalmente estabelecidos, levando em conta os riscos existentes, de modo que os controles sejam proporcionais aos riscos identificados;</p> <p>Recomendação nº 51- Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).</p> <p>Recomendação nº 53- Manter atualizados os cadastros de servidores habilitados a utilizar os sistemas de informação;</p> <p>Recomendação nº 54 - Rever os procedimentos de exclusão e alteração de acesso aos sistemas informatizados, para assegurar que servidores que mudaram suas atividades ou foram desligados não tenham acesso aos sistemas de informação;</p> <p>Recomendação nº 56 - Promover campanhas e treinamentos voltados para o tema de Segurança da Informação.</p> <p>Recomendação nº 58 - Adotar medidas visando a criação de um processo definido para comunicar e disponibilizar tempestivamente as informações necessárias para que toda a equipe entenda e conduza suas responsabilidades quanto ao bom funcionamento do controle interno;</p> <p>Recomendação nº 59 - Aperfeiçoar a política de transparência ativa disponibilizada no sítio institucional, em especial, com a inserção de um link, , no menu transparência, de direcionamento para o sistema e-SIC; inserção de um link direcionando para o Portal da Transparência do Meio Ambiente<sup>48</sup> e para a plataforma IDE/Sisema; divulgação das agendas das instâncias colegiadas; divulgação da agenda de compromissos da Alta Administração; criação do Plano de Dados abertos próprio e divulgação da carta de serviços ao usuário.</p> <p>Recomendação nº 60 - Promover mecanismos de auto avaliação e monitoramento do sistema de controles internos para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo e fazer a revisão periódica dessas atividades possibilitando assim a melhoria contínua dos controles;</p> <p>Recomendação nº 61 - A partir da sistematização da auto avaliação e monitoramento dos controles internos exercidos pela própria gestão, prover ambiente próprio para o armazenamento e monitoramento constante de tais avaliações e adoção de medidas de aprimoramento;</p> <p>Recomendação nº 62 - A partir da sistematização dos documentos que contêm as avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.</p> <p>Recomendação nº 63 - Instituir controles que garantam o acompanhamento eficaz (até a efetiva implementação ou justificativas pertinentes, conforme o caso) das recomendações contidas nos documentos de auditoria emitidos pelos órgãos de controle interno e externo;</p>	
--	--	--

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

	Recomendação nº 64 - Instituir mecanismos para cobrança de dano ao erário de pequena monta no âmbito da autarquia;	
--	--	--

<b>8) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.0246.21 <b>Data:</b> 09/03/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0005356/2019-40	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos no processo de Compensação Florestal Minerária	
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Observação</b>
Recomendação Implementada	Elaborar Plano de Ação para os riscos altos identificados	O Plano de Ação foi remetido pelo Gabinete do IEF em 05/04/2022. As ações serão monitoradas de acordo com as diretrizes da AUGÉ/CGE, ou de acordo com as datas de implementação.

<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.	
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Observação</b>
Recomendações não implementadas*	<p>Recomendação nº 01- Verificar eventual necessidade de regularização das informações sobre o status dos convênios no Sigcon/Saída, em especial, àqueles já baixados que constam a informação “Sem identificação de status” no “Diagnóstico do Passivo de Prestação de Contas de Convênios de Saída e Instrumentos Congêneres”, emitido em 2019 pela CGE (vide apêndice I.C);</p> <p>Recomendação nº 02- Promover a multiplicação do conhecimento concernente aos procedimentos de celebração, acompanhamento/fiscalização e análise de prestação de contas relativo aos instrumentos de transferências de recursos de saída, tendo em vista o atual quadro funcional disponível para essas atividades na GCOF/DAF;</p> <p>Recomendação nº 3- Aprimorar, no âmbito do IEF, os mecanismos de controle, com a institucionalização de manuais, instruções de serviço ou notas orientativas, relativos às atividades que envolvem todas as fases dos instrumentos de transferência de recursos de saída;</p>	*As medidas de gestão foram encaminhadas pelo Gabinete do IEF em 11/07/2022. Assim sendo, o monitoramento e avaliação do cumprimento serão efetuados no segundo semestre do ano corrente.

<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.	
Status	Recomendação	Observação
	<p>Recomendação nº 04 - Prover os recursos necessários, que possam garantir a análise suficiente, adequada e tempestiva dos instrumentos de transferência de recursos de saída do IEF, e conclusão em tempo razoável, considerando que o tempo de médio de tramitação referente ao escopo desta nota de auditoria é de, em média, 3.526 dias corridos;</p> <p>Recomendação nº 05- Adotar providências para a redução do tempo de adoção de medidas de ressarcimento ao erário dos convênios cujas prestações de contas ainda não foram baixadas, conforme o caso, considerando o que dispõe a IN 03/2013 do TCE/MG, que estabelece o prazo de 180 dias para adoção das medidas administrativas internas a partir da data do evento ou, quando desconhecida, da data da ciência do fato pela autoridade administrativa, nos casos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e de caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 6- Verificar a situação atual dos 7 (sete) instrumentos de TDCO não encerrados na ocasião da finalização da força tarefa (vide apêndice I.B), e adotar as medidas pertinentes a cada caso;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 8- Verificar, de acordo com eventual potencial de instrumentos a serem celebrados, a conveniência e oportunidade de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos e instrumentos congêneres, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;</p>	

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
Recomendações Implementadas      não	<p>Recomendação 1-A - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando: a verificação das medidas de gestão aplicáveis para a destinação ou perdimento dos bens apreendidos vinculados aos respectivos autos de infração, no que couber; e ainda, eventual viabilidade de emissão de decisão administrativa definitiva;</p> <p>Recomendação 1-B - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a verificação quanto a eventual viabilidade de constituição de crédito e exigibilidade das obrigações referentes à Reposição Florestal, para os autos de infração que possuem fato gerador, considerando, pois, a verificação da eventual pré-existência das informações (nos autos de infração) necessárias para a efetivação da cobrança;</p> <p>Recomendação 1-C - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento a verificação das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento.</p> <p>Recomendação 2 - Em se verificando a impossibilidade de aplicação de tais medidas para todos os autos de infração prescritos e remetidos em razão do lapso temporal transcorrido, estabelecer critérios objetivos de priorização, a exemplo dos autos de infração mais recentes ou que possuem maiores valores;</p> <p>Recomendação 3 - Certificar quanto ao exaurimento das medidas de gestão e controle aplicáveis, passíveis de implementação, em relação aos autos de infração que culminaram em prescrição e foram abarcados pela remissão, inclusive quando a atualização dos dados e informações nos autos de nos sistemas de informação, para promoção do arquivo definitivo dos processos;</p> <p>Recomendação 4 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço e afins, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Ambiental, exercidos pelo IEF;</p>	<p>Plano de Ação não encaminhado pela unidade auditada.</p> <p>Pertinente ressaltar que a CSEC prestou Consultoria, na modalidade Facilitação, cujo objeto foi “Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF, contemplando as fases de instrução dos autos de infração até o trânsito em julgado, e encaminhamento para inscrição em dívida ativa”.</p> <p>A referida ação visa subsidiar a gestão no cumprimento da recomendação nº 15.</p> <p>O trabalho foi finalizado e o Relatório de Auditoria foi encaminhado por meio do processo SEI!MG nº 1520.01.0002649/2022-79, em 11/07/2022.</p>



<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
	<p>Recomendação 5 - Em se verificando a necessidade ou pertinência de extensão dos controles para todos os bens apreendidos oriundos da atividade de fiscalização da agenda verde, independentemente da competência da lavratura do auto de infração, que seja estabelecida articulação com a Semad.</p> <p>Recomendação 6 - Implementar mecanismos de controle internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, parâmetros, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da taxa florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental exercidos pelo IEF;</p> <p>Recomendação 7 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da reposição florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia exercidos pelo IEF, nos casos em que houver fato gerador.</p> <p>Recomendação 8 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de acompanhamento e conclusão dos TACs vinculados a processos de autos de infração lavrados pelo IEF;</p> <p>Recomendação 9 - Elaborar e implementar mecanismos de controles internos que visem garantir a razoável duração do processamento dos autos de infração, a exemplo do estabelecimento de indicadores por URFBio, a partir do conhecimento da infração ou lavratura do auto de infração;</p> <p>Recomendação 10 - Elaborar e institucionalizar um fluxograma contemplando o processamento dos autos de infração para a clara visualização de todas as fases, competências e atores envolvidos nestas atividades;</p> <p>Recomendação 11 - Verificar a pertinência e viabilidade de promover a automação completa do processamento dos autos de infração, que possibilite: o controle de tramitação e dos prazos processuais; a efetiva gestão e monitoramento do processo, em todas as suas fases; que notificações ao atuado e os atos processuais por ele praticados possam ser feitos por meio digital;</p> <p>Recomendação 12 - Em caso de constatada inviabilidade ou não pertinência de promoção da automação completa do processamento dos autos de infração, verificar a viabilidade e pertinência de adotar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MG,</p>	

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
	<p>para tramitação dos processos de autos de infração a serem lavrados, bem como, a digitalização dos que ainda não tiveram trânsito em julgado no âmbito da autarquia;</p> <p>Recomendação 13 - De modo a garantir a padronização dos atos processuais, independentemente da forma utilizada, (processo físico ou eletrônico), elaborar e instituir controles, a exemplo de manual, instrução de serviço, notas orientativas, ou afins, contemplando a proposição de modelos de documentos a serem produzidos na fase de instrução processual (forma, prazos e o conteúdo mínimo dos documentos a serem produzidos);</p> <p>Recomendação 14 - De modo a garantir uniformidade das informações, implementar metodologia padronizada de controle e gestão de processos, inclusive para utilização nas URFBio, considerando a existência de sistema de informação e planilhas eletrônicas com formatos distintos;</p> <p>Recomendação 15 - Em consonância com as diretrizes do Plano Mineiro de Promoção da Integridade – PMPI, e com o intuito de identificar os principais riscos e gargalos decorrentes do exercício de polícia ambiental, implementar a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração de competência do IEF, contemplando todas as fases da lavratura e processamento dos autos de infração, até a inscrição e recebimento dos valores, inclusive em sede de dívida ativa;</p> <p>Recomendação 16 - Em se aplicando a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração, elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar;</p> <p>Recomendação 17 - Promover transparência e controle social no que tange aos autos de infração de competência da autarquia, disponibilizando em transparência ativa, bem como em dados abertos, para qualquer interessado (autuado, sociedade, instituições de pesquisa, organizações governamentais, órgãos de controle, etc.) por data de lavratura, valor da multa aplicada, tipo de infração, localidade da infração, medidas cautelares aplicadas, fase em que se encontra, dentre outros dados relevantes.</p>	

**Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam**

<p><b>1) Documento:</b> Nota de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0250.19 <b>Data:</b> 28/02/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001479/2019-56</p>	<p><b>Ação:</b> Exames realizados na gestão da Abha para execução do Contrato de Gestão nº 02/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Araguari (UPGRH PN2) e para o fortalecimento institucional do CBH Araguari.</p>
Status	Recomendação
<p>Recomendações emitidas e implementadas</p>	<p><b>Recomendações à Abha:</b></p> <p>Apresentar justificativa de pagamento da taxa de lavada de veículo, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais);</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentar justificativa da aquisição do roteador não previsto no orçamento aprovado;</li> <li>2. Implementar controles gerenciais para os procedimentos relativos às despesas de viagens;</li> <li>3. Estabelecer procedimentos administrativos processuais as despesas de viagens;</li> <li>4. Providenciar o ressarcimento dos viajantes que não efetuaram a prestação de contas das diárias recebidas;</li> <li>5. Implementar sistema de controle patrimonial;</li> <li>6. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li> <li>7. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, especialmente do Contrato de Gestão nº 02/2017, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li> <li>8. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li> <li>9. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li> <li>10. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li> <li>11. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li> <li>12. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li> <li>13. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li> </ol>

<b>2) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0650.19 <b>Data:</b> 04/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001504/2019-60	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria o resultado dos exames realizados na gestão da Agência Peixe Vivo para execução do Contrato de Gestão nº 003/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo aos Contratos, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio das Velhas (UPGRH SF5) e para o fortalecimento institucional do respectivo Comitê.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agência Peixe Vivo:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas realizadas mediante Contrato 002/2014, junto ao fornecedor Tanto Design LTDA – ME;</li><li>2. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas com serviço de publicação;</li><li>3. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas com serviços de reprografia;</li><li>4. Viabilizar a adoção de acompanhamento e monitoramento, mesmo que periódicos, após a conclusão da execução de um projeto, a fim de garantir a manutenção dos benefícios conquistados para a bacia a longo prazo.</li><li>5. Avaliar a possibilidade da constituição de comissão de inventário;</li><li>6. Promover a efetiva realização de inventário físico dos bens adquiridos no âmbito dos contratos de gestão firmados com o Igam;</li><li>7. Promover a inserção de data e assinatura nos termos de responsabilidade patrimonial;</li><li>8. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>9. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li><li>10. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>11. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>12. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

<b>3) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0649.19 <b>Data:</b> 04/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001504/2019-60	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria o resultado dos exames realizados na gestão da Agência Peixe Vivo para execução do Contrato de Gestão nº 003/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo aos Contratos, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio das Velhas (UPGRH SF5) e para o fortalecimento institucional do respectivo Comitê.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agência Peixe Vivo:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Continuar aperfeiçoando continuamente seus mecanismos de controle, fluxos e tramitações internas e que providencie capacitações dos empregados a fim de reciclagem.</li><li>2. Analisar a relação custo-benefício de alguns controles pela gestão, em função de futuras avaliações quanto aos riscos inerentes às aquisições/contratações e do tratamento adotado para mitigá-los, com vistas a oportunizar melhorias no fluxo da contratação, tornando-o mais eficiente em face dos objetivos institucionais.</li><li>3. Avaliar a possibilidade da constituição de comissão de inventário;</li><li>4. Promover a realização de inventário físico dos bens adquiridos no âmbito dos contratos de gestão firmados com o Igam;</li><li>5. Elaborar termos de responsabilidade patrimonial;</li><li>6. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>7. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis.</li><li>8. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>9. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>10. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0534.19 <b>Data:</b> 11/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0004136/2018-03	<b>Ação:</b> Gerenciamento do Riscos no processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, visando à identificação dos riscos relacionados, bem como a avaliação da estrutura de controle no gerenciamento de riscos, referenciado na metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) – método CGE.
Status	Recomendação
Recomendações implementadas, medidas em curso não com	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 1. Tratar os riscos altos e médios, de acordo com o apetite ao risco da organização. Assim como, a necessidade de se efetuar o monitoramento dos riscos identificados, no intuito de validar os resultados apontados, assim como identificar novos riscos que porventura apareçam.

<b>5) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1185.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b>	<b>Ação:</b> Exames realizados na gestão do Instituto BioAtlântica (Ibio) para execução do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objeto consiste no alcance pela entidade das metas constantes nos Programas de Trabalho anexos ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do rio Piranga, do rio Piracicaba, do rio Santo Antônio, do rio Suaçuí, do rio Caratinga e do rio Manhuaçu, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce (UPGRHs: DO1, DO2, DO3, DO4, DO5 e DO6) e fortalecimento institucional dos comitês.
Status	Recomendação
Registro a impossibilidade de avaliação da efetividade da ação, pois não foram encaminhadas evidências de implementação das ações propostas no plano de ação e o contrato de gestão celebrado entre o IGAM e IBIO fora rescindindo em 2019, portanto não há quaisquer ações que caibam implementação ou avaliação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Analisar a relação custo-benefício de alguns controles pela gestão, em função de futuras avaliações quanto aos riscos inerentes às aquisições/contratações e do tratamento adotado para mitigá-los, com vistas a oportunizar melhorias no fluxo da contratação, tornando-o mais eficiente em face dos objetivos institucionais.</li> <li>2. Providenciar o ressarcimento dos viajantes que não efetuaram a prestação de contas das diárias recebidas;</li> <li>3. Especificar, em ambos os casos, os motivos pelos quais é efetuado ou não o desconto do valor correspondente ao vale alimentação das diárias de viagem concedidas para empregados do Ibio;</li> <li>4. Que todas as viagens que tenham como finalidade as atividades das sub-bacias mineiras sejam custeadas, quando se fizer jus à diária, com recursos do contrato de gestão celebrado com o Igam. Desta forma, tanto as despesas com locomoção quanto as com diária/alimentação devem ser custeadas com a mesma fonte de recurso;</li> <li>5. Apresentar tanto o formulário de solicitação de diárias quanto o relatório de viagem em todas as solicitações de viagens;</li> <li>6. Contemplar descrição da função e/ou representatividade do conselheiro em todas as viagens;</li> <li>7. Implementar mecanismos de alerta quanto aos prazos para prestação de contas depois de transcorrida a viagem, de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014;</li> <li>8. Preencher o campo destinado às informações do veículo oficial no relatório de viagem;</li> <li>9. Preencher o formulário próprio nos casos de uso de veículo particular em viagem, de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014;</li> </ol>

<b>5) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1185.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b>	<b>Ação:</b> Exames realizados na gestão do Instituto BioAtlântica (Ibio) para execução do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objeto consiste no alcance pela entidade das metas constantes nos Programas de Trabalho anexos ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do rio Piranga, do rio Piracicaba, do rio Santo Antônio, do rio Suaçuí, do rio Caratinga e do rio Manhuaçu, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce (UPGRHs: DO1, DO2, DO3, DO4, DO5 e DO6) e fortalecimento institucional dos comitês.
Status	Recomendação
sob o aprimoramento e efetividade do SEGRH-MG visto a impossibilidade de acompanhamento de seus resultados no tempo.	<ol style="list-style-type: none"><li>10. Comprovar a participação dos conselheiros em todas as reuniões e/ou eventos objeto dos deslocamentos;</li><li>11. Que nas solicitações de diárias a serem custeadas com recursos de investimento (92,5%) seja descrito a representatividade do colaborador na atividade e, principalmente, sendo custeado pelos 92,5%, demonstrar que aquela atividade realizada não é uma atribuição de rotina do comitê. Lado outro, a despesa deve ser custeada com 7,5%. A mesma recomendação aplica-se aos serviços de aluguel de veículo e serviços de “coffee break” custeados na rubrica de 92,5%.</li><li>12. Observar, para efeito de economicidade, as opções mais vantajosas para os cofres públicos quando do uso de aluguel de veículos;</li><li>13. Descrever todos os itens pertinentes a viagens aéreas na solicitação de emissão da passagem, tais como: função e/ou representatividade do conselheiro na viagem, informação que o colaborador hospedará as suas expensas (quando for o caso), entre outras;</li><li>14. Não utilizar saldos de ambas as rubricas (7,5% e 92,5%) para cobrir despesas de outras fontes;</li><li>15. Implementar sistema de controle patrimonial;</li><li>16. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li><li>17. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, especialmente do Contrato de Gestão nº 01/2017, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li><li>18. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li><li>19. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>20. Efetuar a completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li><li>21. Realizar a sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>22. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>23. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso;</li><li>24. A inclusão, nas entrevistas realizadas pela entidade, da indagação se o proprietário é usuário de recursos hídricos;</li><li>25. A adoção de ações para mensurar os reflexos na bacia hidrográfica, como a efetuação de diagnóstico do antes e depois do da realização do programa hidroambiental, de modo a identificar a efetividade da ação na bacia, em termos de melhorias da quantidade e qualidade da água.</li></ol>



<b>6) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0640.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEIMG:</b> 1520.01.0001531/2019-10	<b>Ação:</b> Esta Nota de Auditoria se refere aos resultados dos exames realizados na gestão da Associação PróGestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Agevap) para execução dos Contratos de Gestão nº 01/2014 e nº 02/2014, firmados com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objetivo consiste no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo ao Contrato de Gestão, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé. A aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água visa contribuir para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica dos rios Preto e Paraibuna (UPGRH PS1), da bacia hidrográfica dos rios Pomba e Muriaé (UPGRH PS2) e para o fortalecimento institucional dos seus respectivos CBH's.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agevap:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Movimentação dos recursos financeiros referentes ao custeio e investimento em contas bancárias distintas;</li><li>2. Anexar nas prestações de contas as cópias das passagens aéreas, quando for utilizado transporte aéreo;</li><li>3. Promover a compra de passagens aéreas com prazo mínimo de 10 dias do deslocamento, visando melhor planejamento e economicidade;</li><li>4. Na solicitação de diárias, especialmente no caso de despesas pagas, faz-se necessário que observe se o valor concedido está de acordo com as faixas previstas na Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014 e se a diária aplicada seria integral ou parcial;</li><li>5. Quando o colaborador tiver suas despesas com hospedagem custeadas às próprias expensas, sem a utilização dos recursos do Contrato de Gestão, que tal ocorrência seja devidamente identificada;</li><li>6. Recomenda-se que, na solicitação de diária, seja descrita a função e/ou representatividade do colaborador naquela viagem;</li><li>7. Exigência da apresentação na prestação de contas, anexo ao relatório de viagem, o certificado de participação do colaborador em evento, conforme os normativos vigentes;</li><li>8. Imprescindível que o preenchimento do recibo de táxi ocorra de forma completa, correta, legível e sem rasura;</li><li>9. Recomenda-se atenção da Agevap quanto às melhores práticas para substituição de funcionários em férias regulamentares de forma a se ter melhor economicidade nestas situações;</li><li>10. No caso de desconto do vale alimentação devido à utilização de “despesas pagas”, recomenda-se que no relatório de viagem conste esta informação;</li><li>11. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li><li>12. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li><li>13. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li><li>14. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>15. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>16. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>



<b>7) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1334.19 <b>Data:</b> 10/09/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0002140/2018-58	<b>Ação:</b> Trata-se de pendências apontadas em Relatórios de Controle Interno (RCI) da Prestação de Contas dos exercícios financeiros de 2014, 2015, 2016 e 2017, relacionadas à gestão patrimonial no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), quais sejam: falta de lançamento de valor de imóvel na conta contábil 1.4.2.01.02.00.00 – Bens Imóveis; bem como ausência de providências quanto à regularização dos bens constantes do acervo patrimonial do extinto departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais – DAE.
Status	Recomendação
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Sugere-se que a avaliação dos imóveis do Igam, a fim de regularizar as pendências contábeis no que tange à gestão patrimonial, seja procedida pela própria autarquia.</li><li>2. Instituição de Comissão (ões) de Avaliação de Bens Imóveis (ou equivalente) composta por próprios servidores do Sisema que possuam formação nas áreas de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, em consonância ao disposto no art. 11 do Decreto n. 46.467/2014;</li><li>3. Além disso, no intuito ainda de cumprir a disposição deste normativo, recomenda-se verificar se os servidores com formação nas áreas supracitadas a serem indicados para comporem a (s) Comissão (ões) possuem registro vigente nos respectivos conselhos profissionais;</li><li>4. Dentro do possível, sugere-se que sejam designados os servidores – que se enquadrarem nos critérios supraditos – que estejam em exercício nos mesmos municípios, ou em municípios o mais próximo possível, de localização dos imóveis do Igam pendentes de regularização.</li><li>5. Na impossibilidade de realização da sugestão de procedimentos n. 1 – caso os servidores do Sisema graduados em Engenharia Civil; Arquitetura e/ou Agronomia não possuam registro nos respectivos conselhos profissionais, por exemplo – sugere-se que seja verificada a possibilidade de realização de Acordo ou Parceira junto a outro órgão/entidade público que possua no seu quadro de servidores profissionais graduados nas áreas de engenharia; arquitetura e/ou agronomia, para realização das avaliações ou reavaliações dos imóveis do Igam pendentes de regularização.</li></ol>

<b>8) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1541.19 <b>Data:</b> 25/10/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0000546/2018-28	<b>Ação:</b> Trata-se de Processo Sei n. 2240.01.0000546/2018-28, referindo-se esta Nota de Auditoria ao atendimento do solicitado no Memorando.IGAM/GAB.nº 287/2019, de 21 de outubro de 2019 (8485793).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Assim sendo, fica a cargo da autoridade máxima a escolha do critério a ser utilizado dentre esses citados, por apresentar embasamento legal, ou outro que julgar de melhor entendimento, desde que devidamente justificado.</li></ol>

<b>9) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0496.20 <b>Data:</b> 15/05/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas desse Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> 1. Elaborar Plano de Ação para os riscos identificados.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.  <b>Recomendações ao IBIO<sup>6</sup>:</b> Em que pese vislumbrar-se a existência de medidas saneadoras para mitigar os riscos identificados na gestão do IBIO, não serão recomendadas ações relacionadas face ao encerramento das atividades da Agência de Bacia, advindos da rescisão contratual requisitada pela Entidade Equiparada, conforme informado na contextualização deste Relatório de Auditoria.  <b>Recomendações ao CBH DO1<sup>7</sup>:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; <b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;

<sup>6</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005393/2020-08.

<sup>7</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005928/2020-16.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO2<sup>8</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO3<sup>9</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p>

<sup>8</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005857/2020-90.

<sup>9</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005929/2020-86.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO4<sup>10</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO5<sup>11</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p>

<sup>10</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005930/2020-59.

<sup>11</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005931/2020-32.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.  <b>Recomendações ao CBH DO6<sup>12</sup>:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; <b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão; <b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função; <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce; <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.
Recomendações não implementadas	<b>Recomendações ao IGAM<sup>13</sup>:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores;</li><li>2. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</li><li>3. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</li><li>4. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</li><li>5. Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas);</li><li>6. Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</li></ol>

<sup>12</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005932/2020-05.

<sup>13</sup> Por meio do Despacho nº 38/2023/IGAM/GAB (59503641), o gestor requisitou prazo até o dia 17/03/2023 para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 2/2023 (58945163), no qual a Controladoria Seccional solicitou pontuar, no Plano de Ação, e encaminhar as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 1. Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão.

<b>11) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0431.20 <sup>14</sup> <b>Data:</b> 27/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0000546/2018-28	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do processo SEI/IMG n. 2240.01.0000546/2018-28, face ao potencial dano ao erário detectado na prestação de contas apresentada pelo Instituto BioAtlântica – Ibio, decorrente dos valores despendidos aos Atos Convocatórios nº 010/213, 011/2013, 012/2013, 014/2013, 017/2013, 022/2013 e 030/2013.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 1. Em face do exposto, permanecendo a decisão definitiva pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos oito Atos Convocatórios, a saber, R\$ 7.150.029,03 (sete milhões, cento e cinquenta mil, vinte e nove reais e três centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.

<sup>14</sup> Processo Sei! MG 2240.01.0000546/2018-28.

<b>12) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0434.20 <b>Data:</b> 28/04/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2240.01.0000512/2020-67	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional no dia 27 de abril de 2020, por meio do processo SEI/IMG nº 2240.01.0000512/2020-67, Memorando.IGAM/GAB.nº 36/2020 (13599569), emitido pela Chefe de Gabinete do Igam, no qual solicita avaliação desta Controladoria Seccional sobre o potencial dano ao erário detectado pelo Instituto na análise dos Atos Convocatórios IBIO nº 07/2013, 08/2013 e 16/2013 que originaram os Contratos IBIO nº 20/2013, 21/2013 e 22/2013, para contratação dos Planos Municipais de Saneamento Básico na Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, permanecendo a decisão definitiva pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos três Atos Convocatórios, a saber, R\$ 2.282.118,50 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e dezoito reais e cinquenta centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>

<b>13) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0609.20 <b>Data:</b> 26/06/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005343/2020-97	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria sobre a gestão patrimonial exercida pelo Igam sobre os bens cedidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), no âmbito do Termo de Cessão de Uso de Bem Público Nº 2.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Elaborar Manual de Gestão Patrimonial, normatizando procedimentos sobre a gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA.</li><li>2. Elaborar fluxo do processo de gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA.</li><li>3. Analisar a viabilidade de implementar sistema de controle patrimonial.</li></ol>

<b>14) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0797.20 <b>Data:</b> 10/08/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1370.01.0001065/2018-42	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do Despacho nº 617/2020/IGAM/GAB (15919615) remetido no processo SEI/IMG Nº 1370.01.0001065/2018-42, para manifestação quanto ao provimento do Recurso Administrativo impetrado pelo Ibio (14403070), contrário às irregularidades citadas no Parecer Financeiro NCPCON nº 9 (3900598), relativo à prestação de contas das bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu, ano de 2013, no âmbito do Contrato de Gestão nº 001/2011.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, decidindo o Igam pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos fornecedores Prefácio Comunicação LTDA e Nassau Editora Rádio e TV LTDA, a saber, R\$ 26.405,36 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>

<b>15) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0803.20 <b>Data:</b> 11/08/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2240.01.0001283/2020-08	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do Despacho nº 607/2020/IGAM/GAB (15779701) remetido no processo SEI/IMG Nº 2240.01.0001283/2020-08, para manifestação face ao potencial dano ao erário detectado na primeira prestação de contas parcial do Contrato de Gestão nº 001/2011, apresentada pelo Instituto BioAtlântica (Ibio), proveniente da contratação do Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais (CIEE-MG).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, sendo a decisão definitiva do Igam pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos ao CIEE-MG no âmbito do Termo de Parceria de Membro Cooperador Nº 4414/13, no montante de R\$ R\$ 305.047,13 (trezentos e cinco mil, quarenta e sete reais e treze centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>



<b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo Estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
Recomendações não implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. <b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes; <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica; <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão a ser instituído pelos CBH's. <b>Recomendação nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas); <b>Recomendação nº 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> );  <b>Recomendações ao CBH PS1:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Instituir e operacionalizar o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão visando um acompanhamento mais efetivo dos projetos e ações desenvolvidos pela Entidade. <b>Recomendação nº 2:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Paraíba do Sul. <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH.  <b>Recomendações ao CBH PS2:</b>

<p><b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo SEIIMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91</p>	<p><b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.</p>
Status	Recomendação
	<p><b>Recomendação nº 1:</b> Instituir e operacionalizar o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão visando um acompanhamento mais efetivo dos projetos e ações desenvolvidos pela Entidade.</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Paraíba do Sul.</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH.</p>
<p>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</p>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendação nº 6:</b> Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação nº 8:</b> Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos contratos de gestão de gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizados pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas.</p> <p><b>Recomendações à Agevap:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da bacia hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período.</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das bacias hidrográficas dos rios Preto e Paraibuna, rios Pomba e Muriaé, e da bacia hidrográfica em nível federal.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo nos CBH's que representam o lócus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação.</p>

<b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
	<b>Recomendação nº 5:</b> Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendem a política traçada. <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de buscar parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento nas bacias hidrográficas dos rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé.
Não implementada - assunção do risco pelo gestor	<b>Recomendações ao CBH PS1:</b> <b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função. <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.  <b>Recomendações ao CBH PS2:</b> <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.

<b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação 06)</b> Estabelecer processo de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos organizacionais, conforme diretriz do Decreto nº 47.185 de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade. Iniciar esse processo pelo levantamento dos riscos estratégicos no âmbito dos processos críticos para o IGAM, envolvendo a alta direção e os gestores de unidades administrativas consideradas relevantes para a missão do IGAM. <b>Recomendação 07)</b> Definir as responsabilidades de controle interno e de prestação de contas das metas estabelecidas e as alcançadas para todos os cargos relevantes, considerando os objetivos e riscos da organização, visando atender uma diretriz do Decreto nº 47.185 de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que preconiza a valorização dos mecanismos de controle interno da gestão. <b>Recomendação 11)</b> Elaborar e divulgar os objetivos individuais e de equipe, que devem ser definidos em termos mensuráveis, a todos os servidores. <b>Recomendação 15)</b> Elaborar e aprovar o planejamento estratégico, desdobrando-o em planejamentos tático e operacional. <b>Recomendação 16)</b> Estabelecer indicadores para que as metas dos planejamentos possam ser monitoradas. <b>Recomendação 18)</b> Formalizar os Planos Tático e Operacional em consonância com o Planejamento Estratégico atualizado. <b>Recomendação 24)</b> Desenvolver e documentar por diversos mecanismos (fluxogramas, matrizes, por exemplo) políticas e procedimentos para as atividades de controle dos processos significativos do Instituto. <b>Recomendação 25)</b> Instituir mecanismos para periodicamente monitorar e atualizar os controles, mantendo todos os procedimentos realizados documentados e registrados. <b>Recomendação 32)</b> Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores do IGAM.
Recomendações emitidas, com medidas em curso.	<b>Recomendação 01)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de estabelecer um Código de conduta próprio que inclua questões específicas do IGAM, assim como, aborde questões como pagamentos indevidos, uso adequado dos recursos, conflitos de interesse, aceitação de presentes, doações e uso de zelo profissional devido, entre outros; em observância ao Decreto nº 47.185, de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que por sua vez tem como uma de suas diretrizes o incentivo à criação e adoção de códigos de conduta ética específicos pelos órgãos e pelas entidades da administração pública do Poder Executivo. <b>Recomendação 02)</b> Ampliar a atuação de ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética para todos os servidores. <b>Recomendação 04)</b> Buscar uma atuação mais proativa da comissão de ética. <b>Recomendação 05)</b> Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema.

<p><b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12</p>	<p><b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).</p>
Status	Recomendação
<p>Não implementada, com prazo para implementação</p>	<p><b>Recomendação 08)</b> Incrementar a atuação dos controles de segunda linha (no nível de setores/áreas).  <b>Recomendação 09)</b> Monitorar e/ou revisar o processo de delegação de competências existente.  <b>Recomendação 10)</b> Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão no IGAM, cujas descrições precisam ser periodicamente revisadas para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos.  <b>Recomendação 12)</b> Realizar periodicamente pesquisa de clima organizacional.  <b>Recomendação 13)</b> Mapear as competências necessárias para ocupação de cargos de gestão e para cargos em comissão no IGAM.  <b>Recomendação 14)</b> Elaborar política de gestão de pessoas que inclua plano de capacitação, mapeamento de competências, avaliação de desempenho que monitore e avalie o desenvolvimento dessas competências (podendo até atribuir incentivos ou recompensas para os desempenhos satisfatórios).  <b>Recomendação 17)</b> Revisar os objetivos e sub objetivos do IGAM para a verificação de sua relevância e adequação com os processos, atividades e com as leis, regulamentos e padrões aplicáveis ao Instituto. É importante que os objetivos estejam articulados com termos específicos, mensuráveis ou observáveis, atingíveis, relevantes e com delimitação temporal.  <b>Recomendação 19)</b> Atualizar o Painel de Indicadores de modo a incluir todos os processos do IGAM.  <b>Recomendação 20)</b> Analisar a conveniência e oportunidade da implantação de uma Política de Gestão de Riscos no IGAM.  <b>Recomendação 22)</b> Criar controles para prevenir e detectar fraudes.  <b>Recomendação 26)</b> Implementar o gerenciamento de riscos nos processos, de modo que os controles sejam proporcionais aos riscos identificados.  <b>Recomendação 27)</b> Realizar avaliações das atividades de controle de maneira periódica ou quando os sistemas e processos significativos para os objetivos da entidade forem modificados, efetuando mudanças quando forem identificados controles redundantes, obsoletos ou ineficazes.  <b>Recomendação 29)</b> Estabelecer controles quanto à circulação de informações sensíveis e para prevenir ou detectar acessos não autorizados.  <b>Recomendação 30)</b> Realizar treinamentos específicos e/ou ações de divulgação e conscientização sobre política de segurança da informação.  <b>Recomendação 35)</b> Criar indicadores de desempenho a fim de mensurar a efetividade das recomendações de auditoria implementadas.  <b>Recomendação 36)</b> Estabelecer fluxo de avaliação das recomendações de auditoria externas ou internas.</p>

<b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações não implementadas <sup>15</sup>	<p><b>Recomendação 03)</b> Desenvolver processos de avaliação de desempenho em conduta ética e incentivos que promovam o comportamento correto para a realização dos objetivos do IGAM.</p> <p><b>Recomendação 21)</b> Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p><b>Recomendação 23)</b> Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas.</p> <p><b>Recomendação 28)</b> Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado e posteriormente estabelecer controles alternativos se a segregação não estiver adequada.</p> <p><b>Recomendação 31)</b> A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria.</p> <p><b>Recomendação 33)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência.</p> <p><b>Recomendação 34)</b> Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles.</p>

<sup>15</sup> Não implementada - assunção de risco pelo gestor.

<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<p><b>Recomendação ao IGAM:</b> 1) Adotar medidas de gestão junto à SEF e SEPLAG a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos Hídricos.</p> <p><b>Recomendação à APV:</b> 3) Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo nos CBH's que representam o locus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.</p> <p><b>Recomendações aos CBH's:</b> <b>CBH SF2:</b> 4) Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio São Francisco. 5) Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU"s da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica e adequação da Entidade Equiparada.</p> <p><b>CBH SF5:</b> 4) Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio São Francisco. 5) Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU"s da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica e adequação da Entidade Equiparada.</p>

<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado <sup>16</sup>	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 2) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. 3) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes. 4) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na bacia hidrográfica. 5) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 6) Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão. 7) Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas). 8) Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos contratos de gestão de gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizado pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas. 9) Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face de dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> ).  <b>Recomendação à APV:</b> 2) Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Pará, do rio das Velhas e da Bacia Hidrográfica em nível federal.  <b>Recomendações aos CBH's:</b> <b>CBH SF2:</b> 1) Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 2) Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. 3) Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.  <b>CBH SF5:</b> 1) Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 2) Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. 3) Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.

<sup>16</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.



<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas, com prazo para implementação	<b>Recomendação à APV:</b> 1) Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da Bacia Hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA, com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período. 4) Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação. 5) Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendam a política traçada. 6) Avaliar a possibilidade de intensificar as parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento nas Bacias Hidrográficas do rio Pará e rio das Velhas.

<b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> <b>1)</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF e SEPLAG a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

<b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2  <b>SEI/IMG:</b>	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
	<b>Recomendação ao CBH PN2:</b> 1. Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.
Recomendações emitidas, com prazo para implementação expirado <sup>17</sup>	<b>Recomendações ao IGAM<sup>18</sup>:</b> 1. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. 2. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes. 3. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica. 4. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 5. Avaliar a possibilidade de promover encontros periódicos com as Entidades Equiparadas afim de compartilhar as boas práticas adotadas na aplicação do recurso e no incremento de receita. 6. Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão. 7. Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH e Entidades Equiparadas). 8. Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos Contratos de Gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizados pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas. 9. Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros do CBH atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> )

<sup>17</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>18</sup> Por meio do Despacho nº 37/2023/IGAM/GAB (ID: 59503258), o gabinete do Igam solicitou prazo, até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 8/2023 (58960128), no qual a Controladoria Seccional solicitou ao gestor pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

<p><b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2</p>	<p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>
Status	Recomendação
<p>Recomendações não implementada, com prazo para implementação</p>	<p><b>Recomendação à ABHA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da Bacia Hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA, com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período.</li> <li>2. Aprimorar a formulação do PPA para que esse instrumento de planejamento seja integrado com os objetivos da Bacia Hidrográfica estabelecidos nos Planos de Recursos Hídricos.</li> <li>3. Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Araguari bem como das Bacias estaduais afluentes e da Bacia Hidrográfica em nível federal.</li> <li>4. Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo no CBH que representa o lócus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.</li> <li>5. Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação.</li> <li>6. Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendam a política traçada.</li> <li>7. Avaliar a possibilidade de intensificar as parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.</li> </ol>
<p>Não Implementada, com medidas em curso</p>	<p><b>Recomendação ao CBH PN2:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.</li> <li>3. Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</li> <li>4. Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA;</li> <li>5. Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU's da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica.</li> </ol>

<b>20) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0601.21 <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>1.</b> Submeter à Procuradoria da autarquia análise jurídica quanto à regularidade legal da utilização do recurso da cobrança pelo uso das águas no financiamento de estagiários às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.

<b>21) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 995118 <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<p><b>Recomendação 1)</b> Verificar a ausência ou potencial ausência de estudo técnico preliminar para fundamentação e análise da viabilidade e motivação que impactam ou estão impactando na execução do objeto do contrato.</p> <p><b>Recomendação 2)</b> Estabelecer procedimento para verificação deste requisito nas contratações a serem realizadas no âmbito do IGAM, no que couber.</p> <p><b>Recomendação 3)</b> Promover a designação para gestor e seu suplente no termo do contrato na contratação avaliada, nas demais contratações vigentes, e nos próximos instrumentos a serem firmados pela autarquia.</p> <p><b>Recomendação 4)</b> Revisar os modelos de Termos de Referência fazendo constar a designação do gestor e suas atribuições, distintas do fiscal contratual.</p> <p><b>Recomendação 5)</b> Capacitar os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos, com vistas a aperfeiçoar o setor da contratação, gestão e fiscalização de contratos.</p> <p><b>Recomendação 6)</b> Capacitar os servidores responsáveis pelo <i>compliance</i> dos serviços prestados, visando aprimoramento do processo.</p> <p><b>Recomendação 7)</b> Avaliar a oportunidade e conveniência de adotar outras ferramentas de fiscalização contratual contínuas, a exemplo da verificação <i>in loco</i>, benchmark para avaliação de desempenho ou qualidade, por meio de comparação, exames, verificações ou provas para determinara qualidade do serviço prestado.</p> <p><b>Recomendação 8)</b> Mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos associados ao IGAM que impactam o alcance dos objetivos estratégicos da recuperação do rio Paraopeba, a fim de implementar controles necessários para mitigar os riscos identificados e possibilitar tomada de decisão pela gestão de forma assertiva.</p> <p><b>Recomendação 9)</b> Avaliar a oportunidade e conveniência de adotar, se aplicável, as boas práticas dos instrumentos já firmados pela Vale com os laboratórios terceirizados para operação do monitoramento que será transferido pela Vale ao IGAM.</p> <p><b>Recomendação 10)</b> Alinhamento com o comitê Pró-Brumadinho para adoção de controles que garantam a governança e <i>compliance</i> dos recursos oriundos da Fonte 95.</p>

<b>22) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 10118243 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0007453/2021-63	<b>Ação:</b> Sugerir os procedimentos a serem observados, no âmbito do IGAM, quanto ao desaparecimento de materiais permanentes, em cumprimento ao art. 57 do Decreto nº 45.242/2009.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação 1)</b> Adotar o fluxo procedimental demonstrado no Anexo I desta Nota de Auditoria, quando da constatação de desaparecimento de materiais permanentes; <b>Recomendação 2)</b> Orientar formalmente os setores de patrimônio, servidores e Diretores do IGAM quanto ao fluxo sugerido pela Controladoria Seccional, o qual serem seguidos imediatamente à constatação de um material desaparecido.
Recomendações implementadas, medidas em curso não com	<b>Recomendação 3)</b> Capacitar os servidores (no sentido latu sensu) visando melhor esclarecimento e conscientização quanto à responsabilidade de cada servidor dos materiais que lhe confiados, à correta distribuição de carga patrimonial e à utilização do instituto da corresponsabilidade nas unidades administrativas do IGAM. <b>Recomendação 4)</b> Promover a revisão do Modelo de Formulário do Relatório Final de Bens Móveis, em atendimento ao fluxo proposto por esta Controladoria Seccional e as alterações sofridas pelo Decreto Estadual 45.242/2009 e ao novo decreto Estadual 47.677/2019. <b>Recomendação 5)</b> Promover a edição e publicação de normativo do IGAM no que diz respeito à responsabilidade e corresponsabilidades pelos materiais patrimoniais, e institua a corresponsabilidade do servidor designado pelo detentor de carga patrimonial para responder solidariamente pelos bens que utiliza.

<b>23) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1038776 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0006655/2021-75	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação nº 2:</b> Verificar pertinência de realizar atualização dos normativos, de modo a: a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas dos instrumentos de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima); b) Detalhar com maior precisão de informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito do Igam – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros; c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo. <b>Recomendação nº 3:</b> Verificar a possibilidade de celebrar os contratos de gestão no ambiente do Sigcon, visando o aprimoramento da gestão e do controle dos instrumentos formalizados;
Recomendações implementadas <sup>19</sup>	<b>Recomendação nº 1:</b> Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes; <b>Recomendação nº 4:</b> Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros.

<sup>19</sup> Por meio do Despacho nº 36/2023/IGAM/GAB (59502811), o gestor requisitou prazo até o dia 17/02/2023 para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 11/2023 (58960332), no qual a Controladoria Seccional solicita pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

<b>24) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1091636 <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Evidenciar no processo a vantajosidade da prorrogação contratual, no sentido de realizar ampla pesquisa de mercado, utilizando fontes diversificadas, para demonstrar que o preço do ajuste é compatível com o valor médio de mercado, podendo ser adotados outros parâmetros para a verificação da vantajosidade dos preços, a exemplo da utilização de índices de atualização de valores, conforme a natureza dos insumos, assim como consulta a outros contratos similares. Na impossibilidade de comprovação, apresentar justificativa no processo de aditamento.</li><li>2. Estabelecer fluxo operacional da gestão dos contratos relacionados com a fonte 95, no sentido de mapear as atividades relacionadas e os prazos necessários para renovação/ alteração contratual.</li></ol>
Não implementada - assunção do risco pelo gestor	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Adotar medidas para implantar controles que visam mitigar riscos que possam resultar na formalização de instrumentos sem planejamento adequado, a exemplo de mecanismo para gerenciar a necessidade de alteração contratual, bem como para alertar a necessidade de tomada de decisão quanto à prorrogação do contrato de serviços de duração continuada em vigor ou à realização de nova licitação.</li></ol>

<b>25) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126833 <b>Data:</b> 28/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico.</li></ol>



<b>26) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126818 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam, visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>27) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126836 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Boletim Diário do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>28) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126832 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo PANM do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>29) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126826 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Progestão do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>30) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126830 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Qualiágua do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>1.</b> Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>31) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1136988 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).
Status	Recomendação
Recomendações não implementadas	<b>1.</b> Aprimorar o processo de homologação dos acordos futuros, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. <b>2.</b> Que as áreas técnicas desenvolvam um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.

<b>32) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1138994 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Processo Sei! MG 2240.01.0001283/2020-08 recebido pela controladoria Seccional do IGAM, para manifestação acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo senhor Eduardo Figueiredo - ex-Diretor-Presidente da IBIO em face as Decisões IGAM/GAB nº. 01 e 02/2021 que foram proferidas pelo Ordenador de Despesas nos autos da prestação de contas que, em decisão fundamentada, entendeu pela reprovação das contas apresentadas e pela existência do dano ao erário, referente aos valores advindos do Auto de Apuração de Dano ao Erário – AADE nº 013/2021.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Sugere-se, portanto a realização de todos os procedimentos necessários ao ressarcimento dos valores atualizados, conforme legislação vigente.

<b>33) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0496.20 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão do Tempo e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas, contemplados no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).
Status	Recomendação
Recomendações com medidas em curso	<b>A) Processo de Atendimento de Demandas Meteorológicas:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Submeter à SEMAD/STI acordo de nível operacional (“ANO”) ou documento similar relacionado à prestação de suporte de tecnologia de informação (hardware/software) em níveis aceitáveis à área de meteorologia da GMHEC.</li><li>2. Elaborar protocolo operacional listando procedimentos a serem adotados no âmbito dos trabalhos de meteorologia da GMHEC.</li><li>3. Efetivar a contratação de apoio de serviço especializado para aprimoramento a execução dos trabalhos da GMHEC.</li><li>4. Automatizar processos relacionados à tecnologia da informação com vistas a otimizar os trabalhos da GMHEC.</li></ol> <b>B) Processo de Previsão e Monitoramento Meteorológico:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Submeter à SEMAD/STI acordo de nível operacional (“ANO”) ou documento similar relacionado à prestação de suporte de tecnologia de informação (hardware/software) em níveis aceitáveis à área de meteorologia da GMHEC.</li><li>2. Elaborar protocolo operacional listando procedimentos a serem adotados no âmbito dos trabalhos de meteorologia da GMHEC.</li><li>3. Efetivar a contratação de apoio de serviço especializado para aprimoramento a execução dos trabalhos da GMHEC.</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>34) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1285736 <b>Data:</b> 12/08/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Sugere-se buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do agente público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.</li><li>2) Estabelecer formalmente política de gestão de riscos da organização que contemple também identificação e análise de riscos de fraude e corrupção.</li><li>3) Estabelecer política de segurança da informação.</li></ol>

<b>35) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1381511 <b>Data:</b> 20/12/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade por Componente.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sugere-se buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do agente público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.</li><li>2. Estabelecer política de segurança da informação.</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>36) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1348794/2022 <b>Data:</b> 11/11/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005147/2022-48	<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de “Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba”, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	1. Formular Plano de Ação para tratar os riscos identificados.

<b>37) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126812/2022 <b>Data:</b> 23/12/2023 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	1. Formular Plano de Ação para tratar os riscos identificados.

APÊNDICE IV - RECOMENDAÇÕES NÃO ATENDIDAS QUE APRESENTEM RISCOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 8A – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Semad

Título da ação – Semad	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	<b>Recomendação 1)</b> Proceder à atualização da Instrução de Serviço Sisema n. 02/2018 (...);
	<b>Recomendação 2)</b> Instituir normativo que torne obrigatório que possíveis relatórios gerenciais emitidos pela Feam sejam instruídos nos processos de licenciamento ambiental e que conste tópico acerca de tais relatórios no Parecer Único dos processos, contemplando, dentre outros, análise temporal das recomendações de modo a verificar se houve recorrência e se nas recomendações constam palavras-alerta (liquefação, drenagem, percolação, etc);
	<b>Recomendação 5)</b> Instituir melhorias técnicas no BDA (...);
	<b>Recomendação 13)</b> Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor;
Avaliação dos controles existentes no que tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF.  Nota de Auditoria 1370.1449.20  Data: 23/12/2020  SEI: 1520.01.0012205/2020-93.	<b>3)</b> Recomenda-se pré-estabelecer e divulgar os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração, para quando da atribuição e revogação de GDAF; incluindo, até mesmo, critérios que forem necessários para dirimir situações de “empate”, devido ao atendimento dos mesmos critérios por mais de um servidor e não houver a possibilidade de atribuição da gratificação, dada sua limitação quantitativa (...);
	<b>5)</b> Recomenda-se que, tendo em vista a limitação quantitativa de GDAF, de modo a atender o mais próximo possível aos Princípios da Isonomia e Equidade, que a Semad verifique a pertinência em se adotar “rodízio” entre os servidores (...)
	<b>6)</b> Recomenda-se, para fins de cumprimento ao Princípio da Transparência/Publicidade, especialmente quando da utilização dos recursos públicos, considerando-se o atual cenário correspondente aos servidores que estão usufruindo da percepção da gratificação que sejam publicados nos sítios eletrônicos institucionais: os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente; quais os critérios foram utilizados para atribuição da GDAF a cada um destes servidores, isto é, qual a motivação pela qual esses servidores possuem GDAF; quais os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídos aos servidores (GDAF ocupadas) e quais estariam disponíveis para atribuição (GDAF livres); quais os motivos pelos quais eventualmente existem GDAF disponíveis e por que não podem ser atribuídas nesse momento, por exemplo, devido a vedações impostas pela LRF; bloqueios; dentre outros;

Título da ação – Semad	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</p> <p>Nota de Auditoria <b>1370.1248.20</b></p> <p>Data: 17/11/2020</p> <p>SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	<p>8) Instituir, por meio de normatização, a obrigatoriedade de que cada processo de TAC seja constituído de análise técnica e jurídica, previamente à celebração do instrumento;</p> <p>9) Incluir, quando da proposta de elaboração de normativas internas, como Manuais, Instruções de Serviço, Termo de Referência, acerca do processo de TAC, critérios e objetivos específicos e claros quanto à forma, ao prazo e aos procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo órgão ambiental estadual;</p> <p>15) Restringir o compromisso de ajuste à efetiva reparação ambiental causada pela atividade lesiva do empreendedor, considerando-se ser esta a finalidade primeira do TAC. Deve-se verificar a viabilidade/legalidade de suprimir o efetivo reparo ambiental por meio de doações de equipamentos intrínsecos ao funcionamento do órgão ambiental.</p>



Tabela 8B – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Feam

Título da ação – FEAM	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comitê of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0023.21</p> <p><b>Data:</b> 30/12/2020</p>	<p>Rever o acúmulo de funções ou a estruturação orgânica da entidade<sup>20</sup>.</p> <p>Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela decorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas.<sup>21</sup></p> <p>Elaborar ferramenta, a exemplo do Painel de Indicadores do Sisema, de modo a facilitar a disponibilização e divulgação dos dados aos usuários internos e externos a entidade.<sup>22</sup></p> <p>A partir da sistematização da autoavaliação e monitoramento dos controles internos, bem como, das avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para permitir o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.<sup>23</sup></p>

Tabela 8C – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao IEF

<sup>20</sup> Justificativa da gestão da FEAM: A FEAM seguindo a orientação de governo fez a sua reestruturação seguindo as diretrizes e limitações colocadas pela SEPLAG. Naquele momento foi solicitado a diminuição do número total de cargos, inclusive com o enxugamento de estruturas, assim a FEAM se organizou para fazer a diminuição de uma das suas 3 diretorias técnicas. No decorrer da reestruturação do executivo definiu-se a estratégia de não alteração da lei que define a estrutura básica da FEAM, assim não foi possível a redução da diretoria prevista inicialmente. Em função das limitações dos cargos da FEAM e da carência de profissionais das áreas. Temos hoje uma pessoa que responde por duas diretorias. Constatamos durante esse tempo o volume de trabalho para a coordenação destas duas Diretorias, porém em função dos limites da LRF não é possível a liberação de cargos para a indicação de uma pessoa para responder por uma das áreas.

<sup>21</sup> Justificativa da gestão da FEAM: Demanda atrelada à carreira dos servidores do Sisema como um todo. Em reunião com a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, realizado no início de 2021, foi informada que o cumprimento da sugestão seria inviável.

<sup>22</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O Sisema já conta com as ferramentas IDE-SISEMA e Painel de Indicadores do Sisema para divulgação de dados externa e internamente. Criar nova ferramenta para esse fim não configuraria apenas ineficiência, como também óbice à integração dos órgãos ambientais enquanto um sistema coeso. Além disso, alguns painéis próprios da Feam já existem, como são os casos do "Painel de bordo para a situação das barragens de rejeitos com o acionamento do nível de emergência em Minas Gerais" e do "Portfólio de boas práticas ambientais", apresentado na COP 26.

<sup>23</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O gabinete da Semad pretende estabelecer um fluxo geral para controle do Sisema, visto que os relatórios de auditorias normalmente chegam diretamente para Semad.

<b>3) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1431.17 <b>Data:</b> 10/10/2017 <b>Processo SEI/IMG:</b> Não Há	<b>Ação:</b> Avaliar a regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental das barragens de Santarém, Fundão e Germano , operadas pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema
<b>STATUS</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17- Recomendação nº 11. Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.12- Ponderar acerca da pertinência em efetuar a implementação de mecanismos que possam aprimorar/aperfeiçoar controles preventivos relativos à verificação quanto à coerência/congruência entre o tipo de vegetação existente na propriedade rural, cujas áreas consistirem em objeto de requerimento de intervenção ambiental, e a vegetação a ser autorizada por meio de documento autorizativo (DAIA), no intuito de obstruir ou minimizar possíveis impactos ambientais, concernentes à efetivação de intervenções ambientais indevidas. Como exemplo, sugere-se a inclusão obrigatória nos processos de intervenção ambiental, em momento anterior à emissão do DAIA, de análise de imagens de satélite da área requerida à intervenção ambiental, observando-se, para tanto, o princípio da Segregação de Funções no que tange ao responsável pela realização da vistoria na propriedade/emissão de Parecer Técnico e o responsável pela análise das imagens;

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.16- Propor mecanismo(s) de controle que impeça(m) ou, no mínimo, dificulte(m) que os processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação.
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	<p>Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.17 e 3.18- Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviços, etc.) contemplando mecanismos de apuração, controle e diagnóstico que impeçam ou, no mínimo, dificultem a preterição na ordem de atendimento das solicitações de intervenção ambiental a serem concedidas por meio de DAIA. Como exemplo, sugere-se a determinação de limites máximos de prazo, a serem contados a partir da formalização do processo, para efetuação da vistoria técnica, para elaboração do Parecer Único, bem como para decisão do processo. Nesse contexto, sugere-se também a elaboração de gráficos, planilhas e/ou tabelas contendo mecanismos de alerta quanto ao atingimento dos prazos, bem como quanto a possíveis preterições na ordem de atendimento das solicitações, devendo ser observada, pois, a ordem cronológica das datas de formalização dos processos. Ademais, importante se atentar, ainda, para o princípio da segregação de funções, alocando-se servidor exclusivamente para a gestão de tais gráficos/planilhas/tabelas, o qual não deve participar de outras etapas dos processos de intervenção ambiental;</p> <p>Contemplar na normatização de que dispõe o item anterior, os casos em que o atendimento das solicitações de intervenção ambiental se enquadre como prioritário, sendo estabelecidos, para tanto, os devidos critérios, sem prejuízo da observância dos preceitos legais.</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Não implementada – Ação Inadequada ou Insuficiente	<p>Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.21 - Verificar se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem avaliados como incorretos, recomenda-se – considerando-se cada processo separadamente para efeitos de ressarcimento e, caso julgue pertinente, desconsiderando-se valores irrisórios (menores do que R\$ 1,00, um real, por exemplo), ou cuja cobrança possa ser menor do que o valor da emissão de um DAE:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Promover medidas de autotutela junto ao administrado relativo aos valores cobrados a menor, de forma que o requerente ao processo de intervenção/proprietário efetue o pagamento da diferença;</li><li>2. Promover medidas de ressarcimento ao requerente do processo de intervenção/proprietário do imóvel rural relativo aos valores cobrados a maior, haja vista a vedação de enriquecimento ilícito por parte do Estado.</li></ol> <p>A respeito dos processos para os quais não se identificou comprovante de pagamento referente à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, recomenda-se:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>3. Autuar os comprovantes de pagamento no processo, se o pagamento tiver sido efetuado. Enviar comprovação à UICI;</li><li>4. Caso o pagamento tenha sido efetuado, informar à UICI se as taxas cobradas e pagas foram calculadas corretamente, demonstrando a memória de cálculo e o respectivo embasamento legal. Caso as taxas tenham sido calculadas incorretamente, promover medidas de autotutela nos moldes do item “C”;</li><li>5. No caso de não ser identificado o pagamento das taxas, promover medidas de autotutela, de modo a efetuar a cobrança junto ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</li><li>6. Ainda no caso de não ser identificado o pagamento das taxas, elucidar se órgão ambiental efetuou cobrança ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural à época da análise do respectivo processo. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI (cópia da guia de cobrança – DAE e comprovante de recebimento do DAE pelo requerente/proprietário do imóvel).</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	"Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação nº 3.31 - Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 4.747/1968 (art. 69), bem como Decreto Estadual n. 36.110/1994, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à taxa florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7;
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.32- Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 14.309/2002 (art. 47 e 49); Lei Estadual n. 20.922/2013 (art. 78); Resolução Conjunta IEF/Semad n. 1.914/2013 (art. 3º); bem como Decreto Estadual n. 44.844/2008, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à reposição florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7

<b>6) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0003063/2020-62.	<b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

Recomendação implementada	não	Recomendação 01 - Verificar o cabimento de medidas administrativas e jurídicas de autotutela para cobrança dos valores a título de desconto de taxa florestal, concedidos de forma irregular, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A, caso os créditos não tenham culminado em prescrição.
Recomendação implementada	não	Recomendação 02 - Caso não seja possível a adoção de medidas de autotutela junto às empresas beneficiadas indevidamente, ou caso a pretensão de constituição de cobrança dos créditos tenha sido culminada em prescrição, que sejam adotadas medidas de ressarcimento ao erário concernente aos valores preliminarmente apurados pela Comissão Especial instituída pela Portaria nº 57/2016, cujo valor é de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <b>Data:</b> 23/12/2020 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0012200/2020-34		<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF
Status	Recomendação	
Recomendação implementada: ação inadequada ou insuficiente	não	Recomendação nº 49 - Promover a criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos e contribuindo para a prevenção de erros e fraudes.

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <sup>24</sup> <b>Data:</b> 23/12/2020	<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF
Status	Recomendação
<b>Recomendação Implementada</b>	<p>Recomendação nº 3 - Estabelecer um programa ou processo definido para identificar e monitorar tendências relacionadas às normas de conduta da autarquia que contemple e atinja, de forma mais abrangente, as diversas categorias de agentes públicos que participam dos processos de trabalho da instituição, colaboradores, inclusive prestadores de serviços terceirizados, para identificar problemas e tendências relacionadas às normas de conduta da organização, bem como, para avaliar especificamente o desempenho concernente às normas de conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 5 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes;</p> <p>Recomendação nº 6 - Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema;</p> <p>Recomendação nº 8 - Estabelecer fluxo de encaminhamento de representações e denúncias que contenham potenciais desvios de comportamento ético para a Comissão de Ética;</p> <p>Recomendação nº 20 - Ampliar a adesão ao Programa Transforma Minas, para seleção de cargos da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 33 - Formalizar e implantar uma Política de Gestão de Riscos na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 38 - Instituir instrumentos formalizados para identificação, avaliação e tratamento dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Recomendação nº 39 - Estabelecer controles para prevenir e detectar fraudes nos processos da entidade;</p> <p>Recomendação nº 52 - Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade, em alinhamento com a Resolução SEPLAG nº 107/2018, que regulamenta a Política de Segurança da Informação e Comunicação pelos usuários dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional ou certificar-se do cumprimento da referida Resolução na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 55 - Formalizar e manter atualizada a política de política de distribuição de atribuições ou responsabilidades por atividades- chave de autorização, de execução, de atesto/aprovação, de registro e de revisão devidamente segregadas entre diferentes pessoas, quando do cadastramento dos usuários nos sistemas informatizados;</p>

<sup>24</sup> Processo SEI/IMG nº

<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.
Status	Recomendação
Recomendações implementadas*	<p>Recomendação nº 01- Verificar eventual necessidade de regularização das informações sobre o status dos convênios no Sigcon/Saída, em especial, àqueles já baixados que constam a informação “Sem identificação de status” no “Diagnóstico do Passivo de Prestação de Contas de Convênios de Saída e Instrumentos Congêneres”, emitido em 2019 pela CGE (vide apêndice I.C);</p> <p>Recomendação nº 02- Promover a multiplicação do conhecimento concernente aos procedimentos de celebração, acompanhamento/fiscalização e análise de prestação de contas relativo aos instrumentos de transferências de recursos de saída, tendo em vista o atual quadro funcional disponível para essas atividades na GCOF/DAF;</p> <p>Recomendação nº 3- Aprimorar, no âmbito do IEF, os mecanismos de controle, com a institucionalização de manuais, instruções de serviço ou notas orientativas, relativos às atividades que envolvem todas as fases dos instrumentos de transferência de recursos de saída;</p> <p>Recomendação nº 04 - Prover os recursos necessários, que possam garantir a análise suficiente, adequada e tempestiva dos instrumentos de transferência de recursos de saída do IEF, e conclusão em tempo razoável, considerando que o tempo de médio de tramitação referente ao escopo desta nota de auditoria é de, em média, 3.526 dias corridos;</p> <p>Recomendação nº 05- Adotar providências para a redução do tempo de adoção de medidas de ressarcimento ao erário dos convênios cujas prestações de contas ainda não foram baixadas, conforme o caso, considerando o que dispõe a IN 03/2013 do TCE/MG, que estabelece o prazo de 180 dias para adoção das medidas administrativas internas a partir da data do evento ou, quando desconhecida, da data da ciência do fato pela autoridade administrativa, nos casos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e de caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 6- Verificar a situação atual dos 7 (sete) instrumentos de TDCO não encerrados na ocasião da finalização da força tarefa (vide apêndice I.B), e adotar as medidas pertinentes a cada caso;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 8- Verificar, de acordo com eventual potencial de instrumentos a serem celebrados, a conveniência e oportunidade de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos e instrumentos congêneres, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;</p>



<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
Recomendações Implementadas não	<p>Recomendação 1-A - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando: a verificação das medidas de gestão aplicáveis para a destinação ou perdimento dos bens apreendidos vinculados aos respectivos autos de infração, no que couber; e ainda, eventual viabilidade de emissão de decisão administrativa definitiva;</p> <p>Recomendação 1-B - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a verificação quanto a eventual viabilidade de constituição de crédito e exigibilidade das obrigações referentes à Reposição Florestal, para os autos de infração que possuem fato gerador, considerando, pois, a verificação da eventual pré-existência das informações (nos autos de infração) necessárias para a efetivação da cobrança;</p> <p>Recomendação 1-C - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento a verificação das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento.</p> <p>Recomendação 2 - Em se verificando a impossibilidade de aplicação de tais medidas para todos os autos de infração prescritos e remetidos em razão do lapso temporal transcorrido, estabelecer critérios objetivos de priorização, a exemplo dos autos de infração mais recentes ou que possuem maiores valores;</p> <p>Recomendação 3 - Certificar quanto ao exaurimento das medidas de gestão e controle aplicáveis, passíveis de implementação, em relação aos autos de infração que culminaram em prescrição e foram abarcados pela remissão, inclusive quando a atualização dos dados e informações nos autos de nos sistemas de informação, para promoção do arquivo definitivo dos processos;</p> <p>Recomendação 4 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço e afins, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Ambiental, exercidos pelo IEF;</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
	<p>Recomendação 5 - Em se verificando a necessidade ou pertinência de extensão dos controles para todos os bens apreendidos oriundos da atividade de fiscalização da agenda verde, independentemente da competência da lavratura do auto de infração, que seja estabelecida articulação com a Semad.</p> <p>Recomendação 6 - Implementar mecanismos de controle internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, parâmetros, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da taxa florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental exercidos pelo IEF;</p> <p>Recomendação 7 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da reposição florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia exercidos pelo IEF, nos casos em que houver fato gerador.</p> <p>Recomendação 8 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de acompanhamento e conclusão dos TACs vinculados a processos de autos de infração lavrados pelo IEF;</p> <p>Recomendação 9 - Elaborar e implementar mecanismos de controles internos que visem garantir a razoável duração do processamento dos autos de infração, a exemplo do estabelecimento de indicadores por URFBio, a partir do conhecimento da infração ou lavratura do auto de infração;</p> <p>Recomendação 10 - Elaborar e institucionalizar um fluxograma contemplando o processamento dos autos de infração para a clara visualização de todas as fases, competências e atores envolvidos nestas atividades;</p> <p>Recomendação 11 - Verificar a pertinência e viabilidade de promover a automação completa do processamento dos autos de infração, que possibilite: o controle de tramitação e dos prazos processuais; a efetiva gestão e monitoramento do processo, em todas as suas fases; que notificações ao autuado e os atos processuais por ele praticados possam ser feitos por meio digital;</p> <p>Recomendação 12 - Em caso de constatada inviabilidade ou não pertinência de promoção da automação completa do processamento dos autos de infração, verificar a viabilidade e pertinência de adotar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MG, para tramitação dos processos de autos de infração a serem lavrados, bem como, a digitalização dos que ainda não tiveram trânsito em julgado no âmbito da autarquia;</p> <p>Recomendação 13 - De modo a garantir a padronização dos atos processuais, independentemente da forma utilizada, (processo físico ou eletrônico), elaborar e instituir controles, a exemplo de manual, instrução de serviço, notas orientativas, ou afins, contemplando a proposição de modelos de documentos a serem produzidos na fase de instrução processual (forma, prazos e o conteúdo mínimo dos documentos a serem produzidos);</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
	<p>Recomendação 14 - De modo a garantir uniformidade das informações, implementar metodologia padronizada de controle e gestão de processos, inclusive para utilização nas URFBio, considerando a existência de sistema de informação e planilhas eletrônicas com formatos distintos;</p> <p>Recomendação 15 - Em consonância com as diretrizes do Plano Mineiro de Promoção da Integridade – PMPI, e com o intuito de identificar os principais riscos e gargalos decorrentes do exercício de polícia ambiental, implementar a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração de competência do IEF, contemplando todas as fases da lavratura e processamento dos autos de infração, até a inscrição e recebimento dos valores, inclusive em sede de dívida ativa;</p> <p>Recomendação 16 - Em se aplicando a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração, elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar;</p> <p>Recomendação 17 - Promover transparência e controle social no que tange aos autos de infração de competência da autarquia, disponibilizando em transparência ativa, bem como em dados abertos, para qualquer interessado (autuado, sociedade, instituições de pesquisa, organizações governamentais, órgãos de controle, etc.) por data de lavratura, valor da multa aplicada, tipo de infração, localidade da infração, medidas cautelares aplicadas, fase em que se encontra, dentre outros dados relevantes.</p>

Tabela 8D – Recomendações não atendidas<sup>25</sup> que apresentem riscos ao Igam

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.0349.21<sup>26</sup></p> <p><b>Data:</b> 05/04/2020</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>	Recomendações não implementadas <sup>27</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas);</p> <p><b>Recomendação nº 8:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Recomendação aos CBH DO5:</b></p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p>

<sup>25</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>26</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0010165/2020-77.

<sup>27</sup> Por meio do Despacho nº 38/2023/IGAM/GAB (ID: 59503641), o gabinete do Igam solicitou prazo, até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 2/2023 (58945163), no qual a Controladoria Seccional solicitou ao gestor pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.1486.20<sup>28</sup></p> <p><b>Data:</b> 10/11/2020</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.</p>	Recomendações não implementadas	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendações nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores..</p> <p><b>Recomendações nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</p> <p><b>Recomendações nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</p> <p><b>Recomendações nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão a ser instituído pelos CBH's.</p> <p><b>Recomendações nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas) e acompanhar com maior proximidade as ações da Entidade Equiparada.</p> <p><b>Recomendações nº 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Ao CBH PS1:</b></p> <p><b>Recomendações nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p> <p><b>Recomendações nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.</p> <p><b>Ao CBH PS2:</b></p> <p><b>Recomendações nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.</p>

<sup>28</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0011756/2020-91.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.1497.20<sup>29</sup></p> <p><b>Data:</b> 06/08/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)</p>	Recomendações não implementada - assunção de risco pelo gestor	<p><b>Recomendação 03)</b> Desenvolver processos de avaliação de desempenho em conduta ética e incentivos que promovam o comportamento correto para a realização dos objetivos do IGAM.</p> <p><b>Recomendação 21)</b> Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p><b>Recomendação 23)</b> Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas.</p> <p><b>Recomendação 28)</b> Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado e posteriormente estabelecer controles alternativos se a segregação não estiver adequada.</p> <p><b>Recomendação 31)</b> A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria.</p> <p><b>Recomendação 33)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência.</p> <p><b>Recomendação 34)</b> Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles.</p>

<sup>29</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-12.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 2240.0213.21<sup>30</sup></p> <p><b>Data:</b> 12/02/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.</p>	Recomendações não implementadas <sup>31</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM<sup>32</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores.</p> <p><b>Recomendação 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes.</p> <p><b>Recomendação 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na bacia hidrográfica.</p> <p><b>Recomendação 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas).</p> <p><b>Recomendação 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face de dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Recomendações à APV:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2.:</b> Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Pará, do rio das Velhas e da Bacia Hidrográfica em nível federa.</p> <p><b>Recomendações ao CBH SF2:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação nº 2.:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a accountability (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p> <p><b>Recomendações ao CBH SF5:</b></p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a accountability (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p>

<sup>30</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0000100/2021-35.

<sup>31</sup> Incluso os status: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>32</sup> Por meio do Despacho nº 35/2023/IGAM/GAB (59502185), o gestor solicitou prazo até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 7/2023 (58959578), no intuito de pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022 e encaminhar a esta Controladoria Seccional.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.0394.21<sup>33</sup></p> <p><b>Data:</b> 22/04/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>	Recomendações não implementadas <sup>34</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes.</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica.</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de promover encontros periódicos com as Entidades Equiparadas afim de compartilhar as boas práticas adotadas na aplicação do recurso e no incremento de receita.</p>
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1038776<sup>35</sup></p> <p><b>Data:</b> 03/09/2021</p> <p><b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.</p>	Recomendações não implementadas <sup>36</sup>	Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes;

<sup>33</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2.

<sup>34</sup> Incluso os status: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>35</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0006655/2021-75.

<sup>36</sup> Por meio do Despacho nº 36/2023/IGAM/GAB (59502811), o gestor solicitou prazo até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 11/2023 (58960332), no intuito de pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022 e encaminhar a esta Controladoria Seccional.



Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1091636 <sup>37</sup>  <b>Data:</b> 22/11/2021  <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.	Recomendações não implementadas	Adotar medidas para implantar controles que visam mitigar riscos que possam resultar na formalização de instrumentos sem planejamento adequado, a exemplo de mecanismo para gerenciar a necessidade de alteração contratual, bem como para alertar a necessidade de tomada de decisão quanto à prorrogação do contrato de serviços de duração continuada em vigor ou à realização de nova licitação.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1136988 <sup>38</sup>  <b>Data:</b> 29/12/2021  <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	Recomendações não implementadas	<b>Recomendação 1:</b> Aprimorar o processo de homologação dos acordos futuros, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. <b>Recomendação 2:</b> Que as áreas técnicas desenvolvam um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.

<sup>37</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>38</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003974/2021-03.

APÊNDICE V - RISCOS SIGNIFICATIVOS E DEFICIÊNCIAS EXISTENTES NOS CONTROLES INTERNOS DA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 9A – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Semad

Título da ação – Semad	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
Avaliação da gestão patrimonial da Semad, no que tange ao exercício de 2020.  Nota de Auditoria 1124293  Data: 23/12/2021  SEI: 1520.01.0012520/2021-24	a) Relatórios finais de inventário, referente ao exercício de 2020, não refletiram a totalidade da carga patrimonial do órgão; b) Alto índice de bens não localizados. Ressalta-se que cerca de 58% dos bens da Semad/Sede – unidade contábil 1370001 – não foram localizados;  Riscos de perda patrimonial e dano ao erário.
Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020.  Nota de Auditoria 1124301  Data: 23/12/2021  SEI: 1520.01.0012521/2021-94.	a) Distorções na conciliação dos saldos físicos e contábeis quanto aos bens imóveis do Fhidro; b) Bens imóveis não localizados, sendo 42 (quarenta e dois) imóveis cujo status informado correspondeu a “não localizado” e 3 (três) em que o status não foi informado, o que equivale a R\$16.155.753,85 (dezesesseis milhões cento e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos) ou 49,99% do valor total dos bens imóveis do Fhidro registrado no SIAFI.  Gestão patrimonial de bens imóveis do Fhidro de forma ineficiente.
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	a) Deferimento de licenças ambientais para a Barragem I sem terem sido observados indícios de comprometimento estrutural da barragem; b) Ineficiência de gestão, no âmbito da Feam, da avaliação das recomendações de segurança das barragens de rejeito; c) Existência de fragilidades procedimentais quanto à instrução e análise pela Semad dos processos de licenciamento ambiental; d) Fragilidades quanto a ações pós emissão das licenças (como monitoramento de condicionantes).

Título da ação – Semad	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</p> <p>Data: 14/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0001531/2020-07.</p>	<p>a) Fragilidades de procedimentos no que concerne à conduta ética: Pouca participação dos servidores em treinamentos sobre ética; e ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética;</p> <p>b) Planejamento Estratégico desatualizado;</p> <p>c) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na SEMAD;</p> <p>d) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>e) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;</p> <p>f) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações implementadas.</p>
<p>Avaliação dos controles existentes no que atinge à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF.</p> <p>Nota de Auditoria 1370.1449.20</p> <p>Data: 23/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0012205/2020-93.</p>	<p>a) Fragilidades procedimentais e formais quanto ao preenchimento de documentos relacionados à concessão de GDAF, como Plano Individual de Fiscalização e documento de avaliação;</p> <p>b) Ausência de critérios objetivos para atribuição ou revogação de GDAF;</p> <p>c) Adoção de procedimentos diferentes entre as Unidades Regionais e o Órgão Central.</p>
<p>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</p> <p>Nota de Auditoria <b>1370.1248.20</b></p> <p>Data: 17/11/2020</p> <p>SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	<p>a) Ausência de processo definido para celebração de TAC: ausência de mapeamento do processo, de fluxo bem definido e pré-estabelecido e de atribuições de responsabilidades objetivas e bem delimitadas;</p> <p>b) Ausência de minuta padrão de TAC;</p> <p>c) Ausência de análise técnica e jurídica previamente à formalização de cada TAC;</p> <p>d) Ausência de critérios e requisitos pré-estabelecidos para a realização de monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos TAC;</p> <p>e) Ampliação de empreendimento por meio de TAC.;</p> <p>f) Desobrigação do empreendedor em cumprir medidas ajustadas em caso de encerramento de atividade;</p> <p>g) Celebração de TAC com empreendedores reincidentes;</p> <p>h) Inclusão de “doações” em TAC;</p>

<b>Título da ação – Semad</b>	<b>Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada</b>
<p>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</p> <p>Data: 14/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0001531/2020-07.</p>	<p>a) Fragilidades de procedimentos no que concerne à conduta ética: Pouca participação dos servidores em treinamentos sobre ética; e ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética;</p> <p>b) Planejamento Estratégico desatualizado;</p> <p>c) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na SEMAD;</p> <p>d) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>e) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;</p> <p>f) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações</p>
<p>Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental executado no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semad, Feam, IEF e Igam.</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1070584</p> <p>Data: 30/03/2022</p> <p>SEI: 1520.01.0010756/2021-25</p>	<p>Houve a identificação de 21 (vinte e um) eventos de riscos altos na execução do Projeto, discriminados no Relatório de Auditoria, dentre os quais, destaca-se</p>

Tabela 9B – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Feam

Título da ação – FEAM	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comittee of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0023.21</p> <p><b>Data:</b> 30/12/2020</p>	<p>Rever o acúmulo de funções ou a estruturação orgânica da entidade<sup>39</sup>.</p> <p>Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela recorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas.<sup>40</sup></p> <p>Elaborar ferramenta, a exemplo do Painel de Indicadores do Sisema, de modo a facilitar a disponibilização e divulgação dos dados aos usuários internos e externos a entidade.<sup>41</sup></p> <p>A partir da sistematização da autoavaliação e monitoramento dos controles internos, bem como, das avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para permitir o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.<sup>42</sup></p>

<sup>39</sup> Justificativa da gestão da FEAM: A FEAM seguindo a orientação de governo fez a sua reestruturação seguindo as diretrizes e limitações colocadas pela SEPLAG. Naquele momento foi solicitado a diminuição do número total de cargos, inclusive com o enxugamento de estruturas, assim a FEAM se organizou para fazer a diminuição de uma das suas 3 diretorias técnicas. No decorrer da reestruturação do executivo definiu-se a estratégia de não alteração da lei que define a estrutura básica da FEAM, assim não foi possível a redução da diretoria prevista inicialmente. Em função das limitações dos cargos da FEAM e da carência de profissionais das áreas. Temos hoje uma pessoa que responde por duas diretorias. Constatamos durante esse tempo o volume de trabalho para a coordenação destas duas Diretorias, porém em função dos limites da LRF não é possível a liberação de cargos para a indicação de uma pessoa para responder por uma das áreas.

<sup>40</sup> Justificativa da gestão da FEAM: Demanda atrelada à carreira dos servidores do Sisema como um todo. Em reunião com a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, realizado no início de 2021, foi informada que o cumprimento da sugestão seria inviável.

<sup>41</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O Sisema já conta com as ferramentas IDE-SISEMA e Painel de Indicadores do Sisema para divulgação de dados externa e internamente. Criar nova ferramenta para esse fim não configuraria apenas ineficiência, como também óbice à integração dos órgãos ambientais enquanto um sistema coeso. Além disso, alguns painéis próprios da Feam já existem, como são os casos do "Painel de bordo para a situação das barragens de rejeitos com o acionamento do nível de emergência em Minas Gerais" e do "Portfólio de boas práticas ambientais", apresentado na COP 26.

<sup>42</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O gabinete da Semad pretende estabelecer um fluxo geral para controle do Sisema, visto que os relatórios de auditorias normalmente chegam diretamente para Semad.

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada</b>
<p>Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comittee of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.0023.21</p> <p>Data: 30/12/2020</p>	<p>Prevenção ineficiente à ocorrência de problemas que afetam a execução dos processos/projetos.</p> <p>Respostas inadequadas ou intempestivas aos riscos decorrentes de mudanças, que possam impactar potencialmente na realização dos objetivos da entidade.</p> <p>Deteção de fraude e corrupção ao invés de preveni-las.</p> <p>Atividades serem exercidas sem a observância do padrão esperado;</p> <p>Atividades incompatíveis serem realizadas pelo mesmo agente;</p> <p>Descumprimento de normativos;</p> <p>Controles exercidos de forma insuficiente.</p>
<p>Avaliação da Gestão Patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)</p> <p>Relatório de Auditoria 111555-0</p> <p>Data: 07/12/2021</p>	<p>Indícios de bens não localizados;</p> <p>Ausência de controles sobre bens permanentes;</p> <p>Não localização dos documentos de cessão/permissão de uso e registros desatualizados.</p>
<p>Consultoria – Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM</p> <p>Relatório de Auditoria: 1252580/2022</p> <p>Data: 31/08/2022</p>	<p>Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco) anos.</p> <p>Dar andamento no processo de Auto de Infração com suspensão judicial.</p> <p>Decisões discrepantes à interpretação legal em recursos de Autos de Infração.</p> <p>Deixar de dar andamento em Auto de Infração cuja suspensão deixou de vigorar.</p> <p>Deixar de enviar processo de Auto de Infração para inscrição em dívida ativa.</p>

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada</b>
	<p>Demora na análise dos Autos de Infração por parte da área técnica.</p> <p>Extravio de documentos / processos vinculados a Autos de Infração.</p> <p>Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir acerca dos Autos de Infração.</p> <p>Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM.</p>

Tabela 9C – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do IEF

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Ação:</b> Avaliação da conformidade dos processos de Reposição Florestal geridos pelo IEF <b>Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.5045.12 <sup>43</sup> <b>Data:</b> 24/09/2012	Ausência de Ação de cobrança administrativa junto aos inadimplentes de outros débitos em aberto no montante de R\$ 40.980.326,07 (quarenta milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), em 24/08/2012, de 23 empresas que firmaram Termos de Ajustamento de Conduta
<b>Ação<sup>44</sup>:</b> Medidas de gestão – Operação Diamante Negro <b>Documento:</b> Nota /Procedimento Preliminar de Correição <b>Nº:</b> 1370.1336.16 <b>Data:</b> 14/09/2016	Pendências de medidas de gestão e de autotutela relacionadas às 56 empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea, no que concerne à lavratura de autos de infração, cobrança de Taxa Florestal e Reposição Florestal, oriundos da Operação Diamante Negro.
<b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa <b>Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020	Carência de medidas em relação ao valor de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carburato de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.

<sup>43</sup> Processo SEI/MG nº 2100.01.0001613/2018-23

<sup>44</sup>As recomendações foram reiteradas por meio de documentos físicos, e a partir de julho/2020, as tratativas passaram a ser efetuadas por meio do processo SEI/MG 1520.01.0005874/2020-19. O Plano de Ação com parte das ações em relação às recomendações consta no documento Sei nº 34147277. A última manifestação do dirigente foi encaminhada em 26 de março de 2022, e será analisada no segundo semestre do ano corrente.



Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.1447.20<sup>45</sup></p> <p><b>Data:</b> 23/12/2020</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos à estrutura da entidade</p> <p>Em relação ao Princípio 8: "A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos"</p> <p>Carência de instrumentos formalizados para identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Em relação ao Princípio 9 – "Clara definição dos responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito da organização":</p> <p>a) carência de formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos (normativos, fluxogramas, rotinas, parâmetros, cartilhas, Notas Técnicas, instruções de serviço) que comuniquem claramente as responsabilidades pelo controle interno, e os procedimentos sobre o que deve ser feito para realizar os controles internos, em nível de área/processos e de atividades;</p> <p>b) Carência de formalização de controles internos utilizados na prática, porém, não formalizados;</p> <p>c) carência de consolidação dos instrumentos e mecanismos de controles internos existentes, por área/processo/atividade, bem como, de divulgação em ambiente facilmente acessível aos usuários responsáveis pela execução dos controles;</p> <p>d) Carência de criação de mecanismos formais para mensurar e registrar a melhoria nos controles (eficiência, eficácia, efetividade) a partir de processos que sofreram alterações a partir de decisões tomadas.</p> <p>Em relação ao Princípio 10: "Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos".</p> <p>a) Carência de definição dos controles internos a serem executados nos processos e atividades, preventivos e detectivos, que abranjam as ações a serem adotadas, os itens a serem verificados, bem como os prazos e responsáveis por aplicar, revisar e supervisionar essas ações;</p> <p>b) Carência de vinculação dos controles de que tratam o item "a", a uma política de gestão de riscos, e que contemplem estratégias de mitigar ou reduzir os riscos existentes em todos os níveis da entidade (estratégicos, operacionais, divulgação e conformidade);</p> <p>c) Carência de formalização das políticas e procedimentos estabelecidos para assegurar a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como: autorização, execução, controle e registro, cadastro/recebimento/análise de documentação e registros nos sistemas informatizados;</p> <p>d) Carência de criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos.</p> <p>Em relação ao Princípio 11: Definição de políticas e normas que suportem as atividades de controles internos da gestão</p> <p>a) Carência de mecanismos que garantam a periodicidade para atualização, de forma preventiva, das políticas e procedimentos (atividades de controle) formalmente estabelecidos, com objetivo de mitigar/reduzir os riscos existentes;</p> <p>b) Carência de mecanismos que propiciem reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualização quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).</p>

<sup>45</sup> Processo SEI/MG nº 1520.01.0012200/2020-34.

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos no processo de Compensação Florestal Minerária</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria Nº: 2100.0246.21<sup>46</sup></p> <p><b>Data:</b> 09/03/2021</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos ao processamento da CFM:</p> <p>a) Carência de Procedimentos Operacionais Padrões – POP, ou documentos equivalentes que sejam capazes de comunicar claramente as atividades e responsáveis pela execução, evitando-se que as mesmas atividades e controles sejam executadas mais de uma vez, ou mesmo deixem de serem executadas, em todas as modalidades de compensação;</p> <p>b) Carência de regulamentação específica para as propostas de CFM que se enquadram no art. 75, § 1º, da Lei Estadual nº 20.922/2013, para garantir maior conformidade da análise dos processos;</p> <p>c) Carência de aperfeiçoamento dos normativos concernentes à fase de execução da compensação na modalidade ampliação/manutenção, especialmente no que se refere à gestão e fiscalização dos bens e serviços executados de forma direta pelo empreendedor;</p> <p>d) Carência de aperfeiçoamento das ferramentas de gestão das propostas de CFM que tramitam no IEF, que atualmente é realizado por meio de planilhas eletrônicas, considerando o grau de descentralização da autarquia;</p> <p>e) Carência de estabelecimento de indicadores de análise e deliberação das propostas de CFM, por unidade administrativa, para garantir a duração razoável de processamento;</p> <p>f) Carência de medidas que garantam maior grau de eficiência e eficácia das propostas de CFM, com a diminuição do tempo de análise e efetivação da compensação, face aos impactos ambientais causados pelos empreendimentos sujeitos à compensação;</p> <p>g) Carência de alinhamento e interlocução com as áreas responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental, quanto ao potencial de propostas de compensação que não foram protocolados como contrapartida, pelo empreendedor, para eventuais providências em relação ao não cumprimento;</p> <p>h) Carência de fixação de procedimentos e formas de monitoramento do cumprimento da CFM exigida nos processos de intervenção ambiental e atos autorizativos emitidos pelo próprio IEF;</p> <p>i) Carência de aprimoramento na interlocução com as áreas responsáveis pelos processos de intervenção e regularização ambiental quanto às propostas de CFM que foram protocolados pelo empreendedor, porém, a compensação não fora efetivada por razões de inaptidão da proposta de compensação, para eventuais providências;</p> <p>j) Carência de estabelecimento de controles para prevenir eventual cometimento de fraude e corrupção (riscos de integridade), devido ao processo envolver recursos financeiros de elevada monta ou doação de áreas extensas; carência de estrutura suficiente para segregação de atividades mais importantes, especialmente na fase de execução e efetivação da compensação; e</p> <p>k) Carência de aprimoramento de normativos, concernente à modalidade de implantação/manutenção de UC, especialmente no que concerne à fase de execução e efetivação da compensação;</p> <p>l) Carência de maior disseminação dos procedimentos de efetivação da proposta de CFM da modalidade regularização fundiária, considerando que a maior parte dos servidores lotados na GCARF/Regularização possuem vínculo precário com o IEF;</p>

<sup>46</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005356/2019-40

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas por infringência à legislação ambiental, aplicadas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, que tiveram a perda das pretensões punitiva e de cobrança dos créditos não tributários em virtude do alcance da prescrição, bem como aquelas abarcados pela remissão.</p> <p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021<sup>47</sup> <b>Data:</b> 14/12/2021</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos ao processamento dos autos de infração.</p> <p>a) morosidade no Processamento de Autos de Infração; b) carência de formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos quanto ao exercício do Poder de Polícia Ambiental, concernente a:     b.1) apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos;     b.2) procedimentos de cálculo e cobrança da Taxa Florestal;     b.3) procedimentos de cálculo e cobrança da Reposição Florestal;     b.4) Acompanhamento e conclusão dos TAC firmados; c) carência de mecanismos de controles internos e de gestão, de primeira e segunda linhas, para o processamento dos autos de infração; d) carência de mecanismos de gestão de riscos, de promoção da transparência e controle social no que tange aos autos de infração processados no âmbito do IEF;</p>
<p><b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência do Instituto Estadual de Florestas - IEF.</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1164892/2022<sup>48</sup> <b>Data:</b> 11/07/2022</p>	<p>1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida.</p> <p>2) Identificou-se 11 (onze) riscos extremos; 2) Identificou-se 55 (cinquenta e cinco) riscos altos; 3) Identificou-se 46 (quarenta e seis) riscos médios; 4) Identificou-se 113 (cento e treze) riscos baixos; 5) Controles internos informais, não padronizados e não institucionalizados.</p>

<sup>47</sup> Processo Sei! MG nº 1520.01.0012086/2021-05

<sup>48</sup> Processo Sei! MG nº 1520.01.0002649/2022-79

Tabela 9D – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do Igam

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 2240.0534.19<sup>49</sup></p> <p><b>Data:</b> 11/04/2019</p> <p><b>Ação:</b> Gerenciamento dos Riscos no processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, visando à identificação dos riscos relacionados, bem como a avaliação da estrutura de controle no gerenciamento de riscos, referenciado na metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) – método CGE.</p>	<p>1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida.</p> <p>2) Identificou-se 4 (quatro) riscos altos;</p> <p>3) Identificou-se 23 (vinte e três) riscos médios;</p> <p>4) Identificou-se 65 (sessenta e cinco) riscos baixos;</p> <p>5) Identificou-se pontos frágeis que representam riscos à regularidade da gestão;</p> <p>6) Identificou-se estruturas de controles insuficientes para minimizar todos os riscos altos;</p> <p>7) Identificou-se que a estrutura de controle conseguiu minimizar 10 (dez) riscos inerentes altos e médios para riscos residuais baixos;</p> <p>8) Identificou-se que quatro riscos residuais permaneceram altos, devendo ser necessariamente tratados para que se consiga minimizá-los;</p> <p>9) 66% dos eventos de riscos não apresentam controles;</p> <p>10) Vinte e três riscos médios requerem avaliação se serão tratados, conforme o Apetite a Risco. Sendo que riscos inerentes baixos merecem avaliação do custo e benefício do controle para evitar ineficiência de uma estrutura de controle superdimensionada.</p>
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.1334.19<sup>50</sup></p> <p><b>Data:</b> 10/09/2019</p> <p><b>Ação:</b> Trata-se de pendências apontadas em Relatórios de Controle Interno (RCI) da Prestação de Contas dos exercícios financeiros de 2014, 2015, 2016 e 2017, relacionadas à gestão patrimonial no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), quais sejam: falta de lançamento de valor de imóvel na conta contábil 1.4.2.01.02.00.00 – Bens Imóveis; bem como ausência de providências quanto à regularização dos bens constantes do acervo patrimonial do extinto departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais – DAE..</p>	<p>1) Falta de avaliação financeira dos imóveis do Igam, para regularizar as pendências contábeis no que tange à gestão patrimonial;</p> <p>2) Ausência de instituição de Comissão (ões) de Avaliação de Bens Imóveis (ou equivalente), em consonância ao disposto no art. 11 do Decreto nº 46.467/2014.</p>

<sup>49</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0004136/2018-03.

<sup>50</sup> Processo Sei! MG 2240.01.0002140/2018-58.

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1370.0609.20 <sup>51</sup> <b>Data:</b> 26/06/2020 <b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas desse Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida; 2) Identificou-se 11 eventos de riscos extremos e 25 eventos de riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos dos processos avaliados; atestou-se a não existência de controles para 01 (9,09%) dos eventos de riscos extremos e 12 (48,0%) dos eventos de riscos altos; 3) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos eventos de riscos classificados como extremos e altos, pois são insuficientes na minimização destes eventos de riscos.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.0496.20 <sup>52</sup> <b>Data:</b> 15/05/2020 <b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria sobre a gestão patrimonial exercida pelo Igam sobre os bens cedidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), no âmbito do Termo de Cessão de Uso de Bem Público Nº 2.	1) Falta de Manual de Gestão Patrimonial, normatizando procedimentos sobre a gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA. 2) Ausência de fluxo do processo de gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA. 3) Ausência de sistema de controle patrimonial dos bens cedidos pela ANA.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 10118243 <sup>53</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Sugerir os procedimentos a serem observados, no âmbito do IGAM, quanto ao desaparecimento de materiais permanentes, em cumprimento ao art. 57 do Decreto nº 45.242/2009.	1) Inexistência de fluxo procedimental relativo ao processo de gestão patrimonial, especialmente à constatação de desaparecimento de materiais permanentes. 2) Falta de orientação/capacitação dos servidores (no sentido <i>latu sensu</i> ) visando melhor esclarecimento e conscientização quanto à responsabilidade de cada servidor dos materiais que lhe confiados, à correta distribuição de carga patrimonial e à utilização do instituto da corresponsabilidade nas unidades administrativas do IGAM. 4) Ausência de normativo do IGAM no que diz respeito à responsabilidade e corresponsabilidades pelos materiais patrimoniais, e institua a corresponsabilidade do servidor designado pelo detentor de carga patrimonial para responder solidariamente pelos bens que utiliza.  Riscos: Perda patrimonial e dano ao erário.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria 995118 <sup>54</sup> <b>Data:</b> 27/07/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	1) Ausência de Estudo Técnico Preliminar da contratação realizada. 2) Falta de designação formal do gestor do contrato. 3) Existência de controles elementares para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato. 4) Risco de comprometimento da execução do Termo de Compromisso. 5) Governança e mecanismos de <i>compliance</i> frágeis da execução da despesa, pelo IGAM, relativa à Fonte 95.

<sup>51</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>52</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005343/2020-97.

<sup>53</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007453/2021-63.

<sup>54</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1038776 <sup>55</sup> <b>Data:</b> 09/09/2021 <b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.	1) Falta de gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes; 2) Não há no IGAM sistema próprio para registro dos contratos de gestão; 3) Ausência de sistema informatizado para controle e gestão dos contratos de gestão celebrados; 4) Não há fluxo operacional formalizado para os convênios e instrumentos congêneres.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126833 <sup>56</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 19 (dezenove) riscos altos do processo de Veículos e 1 (um) risco alto do processo de Diárias que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 5 (cinco) (26,3%) dos riscos altos do processo de Veículos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1091636 <sup>57</sup> <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	1) Foram detectadas fragilidades no que tange à comprovação da vantajosidade da renovação do contrato firmado. 2) Fragilidades quanto ao prazo para formalização do termo aditivo ao contrato. 3) Manutenção da existência de controles elementares para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126818 <sup>58</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam. Visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 16 (dezesesseis) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 14 (quatorze) (86%) dos riscos altos. 4) Infere-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126836 <sup>59</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Boletim Diário do Monitoramento Hidrológico,	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 9 (nove) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos do processo avaliado.

<sup>55</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>56</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>57</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>58</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>59</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.



Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	3) Detectou-se a não existência de controles para 8 (oito) dos riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126832 <sup>60</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo PANM do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 62 (sessenta e dois) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Não foram identificados controles para 54 (cinquenta e quatro) riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos 8 (oito) controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126826 <sup>61</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Progestão do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 3 (três) riscos extremos e 38 (trinta e oito) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 2 (dois) dos riscos extremos e 16 (dezesesseis) para os riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como extremos e altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126830 <sup>62</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Qualiágua do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 27 (vinte e sete) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado. 3) Detectou-se a não existência de controles para 1 (um) (3%) dos riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1136988 <sup>63</sup> <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do	1) Ausência de controle no processo de homologação de acordos correlatos, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção

<sup>60</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>61</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>62</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>63</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. 2) Ausência de formulação pelas técnicas de um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1370.1497.20 <sup>64</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)	<b>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS AO AMBIENTE DE CONTROLE</b> (Intermediário 56,3%) 1) Inexistência de política de gestão da ética, por meio da qual se estabeleceria controles para identificar desvios e avaliar a efetividade das ações executadas sobre o tema ética, em que pese o IGAM trabalhar com normas que tratam da conduta ética e haver uma comissão de ética; 2) Ausência de um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética; 3) Pouca participação dos servidores em treinamento sobre ética; 4) Ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética; 5) Atuação incipiente da comissão de ética; 6) Falta de treinamentos periódicos relacionados à ética e integridade; 7) Ausência de monitoramento ou indicadores sobre denúncias ou reclamações relativas a desvios de conduta ética; 8) A Comissão de ética apresenta deficiências quanto a sua atuação; 9) O código adotado não está disponibilizado aos servidores e não foram encontrados registros de sua divulgação; 10) O código adotado não aborda aspectos como nepotismo, fraude, corrupção e suas analogias; 11) Não há a implementação de uma política de gestão de riscos, levando as atividades de controle a serem planejadas sem levar em consideração; 12) Ausência de estrutura de governança para acompanhar a execução das metas e os resultados do Instituto (atualmente o acompanhamento é realizado pelo Gabinete); 13) Falta uma estrutura de controles para monitorar, medir e avaliar a eficácia e eficiência dos atos delegados; 14) Ausência de prestação de contas formalizada dos atos delegados; 15) Falta de atuação da segunda linha de controle (supervisão e estratégia); 16) Ausência de uma política de seleção formalizada, especialmente para cargos comissionados e baseada em requisitos preestabelecidos de atitudes, conhecimento e experiência; 17) Não foi realizada uma pesquisa de clima organizacional na Entidade; 18) O reconhecimento dos servidores se baseia somente em cumprimento de metas operacionais (qualitativas x qualitativas), sem levar em consideração o desempenho ético (normas de conduta); 19) Não existem metas de desempenho individual ou por equipes;

<sup>64</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-38



Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
	<p>20) Ausência de avaliação de desempenho de serviços terceirizados;</p> <p>21) Inexistem políticas de recompensas ou incentivos relacionados ao desempenho dos servidores.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS À AVALIAÇÃO DE RISCOS (Inicial 12,5%)</p> <p>22) Inexistência de Planos tático e operacional formalizados;</p> <p>23) Não foi elaborado ainda o planejamento estratégico próprio do IGAM;</p> <p>24) Insuficiência do controle efetuado por meio do Painel de Indicadores, que não contempla todos os processos do IGAM, como por exemplo, indicador sobre as políticas públicas de recursos hídricos;</p> <p>25) Não existem indicadores ou padrões para medir o desempenho das metas a serem alcançadas;</p> <p>26) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada no IGAM;</p> <p>27) Ausência de procedimentos estabelecidos para atuar sobre os riscos decorrentes de mudanças internas ou externas;</p> <p>28) Inexistência de identificação de processos críticos e riscos associados;</p> <p>29) Inexistência de políticas ou procedimentos para atuar sobre mudanças significativas nos ambientes nos quais opera;</p> <p>30) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE (Básico 20,8%)</p> <p>31) Ausência de mecanismos de mensuração da melhoria dos controles baseada em decisões tomadas;</p> <p>32) Ausência de fluxos detalhados sobre as ações de melhoria e de avaliações dos atos de gestão;</p> <p>33) As decisões da gestão são tomadas de forma subjetiva e não sistêmica;</p> <p>34) Ausência de acompanhamento da efetividade dos procedimentos relativos às atividades de controle do IGAM;</p> <p>35) Falta de registros sistemáticos das atividades de controle nos diversos níveis organizacionais;</p> <p>36) As revisões dos procedimentos referentes às atividades de controle não levam em conta os riscos existentes, tendo em vista a ausência de uma política de gestão de riscos, em que pese a realização do trabalho de gerenciamento de riscos nos processos de Cobrança pelo uso das Águas e o Monitoramento Hidrogeometeorológico.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Intermediário 66,7%)</p> <p>37) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;</p> <p>38) Ausência de medidas visando automatizar o processo de comunicação;</p> <p>39) Ausência de divulgação da agenda dos gestores;</p> <p>40) Não existe atualização no cadastro de servidores habilitados a utilizar os sistemas.</p>

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
	RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS AO MONITORAMENTO (Intermediário 50%) 41) Inexistência de monitoramento do sistema de controle interno (como um todo) no IGAM, em que pese haver monitoramento das atividades de controle interno do NUCAD, como relatórios bimestrais gerenciais acerca da análise e instauração de procedimentos correccionais; 42) O sistema de controle interno do IGAM tem sido avaliado pela CGE e TCE, porém não há uma análise quanto a riscos e controles existentes, visto que não há no IGAM uma política de gestão de riscos e avaliação de controles estabelecida, já que a própria CGE iniciou esse ano a avaliação da estrutura de controle do Instituto; 43) Não existe organização sistemática dos documentos que comprovem o funcionamento dos controles internos; 44) Não existe medição pela alta administração dos benefícios gerados pelos controles adotados; 45) Ausência de relatório de autoavaliação de controles internos realizado pelo gestor; 46) O reporte de informações ocorre com relação às informações da Controladoria Seccional, mas não existe no IGAM uma avaliação do sistema de controle interno; 47) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações implementadas.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 995112/2022 <sup>65</sup> <b>Data:</b> 03/08/2022 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizados por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM, no segundo semestre de 2021.	Conforme apontado nas avaliações pretéritas, consignadas no Relatório de Auditoria nº 995118.202111 e na Nota de Auditoria nº 1091636.202112 e de acordo com as informações do IGAM, observa-se que o gestor mantém a prática do controle prévio à emissão da nota fiscal para conferência dos serviços prestados pelo SENAI que serão faturados em notas fiscais. Todavia, a UAIG observa-se que o controle adotado pelo gestor é elementar para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato, posto a existência de controles manuais e rudimentares.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1285736 <sup>66</sup> <b>Data:</b> 12/08/2022 <b>Ação:</b> Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.	Necessidade de se constituir boas práticas concernentes ao estabelecimento de metas aos agentes públicos, capazes de definir satisfatoriamente suas atividades alinhadas com o instrumento de origem (Contrato de Prestação de Serviços).
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria 1381511 <sup>67</sup> <b>Data:</b> 20/12/2022 <b>Ação:</b> Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade por Componente	1) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na organização; 2) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção; 3) O IGAM não possui política de segurança da informação formalmente estabelecida.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1348794/2022 <sup>68</sup> <b>Data:</b> 11/11/2022	1) Ausência de desenho do processo operacional, que permiti aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida;

<sup>65</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96

<sup>66</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96

<sup>67</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-12

<sup>68</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005147/2022-48

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de “Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba”, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.	2) Existência de 31 riscos extremos e 45 altos que necessitam de ação de tratamento imediato, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1126812/2022 <sup>69</sup> <b>Data:</b> 23/12/2022 <b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.	1) Ausência de desenho do processo operacional, que permiti aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida; 2) Existência de 70 riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado; identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.

<sup>69</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005147/2022-48

APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad apurados em 2022

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.108/2021 – Prefeitura de Alpinópolis.  Relatório de Auditoria nº 1207496  Data: 31/05/2022  SEI: 1370.01.0065815/2021-14	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos <sup>70</sup> .  Repercussão: Interinstitucional/Transversal <sup>71</sup> .	Não se aplica.
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – FHIDRO.  Relatório de Auditoria nº 1188003  Data: 27/04/2022  SEI: 1520.01.0004581/2022-04	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

<sup>70</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

<sup>71</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso I: a Repercussão “Interinstitucional/Transversal” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor ultrapassou, de alguma forma, o âmbito da própria Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional, tendo sido tratado ou tendo impacto no âmbito da Casa Civil, de Comitês ou Comissões Interinstitucionais, ou de outras Secretarias/Unidades de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – SEMAD.  Relatório de Auditoria nº 1188010  Data: 27/04/2022  SEI: 1520.01.0004582/2022-74	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Consultoria em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental.  Processo e-Aud nº 1070584  Data: 31/03/2022  SEI: 1520.01.0010756/2021-25	Qualitativo Efetivo	Elaborar Plano de Ação visando tratar os riscos identificados.	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>72</sup> .	Não se aplica.
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	Qualitativo Efetivo	22. Realizar tratativas junto à Seplag quanto à viabilidade de que os processos de licenciamento ambiental deliberados como relevantes e analisados de forma prioritária sejam instruídos com os critérios em que o empreendimento/atividade foi enquadrado para tal deliberação, bem como seja dada a devida publicidade acerca destes critérios; (Achado nº 14)	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional.	Não se aplica.

<sup>72</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	Qualitativo Efetivo	29. Realizar capacitações periódicas; desenvolver atividades de orientações e capacitações condizentes com a política pública e finalidades propostas pelo órgão; de modo que (Achados nº 3, 4 e 10);	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional.	Não se aplica.
Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.  Relatório de Auditoria 1370.1099.20  Data: 14/12/2020  SEI: 1520.01.0001531/2020-07.	Qualitativo Efetivo	3) Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da SEMAD, como uma das formas de divulgação sobre o tema;	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Órgão Superior/Estratégica <sup>73</sup> .	Não se aplica.
Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.  Relatório de Auditoria 1370.1099.20  Data: 14/12/2020  SEI: 1520.01.0001531/2020-07	Qualitativo Efetivo	26) Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Semad;	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Órgão Superior/Estratégica <sup>74</sup> .	Não se aplica.

<sup>73</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II: a Repercussão “Órgão Superior/Estratégica” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor foi tratado pela Alta Gestão da Secretaria/Unidade da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional ou teve impacto em mais de uma unidade jurisdicionada ou área de negócio. Delimita-se os assuntos tratados pela Alta Administração nas Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional como sendo aqueles tratados no âmbito de Colegiado de Diretoria ou Conselho de Administração, ou equivalentes.

<sup>74</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II: a Repercussão “Órgão Superior/Estratégica” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor foi tratado pela Alta Gestão da Secretaria/Unidade da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional ou teve impacto em mais de uma unidade jurisdicionada ou área de negócio. Delimita-se os assuntos tratados pela Alta Administração nas Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional como sendo aqueles tratados no âmbito de Colegiado de Diretoria ou Conselho de Administração, ou equivalentes.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	1) Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>75</sup> .	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima);	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>76</sup> .	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.

<sup>75</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.

<sup>76</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34		Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  b) Detalhar com maior precisão de informações o fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros;			
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo;	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  d) Atualizar as responsabilidades das unidades administrativas envolvidas na formalização dos instrumentos e análise de prestação de contas de convênios de saída, no âmbito da Semad, considerando, nesse sentido, a criação da Diretoria de Gestão de Parcerias – Digep com a vigência do Decreto Estadual 47.787/2019.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
<p>Avaliação da gestão patrimonial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, no que tange ao exercício de 2020.</p> <p>Nota de Auditoria <b>1124293</b></p> <p>Data: 23/12/2021</p> <p>SEI: 1520.01.0012520/2021-24</p>	Efetivo	(5) a adoção de providências para regularizar a alteração de titularidade dos veículos objetos do Termo de Permissão de Uso celebrado com a COPASA, incorporados ao patrimônio da Semad em razão da última Reforma Administrativa, instituída pela Lei Estadual 23.304/2019.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> / conformidade	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica
<p>Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.155, de 13/07/2022 – Sedru x Prefeitura Municipal de Marliéria</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1387157</p> <p>Data: 30/12/2022</p> <p>SEI: 1370.01.0031214/2022-31</p>	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos<sup>77</sup>.</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica.
<p>Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.167, de 23/08/2022 – Sedru x Prefeitura Municipal de Soledade de Minas</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1385874</p> <p>Data: 28/12/2022</p>	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica.

<sup>77</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
SEI: 1370.01.0012475/2022-32					
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.122/2022, de 09/03/2022 – Semad/Fhidro x Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraíba – AMPAR  Relatório de Auditoria nº 1385874 Data: 11/11/2022  SEI: 1370.01.0012475/2022-32	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos <sup>78</sup> .  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

<sup>78</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam apurados em 2022

Título da ação – Feam	Tipo do Benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e Repercussão	Valor (R\$-)
RA 1370.0023.21 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes	Não-financeiro	A partir dos informes periódicos acerca de ética pública, espera-se que os servidores tenham maior clareza acerca do melhor proceder ético em suas atividades do dia-a-dia.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Implantação da agenda para transparência	Não-financeiro	Prevenir a ocorrência de conflito de interesses; aprimorar o controle social; servir de referência positiva entre pares da Administração Pública Estadual; melhorar a imagem institucional; promover a transparência; e ampliar as relações de confiança com stakeholders.	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração	Não-financeiro	Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Órgão Superior/Estratégica ou Sociedade Regional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Avaliação para favorecer um melhor exercício do trabalho da comissão de Ética	Não-financeiro	A avaliação anual das ações desenvolvidas pela comissão de ética possibilita a verificação dos desafios enfrentados durante o ano e a proposição de novas ações e posturas que favoreçam um melhor exercício do trabalho da Comissão de Ética.	Aperfeiçoamento do compliance/conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Definir as Competências Técnicas e atualizar as competências essenciais e gerenciais	Não-financeiro	O mapeamento das competências técnicas permite completar o ciclo de levantamento de competências institucionais realizados anteriormente (essenciais e gerenciais). Com as competências técnicas mapeadas, torna-se possível desenvolver capacitações voltadas para as reais necessidades apuradas pelo processo de avaliação de desempenho ou outros métodos, aumentando a efetividade dos investimentos em capacitação.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Tipo do Benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e Repercussão</b>	<b>Valor (R\$-)</b>
RA 1370.0023.21 - Comissão de Ética Proativa – AEC	Não-financeiro	A regularidade de reuniões possibilita a continuidade de atividades da Comissão e fortalece a cultura de integridade do órgão.	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Indicadores de desempenho – AEC	Não-financeiro	Foi feita uma avaliação dentro do Sisema com relação a todos os sistemas que tem serviços com relação à pesquisa de satisfação, no momento está sendo feito um trabalho de padronização destas pesquisas de satisfação para posterior ampliação do serviço. No âmbito da Feam não existe nenhum serviço com este tipo de pesquisa, mas foi indicada a implantação desta iniciativa quanto ao serviço do MTR.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Divisão por núcleos dos bens do gabinete da FEAM – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Organizar a unidade gabinete e atribuir os bens de cada núcleo	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Levantamento de cessão e permissão de uso e registros desatualizados – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Realizar levantamento de documentos de cessão / permissão de uso e registros desatualizados, bem como criação de controle.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – RA 1115550 – Cronograma Patrimonial – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar cronograma de implementação e monitoramento das ações de patrimônio.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 - Comunicados de Localização - Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar comunicados via ASCOM para buscar identificar sua localização; oficiar unidades administrativas regionais da SEMAD, IEF e IGAM solicitando que verifiquem in loco a existência do bem em sua unidade.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas – TP48	Financeiro <sup>79</sup>	Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas. Registra-se que foi recebido valor devido à locação de veículos com motoristas do TP48. Recebimento de R\$ 489,95.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 489,95

<sup>79</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Tipo do Benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e Repercussão</b>	<b>Valor (R\$-)</b>
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos de cartão de identificação do plano de saúde – TP48	Financeiro <sup>80</sup>	Efetuar os cálculos, por meio da área técnica correspondente, referente à cobrança pelo fornecimento de cartão de identificação na execução do contrato de plano de saúde – TP48. Recebimento de R\$ 1.521,31.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 1.521,31
RA 1252580 – Alinhamento AGE – GR NAI	Não financeiro	Reuniões mensais entre Sisema e AGE para alinhamento acerca das situações dos processos vinculados aos Autos de Infração e posicionamento acerca de andamento judicial dos mesmos.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1252580 – Curso Capacitação dos Conselheiros do Copam – GR NAI	Não financeiro	Capacitar os Conselheiros do Copam. Curso disponibilizado no Trilhas do Saber do Sisema.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA nº 1370.1431.17 - Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança - Santarém	Não financeiro	Atendimento, por parte da empresa Samarco de relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica

<sup>80</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF apurados no primeiro semestre de 2022**

Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 42/2021  Relatório de Auditoria nº1156934/2022  Data: 28/02/2022  SEI: 1370.01.0042110/2021-43	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 85/2021  Relatório de Auditoria nº 1173569/2022  Data: 31/03/2022  SEI: 1370.01.0065230/2021-95	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – IEF  Relatório de Auditoria nº 1188789/2022  Data: 29/05/2022  SEI: 1520.01.0004667/2022-10	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Título da ação</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e repercussão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 14/2022  Relatório de Auditoria nº 1365461/2022  Data: 29/11/2022  SEI: 1370.01.0011753/2022-29	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

**Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam apurados em 2022**

<b>Título da ação – Igam</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e repercussão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Relatório de Auditoria nº 1188450 <sup>81</sup> <b>Data:</b> 28/05/2022 <b>Ação:</b> Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores. Relatório de Auditoria de Gestão – SIMPLIFICADO.	Qualitativo Efetivo	Elaboração do Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores. Relatório de Auditoria de Gestão, modelo simplificado, relativo à Prestação de Contas do IGAM, exercício 2021.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias (TCEMG, LRF, outros)	Dimensão: Resultado, Missão e Visão.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
Nota de Auditoria 2240.0601.21 <sup>82</sup> <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Ação:</b> Avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação nº 01 da Nota de Auditoria 2240.0601.21, que trata da avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> /conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Interno.  Repercussão: Interinstitucional,/Transversal.	Não se aplica
Relatório de Auditoria 995118.2021 <sup>83</sup> <b>Data:</b> 23/07/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	Qualitativo Efetivo	Implementação das Recomendações nº 1 e 2 do Relatório de Auditoria 995118.2021, que trata da avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão ou para atuação de outros órgãos/outras esferas de poder.	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal	Não se aplica
Relatório de Auditoria nº 2240.0213.21 <sup>84</sup> <b>Data:</b> 28/05/2022 <b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação nº 4 (ao CBH SF2) do Relatório de Auditoria 2240.0213.21.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos.	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal	Não se aplica

<sup>81</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0004234/2022-61.

<sup>82</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0003974/2021-03.

<sup>83</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>84</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005852/2020-31.



Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

Título da ação – Igam	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.					
Relatório de Auditoria nº 1091636-2021 <sup>85</sup> <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação: Evidenciar no processo a vantajosidade da prorrogação contratual, no sentido de realizar ampla pesquisa de mercado, utilizando fontes diversificadas, para demonstrar que o preço do ajuste é compatível com o valor médio de mercado, podendo ser adotados outros parâmetros para a verificação da vantajosidade dos preços, a exemplo da utilização de índices de atualização de valores, conforme a natureza dos insumos, assim como consulta a outros contratos similares. Na impossibilidade de comprovação, apresentar justificativa no processo de aditamento.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> /conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional	Não se aplica

<sup>85</sup> Processo SEI/MG nº 1520.01.0003658/2021-96.

**APÊNDICE VII - AÇÕES DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA  
ANO DE 2022**

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar, no âmbito do Sisema.		
<b>Objetivo geral:</b>	Realização de juízo de admissibilidade de expedientes de sua competência, sugerindo o arquivamento, a instauração de investigação preliminar, sindicância, processo administrativo disciplinar ou a celebração de termo de ajustamento disciplinar, se cabível.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	6160h (77h*80)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	4500h (150h*30)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Projeto Geral 992072	AP 01 22 - 1147887.2022 - Expediente 1045 SEMAD	10/02/2022	
Projeto Geral 992072	AP 02 22 - 1166522.2022 - Expediente 1177 IEF	18/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 03 22 - 1169437.2022 - Expediente 1068 SEMAD	24/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 04 22 - 1173086.2022 - Expediente 1156 IEF	31/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 05 22 - 1173103.2022 - Expediente 1166 IEF	31/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 06 22 - 1177469.2022 - Expediente 1048 IEF	11/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 07 22 - 1179515.2022 - Expediente 1089 SEMAD	12/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 08 22 - 1188563.2022 - Expediente 1124 SEMAD	28/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 09 22 - 1188768.2022 - Expediente 1052 SEMAD	29/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 10 22 - 1196590.2022 - Expediente 1167 IEF	11/05/2022	
Projeto Geral 992072	AP 11 22 - 1211536.2022 - Expediente 1066 IGAM	06/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 12 22 - 1240644.2022 - Expediente 1086 IEF	10/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 13 22 - 1243150.2022 - Expediente 1185 IEF	13/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 14 22 - 1244618.2022 - Expediente 1180 IEF	15/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 15 22 - 1247264.2022 - Expediente 1107 e 1149 IEF	20/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 16 22 - 1247347.2022 - expediente 1159 IEF	20/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 17 22 - 1249831.2022 - Expediente 1179 SEMAD	23/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 18 22 - 1252910.2022 - Expediente 1150 SEMAD	29/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 19 22 - 1254951.2022 - Expediente 1146 IEF	04/07/2022	

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Projeto Geral 992072	AP 20 22 - 1265429.2022 - Expediente 1075 SEMAD	20/07/2022
Projeto Geral 992072	AP 21 22 - 1303214.2022 - Expediente 1170 IGAM	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 22 22 - 1303304.2022 - Expediente IGAM 1176	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 23 22 - 1303424.2022 - Expediente 1208 IEF	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 24 22 - 1307359.2022 - Expediente 1085 SEMAD	12/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 25 22 - 1334263.2022 - Expediente 1047 IEF	20/10/2022
Projeto Geral 992072	AP 26 22 - 1351264.2022 - Expediente 1084 IEF	17/11/2022
Projeto Geral 992072	AP 27 22 - 1358695.2022 - Expediente 1172 SEMAD	25/11/2022
Projeto Geral 992072	AP 28 22 - 1381437.2022 - Expediente 1196 SEMAD	20/12/2022
Projeto Geral 992072	AP 29 22 - 1385703.2022 - Expediente 1212 SEMAD	28/12/2022
Projeto Geral 992072	AP 30 22 - 1385815.2022 - Expediente 1098 SEMAD	28/12/2022

**4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO**

Ao receber expedientes para investigação, o Núcleo de Correição Administrativa do Sisema (Nucad-Sisema) realiza análise preliminar e verifica a pertinência de instauração de procedimento correcional. O trabalho é executado sob demanda, sendo distribuídos para a equipe na medida da capacidade de execução dos servidores e da prioridade dos expedientes. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo expedientes da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.

Foram previstas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 80 (oitenta) procedimentos, sendo previstas 77 horas por produto (total de 6.160 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 30 (trinta) análises preliminares, sendo gastas 150 (cento e cinquenta) horas por produto (total de 4.500 horas), das quais 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Instrução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares		
Objetivo geral:	Realizar a instrução de Sindicâncias e Processos Administrativos Correicionais, sendo as comissões processantes e sindicantes compostas pelos servidores do Núcleo de Correição Administrativa do SISEMA.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	3300h (150h*22)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	4000 (200h*20)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>O trabalho é executado sob demanda, sendo as comissões formadas pelos servidores da equipe na medida da capacidade de execução dos servidores e da segregação. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam instruídos em 2022 o total de 22 (vinte e dois) procedimentos, sendo previstas 150 horas por produto (total de 3.300 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada instrução, sendo instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares com 200 horas por produto (total de 4.000 horas) entre concluídos e em instrução, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.</p>			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar, no âmbito do Sisema.		
<b>Objetivo geral:</b>	Monitorar e controlar as medidas de ajustamento disciplinar.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	400h (20h*20)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluído.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	280h (20h*14)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>O trabalho foi executado sob demanda, tendo sido as horas previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo termos de ajustamentos disciplinares da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam analisados e instruídos, em 2022, 20 (vinte) TAD, sendo previstas 20 horas por produto (total de 400 horas). Entretanto, foram analisados e instruídos 14 (quatorze) termos de ajustamentos disciplinares, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Acompanhamento dos trabalhos das comissões sindicantes e processantes.		
<b>Objetivo geral:</b>	Acompanhar os trabalhos das comissões sindicantes e processantes instituídas no Sisema.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	95h
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	287h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Os produtos dessa ação não são lançados no e-Aud.</p> <p>A Coordenadora acompanha os trabalhos das comissões sindicantes e processantes, esclarecendo eventuais dúvidas, acompanhando o cumprimento dos prazos acordados, estabelecendo cronograma para conclusão e diligenciando para conclusão das apurações em tempo razoável. As horas são previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo os procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foi previsto, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam utilizadas para acompanhamento, em 2022, 95 (noventa e cinco) horas. Entretanto, em razão da complexidade dos expedientes, foram gastas mais horas na orientação e direcionamento da equipe, no total de 267 horas.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Avaliação de procedimentos disciplinares concluídos pelas comissões		
<b>Objetivo geral:</b>	Manifestação em procedimentos correccionais a fim de subsidiar a decisão da autoridade julgadora.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	820h (82h*10)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluído.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	1000h (200h*5)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
Projeto Geral 992072	NT 01 22 - 1153930.2022 - PAD IEF 29-2019		21/02/2022
Projeto Geral 992072	NT 02 22 - 1195591.2022 - PAD IEF 57-2017		10/05/2022
Projeto Geral 992072	NT 03 22 - 1199725.2022 - PAD IEF 113- 2020		17/05/2022
Projeto Geral 992072	NT 04 22 - 1204174.2022 - PAD IEF 82.2020		24/05/2022
Projeto Geral 992072	NT 05 22 -1277356.2022 - PAD IEF 112- 2020		05/08/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Após a entrega do relatório conclusivo pelas Comissões Processantes e Sindicantes, para subsidiar a decisão a ser tomada pela Autoridade competente, o Nucad-Sisema realiza análise dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas Investigatórias visando à verificação da regularidade da formalização, instrução, conclusão, apreciação de suficiência das diligências e provas produzidas, bem como a razoabilidade e proporcionalidade da recomendação da Comissão. As horas são previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 10 (dez) Notas Técnicas, sendo previstas 82 horas por produto (total de 820 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 05 (cinco) análises finais, todas do IEF, com 200 horas por produto e total de 1000 horas executadas.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Avaliação da efetividade das decisões correcionais		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar o cumprimento das decisões em matérias correcionais.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	20h (10*2h)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Cumprida.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	80h (40*2h)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Não se emite relatório na avaliação da efetividade das decisões correcionais, mas o controle é realizado e os dados consolidados. Ressalta-se que era lançado no SIGA as avaliações na aba “controle de efetividade” do processo 1370.137.03.0027.21, entretanto, não são lançadas no e-Aud.</p> <p>Ação a ser executada em cumprimento às Resoluções CGE 015/2014 e 015/2010. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 10 (dez) relatórios de efetividade sobre decisões correcionais, sendo previstas 02 horas por produto (total de 20 horas). Entretanto, foram realizadas 40 (quarenta) avaliações de efetividades, dentre decisões de análises preliminares, TAD e PAD, com o total de 80 horas.</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar		
<b>Objetivo geral:</b>	Ministrar palestras ou cursos para divulgação do regime disciplinar, do Ajustamento Funcional e/ou treinamento de comissões processantes/sindicantes para instrução dos procedimentos disciplinares, em parceria com a COGE ou utilizando a estrutura da própria CSET/CSEC.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	20h (10h*2)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Não iniciada.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	35h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Realizar treinamentos, em conjunto com as áreas da Corregedoria-Geral, para a divulgação, no âmbito do Sisema, do regime disciplinar, do ajustamento disciplinar e da necessidade da prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos. O trabalho é executado no âmbito da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Os produtos dessa ação não são lançados no e-Aud. No ano de 2022 ocorreram duas ações para divulgação do regime disciplinar no âmbito do Sisema, com total de 35 horas, sendo o Produto 1: 19/08/2022 - Capacitação realizada para servidores dos 14 Núcleos de Controle Processual - URFBio/IEF; e o Produto 2: Campanha de assédio moral: 28/12, 22/12, 14/12 e 02/12, (enviada por e-mail aos servidores do Sisema).</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Alimentar banco de dados e gerir informações correccionais		
Objetivo geral:	Consolidar dados e informações correccionais.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	240h (80h*3)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	240h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Trabalho contínuo e diário, incluindo a consolidação de dados e informações acerca das notícias de possíveis irregularidades de natureza correccional em face de análise preliminar (juízo de admissibilidade), dos procedimentos correccionais e dos termos de ajustamento disciplinar concernentes ao órgão/entidade, conforme planilhas definidas pela COGE, e encaminhá-los até o quinto dia útil do mês subsequente ao término de cada quadrimestre, informando os procedimentos correccionais de maior complexidade, relevância e/ou criticidade.</p> <p>O trabalho é executado no âmbito da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, sendo o controle realizado em planilhas individuais para cada um dos órgãos/entidade.</p>			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022, no âmbito do Sisema.		
Objetivo geral:	Avaliar a situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022 dos agentes públicos alocados no órgão/entidade.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	225h (15h*15)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	15h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
O prazo para entrega da DBV 2022 findou-se em 30/06/2022.			

APÊNDICE VIII – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES (Período 01/01/2022 a 31/12/2022)

PROCEDIMENTO	RESUMO QUANTITATIVO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES										
	Absolvição	Arquivamento	Encaminhamento para a CGE	Formalização de TAD	Instauração de PAD	Instauração de SAI	Repreensão	Suspensão	Demissão	Em execução	TOTAL
Análise Preliminar		26	1	2	3	0				81	113
Sindicância		0	0	0	0		0	0	0	0	0
PAD	0	3	0	0			0	2	1	14	20
TOTAL	0	29	1	2	3	0	0	2	1	95	133

\* Dentre os PAD instruídos no NUCAD, a pena de demissão foi decidida por julgamento da CGE para julgamento, em razão da competência.

APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES - NUCAD

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Carolina Campos	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Mariana Roesberg	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Glória Maria	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Luciana Bontempo	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Matheus Ebert	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Andreza Felício	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Carolina Campos	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Mariana Roesberg	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Kelly Carina	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Glória Maria	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Luciana Bontempo	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Carolina Campos	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Carolina Campos	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Matheus Ebert	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Andreza Felício	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Mariana Roesberg	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Glória Maria	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Carolina Campos	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Andreza Felício	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Mariana Roesberg	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Glória Maria	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Matheus Ebert	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Carolina Campos	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Andreza Felício	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Glória Maria	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Mariana Roesberg	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Matheus Ebert	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Valéria Leone	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Carolina Campos	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Kelly Carina	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Andreza Felício	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Mariana Roesberg	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Glória Maria	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Valéria Leone	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Matheus Ebert	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Luciana Bontempo	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Carolina Campos	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Kelly Carina	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Andreza Felício	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Mariana Roesberg	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Glória Maria	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Valéria Leone	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Matheus Ebert	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Luciana Bontempo	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Ivani Pereira	20 e 21/11/2022	20:00	curso Admissibilidade Correcional
Ivani Pereira	22/11/2022	10:00	curso Comissões Processantes No Âmbito dos Processos Disciplinares
Ivani Pereira	23 e 24/11/2022	20:00	Provas no Processo Administrativo Disciplinar

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Ivani Pereira	28 e 29/11/2022	01:00	Curso Atividade Correccional - Visão Geral
Ivani Pereira	30/11/2022	12:00	Curso Assédio Moral
Ivani Pereira	01/12/2022	01:45	Curso Impactos da LGPD nos Processos Disciplinares
Ivani Pereira	02/12/2022	01:15	Curso Incidentes que impactam na duração do processo disciplinar e possíveis soluções
Ivani Pereira	05/12/2022	00:45	Curso Lei de Improbidade Administrativa.
Ivani Pereira	19 e 20/12/2022	07:30	Curso Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Participação da equipe do Nucad, em reuniões, que não geraram reflexo em produtos de correição		10:00	Assuntos diversos do setor
TOTAL		328:00	

**APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES – Controladores e Nati**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Quintiliano Campomori	10/02/2022	02:00	AEGR/CGE - Nova Resolução e metodologia classificação denúncias
Ariana Souza	10/02/2022	02:00	AEGR/CGE - Nova Resolução e metodologia classificação denúncias
Thaís Alcântara	15/02/2022	02:10	Treinamento ouvidoria.
Quintiliano Campomori	15/02/2022	02:10	Treinamento ouvidoria.
Aline Miranda	11/03/2022	2:00	Apuração preliminar e apuração da denúncia.
Quintiliano Campomori	15/03/2022	3:00:00	Certificações ISO 37001 e ISO 37301 e a sua contribuição à governança
Quintiliano Campomori	21/03/2022	3:00:00	Transformação do Controle Externo e o Mundo Digital
Aline Miranda	25/03/2022	2:00	Lançamento do projeto de desenvolvimento do Plano Estadual de Ação Climática.
Thaís Alcântara	30/03/2022	3:00:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral
Quintiliano Campomori	30/03/2022	3:00:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral
Thaís Alcântara	04/04/2022	2:10:00	Treinamento da STI/Sisema - DISTI - acerca da Segurança da Informação.
Quintiliano Campomori	04/04/2022	2:10:00	Treinamento da STI/Sisema - DISTI - acerca da Segurança da Informação.
Aline Miranda	04/04/2022	1:30	Treinamento/Capacitação Segurança da Informação.
Quintiliano Campomori	27/04/2022	03:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Quintiliano Campomori	12/05/2022	02:00	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da SEF
Ariana Souza	12/05/2022	02:00	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da SEF
Quintiliano Campomori	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	16/05/2022	2:10	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	16/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	16/05/2022	2:10	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	16/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Michelle Calazans	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	18/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	18/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	18/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	18/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	18/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	19/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	19/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	19/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	19/05/2022	2:45	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	19/05/2022	2:45	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	20/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Quintiliano Campomori	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	20/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	20/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	20/05/2022	2:40	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Thaís Alcântara	24/05/2022	02:00	Webinar “10 anos da LAI: Harmonização com a LGPD e Visão Prática de Futuro”
Quintiliano Campomori	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Ariana Souza	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Michelle Calazans	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Michelle Calazans	24/05/2022	02:00	Webinar “10 anos da LAI: Harmonização com a LGPD e Visão Prática de Futuro”
Quintiliano Campomori	15/06/2022	02:00	2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Gestão da Ética e da Integridade
Quintiliano Campomori	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Thaís Alcântara	22/06/2022	02:00	Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares.
Ariana Souza	22/06/2022	02:00	Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares.
Quintiliano Campomori	24/06/2022	08:00	III Webinar Direito Administrativo Sancionador
Thaís Alcântara	24/06/2022	06:00	III Webinar de Direito Administrativo Sancionador.
Quintiliano Campomori	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Thaís Alcântara	28/06/2022	03:00	Webinário "Conflito de Interesses!
Ariana Souza	28/06/2022	03:00	Webinário "Conflito de Interesses!
Thaís Alcântara	29/07/2022	02:00	WEBINAR - Conceitos básicos de consultoria na auditoria interna
Quintiliano Campomori	29/07/2022	02:00	WEBINAR - Conceitos básicos de consultoria na auditoria interna
Quintiliano Campomori	06/07/2022	03:00	Auditoria Baseada em Riscos
Quintiliano Campomori	14/07/2022	01:30	Auditoria Baseada em Riscos
Quintiliano Campomori	14/07/2022	02:00	Comissão de Ética
Quintiliano Campomori	28/07/2022	02:00	Tardes de Conhecimento - 2022 - 6º Encontro - "Repercussão das alterações da Lei de Improbidade Administrativa junto aos Tribunais de Contas"

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Ariana Souza	06/07/2022	02:00	Curso ABR - Auditoria Baseada em Riscos - Setoriais e Seccionais
Carlos Morais	04/07/2022 a 07/07/2022	16:00	1º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO,
Quintiliano Campomori	17/08/2022	02:00	Capacitação em Transparência - PACI/2022
Quintiliano Campomori	18/08/2022	02:00	Inserção Trabalho AEC no e-Aud
Quintiliano Campomori	23/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Quintiliano Campomori	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Ariana Souza	14/09/2022	03:00	Compromisso de Ajustamento Disciplinar
Ariana Souza	01/08/2022	01:00	Componente Ambiente de Controle - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	04/08/2022	01:00	Componente Informação e Comunicação - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	02/08/2022	01:00	Componente Avaliação de Riscos - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	14/07/2022	03:00	ABR - Auditoria Baseada em Riscos
Ariana Souza	28/06/2022	03:00	Webinário Novo Decreto Conflito de Interesses
Quintiliano Campomori	24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Quintiliano Campomori	31/08/2022	03:00	Controle Interno e Governança Ambiental
Quintiliano Campomori	14/09/2022	03:00	Compromisso de Ajustamento Disciplinar
Quintiliano Campomori	20/10/2022	02:00	TCU - Evento 2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência
Quintiliano Campomori	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Quintiliano Campomori	01/12/2022	03:00	Vamos fala de Auditoria?
Glauciene Almeida	28/06/2022	3:00	Participação no Webinário "Conflito de Interesses"
Glauciene Almeida	06/07/2022	2:10	Participação na capacitação em Auditoria Baseada em Riscos- ABR
Glauciene Almeida	17/08/2022	2:00	Participação no Curso de Capacitação em Transparência – PACI/2022
Glauciene Almeida	18/08/2022	2:00	Participação no Curso de Capacitação Orientações práticas via sistema E-Aud para inserção dos Documentos do trabalho – AEC
Glauciene Almeida	21/09/2022	2:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno - Painel 1 - Licitações Públicas – Como entender as atualizações constantes?
Glauciene Almeida	21/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 2 – Um olhar para os municípios: Controle Social e a Boa Governança

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Glauciene Almeida	21/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 3 – Equidade de Gênero como Instrumento de Justiça no Ambiente de Controle
Glauciene Almeida	22/09/2022	2:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 4: O futuro da Liderança: engajamento de equipes e laboratórios de inovação
Glauciene Almeida	22/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 5 - Governança, ESG e Integridade: um caminho sem volta!
Glauciene Almeida	22/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Palestra Keynote de encerramento: A importância de sermos quem somos!
Glauciene Almeida	30/11/2022	3:00	Curso de capacitação SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente: capacitação sobre LAI
Aline Miranda	06/06/2022	4:00	Abertura Oficial da Semana do Meio Ambiente 2022. De 11hs às 15hs.
Aline Miranda	21/06/2022	2:00	Webinar Conexão Mata Atlântica   Programa de Regularização Ambiental (PRA): benefícios e perspectivas. De 14hs às 16hs.
Aline Miranda	24/06/2022	8:00	III WEBSEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. De 9hs às 17hs.
Aline Miranda	28/06/2022	3:00	Webinário Novo Decreto Conflito de Interesses. De 9hs às 12hs.
Aline Miranda	17/08/2022	2:00	Capacitação em Transparência – PACI/2022.
Aline Miranda	31/08/2022	3:00	Webinar "O Papel do Controle Interno na Governança Ambiental"
Aline Miranda	21/09/2022	8:00	CONACI - XVIII Encontro Nacional de Controle Interno.
Aline Miranda	22/09/2022	8:00:00	CONACI - XVIII Encontro Nacional de Controle Interno.
Maria Izabel	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Carlos Morais	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Bruno Gonçalves Nogueira	01/08/2022	01:00	Componente Ambiente de Controle - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	02/08/2022	01:00	Componente Avaliação de Riscos - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	04/08/2022	01:00	Componente Informação e Comunicação - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Ariana Souza	07/12/2022	04:00	Participação no Participe do Webinário do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Crimes Ambientais e Corrupção
Participação da equipe do Nati, em reuniões, que não geraram reflexo em produtos de auditoria		80:00	Assuntos diversos do setor
<b>TOTAL</b>		<b>471:00</b>	

APÊNDICE X - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÃO	HORAS TRABALHADAS
Gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho - elaboração de PGDI, etc).	Controladora Setorial da Semad e Coordenador do Nati	Considerou-se a média de um dia e meio por mês por cada chefia, para realização das atividades de gestão de pessoas. 1,5 dia = 11 horas; 12 meses; e 2 chefias.	264
Gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho - elaboração de PGDI, etc).	Coordenadora do Nucad	No planejamento foi descontado 150 horas para atividades de gerenciamento, portanto, não serão computadas nesta a realização de atividades de gestão de pessoas. As horas computadas referem-se às reuniões gerenciais da Coordenadora. Dados detalhados no Apêndice, a seguir.	24
Reuniões que não refletiram em produtos/ações de auditoria previstos no PACI	Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad	Dados detalhados no Apêndice, a seguir.	458
TOTAL			746

**APÊNDICE X.1 - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO - Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Michelle Calazans	05/01/2022	03:00	Presencial	Reunião sobre processo SEI 2240.01.0001971/2019-59
Thaís Alcântara	10/01/2022	02:30	Presencial. Salinha de reuniões do setor. Plataforma Teams.	Alinhamento acerca das metas a serem estabelecidas para equipes das Controladorias Sisema/NATI/NUCAD para realização do teletrabalho em regime definitivo, modalidade parcial.
Quintiliano Campomori	10/01/2022	02:30	Presencial. Salinha de reuniões do setor. Plataforma Teams.	Alinhamento acerca das metas a serem estabelecidas para equipes das Controladorias Sisema/NATI/NUCAD para realização do teletrabalho em regime definitivo, modalidade parcial.
Michelle Calazans	10/01/2022	17:00	Presencial	Definição metas Planos de Trabalho Controladorias Sisema
Michelle Calazans	13/01/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	21/01/2022	01:20	Plataforma Teams.	Estratégia - Passivo Licenciamento Ambiental Semad.
Quintiliano Campomori	21/01/2022	01:20	Plataforma Teams.	Estratégia - Passivo Licenciamento Ambiental Semad.
Thaís Alcântara	26/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	RACI 2021.
Quintiliano Campomori	26/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	RACI 2021.
Thaís Alcântara	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Thaís Alcântara	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Carolina Campos	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Quintiliano Campomori	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Quintiliano Campomori	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Ariana Souza	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Ariana Souza	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Thaís Alcântara	31/01/2022	00:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelo Carlos do Painel LGPD do Sisema.
Thaís Alcântara	31/01/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos internos.
Quintiliano Campomori	31/01/2022	00:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelo Carlos do Painel LGPD do Sisema.
Quintiliano Campomori	31/01/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos internos.
Michelle Calazans	08/02/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Bruno Gonçalves Nogueira	09/02/2022	02:00	Teams	Reunião de Alinhamento IGAM x CGE (Igam - Avaliação Executiva)
Quintiliano Campomori	15/02/2022	03:30	Presencial	Direx FEAM
Michelle Calazans	15/02/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	16/02/2022	01:30	Microsoft Teams	Orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Ariana Souza	16/02/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Thaís Alcântara	16/02/2022	02:00	Plataforma Teams.	Divulgação de Relatórios de Auditoria.
Michelle Calazans	16/02/2022	16:00	Teams	Reunião para orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Carolina Campos	21/02/2022	01:00	Microsoft Teams	Reunião com o Jurídico sobre consulta feita sobre o expediente 1144.
Thaís Alcântara	21/02/2022	00:20	Plataforma Teams.	Consulta ao jurídico para subsidiar análise de expediente correcional.
Michelle Calazans	21/02/2022	10:00	Plataforma Teams	PROTRATAR Doce (Piracicaba) e Rio Vivo (Manhuaçu)
Michelle Calazans	22/02/2022	03:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	23/02/2022	16:00	Teams	Reunião para orientação sobre o roteiro de auditoria sobre as contas do ordenador de despesa
Ariana Souza	24/02/2022	01:00	Presencial	Alinhamento acerca de trabalhos de auditoria que aguardam envio do Plano de Ação.
Carolina Campos	25/02/2022	01:00	Microsoft Teams	Reunião sobre a decisão pela CGE do PAD 17/2019.
Thaís Alcântara	25/02/2022	00:50	Plataforma Teams.	Alinhamentos PAD instaurado pela Portaria COGE 17/2019.
Michelle Calazans	03/03/2022	16:30	Presencial	Reunião com Gepofi sobre atualização do Decreto 46.830/2015 (PACE-Parcerias)
Thaís Alcântara	03/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Despacho com o Gabinete. Apresentação nova chefe de gabinete da Semad.
Ariana Souza	03/03/2022	01:00	Presencial	Nota de auditoria sobre autos de infração lavrados no âmbito do IEF.
Michelle Calazans	08/03/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.
Ariana Souza	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.
Thaís Alcântara	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Ariana Souza	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Quintiliano Campomori	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Carolina Campos	10/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Reunião COGE/NUCAD-SISEMA para diretrizes
Michelle Calazans	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Thaís Alcântara	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Ariana Souza	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Quintiliano Campomori	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Carolina Campos	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião sobre apuração de denúncias.
Michelle Calazans	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Thaís Alcântara	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Ariana Souza	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Quintiliano Campomori	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Michelle Calazans	15/03/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	16/03/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião TCE PMSB - Glosas Ibíio
Thaís Alcântara	18/03/2022	02:15	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial Quinzenal com a Coordenação do NATI/Sisema – 1ª reunião 2022.
Ariana Souza	18/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Ação PACI Sisema 2022: Consolidação das ações de integridade. Preenchimento de questionário de percepção.
Quintiliano Campomori	18/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Ação PACI Sisema 2022: Consolidação das ações de integridade. Preenchimento de questionário de percepção.
Bruno Gonçalves Nogueira	18/03/2022	02:15	Teams	Reunião Gerencial com Bruno - Coordenador Nati/Sisema.
Michelle Calazans	18/03/2022	02:15	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial Quinzenal com a Coordenação do NATI/Sisema – 1ª reunião 2022.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:45	<a href="https://meet.google.com/etg-wric-otg">https://meet.google.com/etg-wric-otg</a>	Alinhamentos com a Ouvidoria Ambiental acerca de denúncias recebidas pela Controladoria Setorial da Semad.
Thaís Alcântara	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Ariana Souza	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Ariana Souza	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Ariana Souza	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Carolina Campos	24/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Alinhamentos sobre denúncias
Bruno Gonçalves Nogueira	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Michelle Calazans	24/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Thaís Alcântara	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Ariana Souza	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Quintiliano Campomori	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Bruno Gonçalves Nogueira	28/03/2022	1:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial NATI - Orientações.
Michelle Calazans	28/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Thaís Alcântara	29/03/2022	00:50	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos relatórios de trabalho para fins de comprovação das metas do teletrabalho.
Thaís Alcântara	29/03/2022	00:10	Plataforma Teams.	Despacho interno - Prestação de Contas; Trabalho TAC; e Férias da Controladora Setorial.
Michelle Calazans	29/03/2022	03:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	30/03/2022	01:30	Presencial	Alinhamentos Controladoria FEAM e Ouvidoria Ambiental e Agropecuária

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Thaís Alcântara	31/03/2022	00:50	Plataforma Teams.	Feedback quanto ao monitoramento da implementação de recomendações de auditoria. Orientações e solicitação de adequações.
Thaís Alcântara	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Bruno Gonçalves Nogueira	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Ariana Souza	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Michelle Calazans	01/04/2022	02:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelas Entidades Equiparadas às Agências de Bacia - Minuta Portaria nº 60/2019
Michelle Calazans	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Carolina Campos	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientações sobre segurança da informação
Quintiliano Campomori	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientações sobre segurança da informação
Bruno Gonçalves Nogueira	04/04/2022	01:30	Teams	Treinamento - Nucad Segurança da Informação
Michelle Calazans	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Treinamento - Nucad Segurança da Informação
Bruno Gonçalves Nogueira	05/04/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Thaís Alcântara	07/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca de denúncia recebida pela CSET, via MGOUV, em apuração (análise preliminar no âmbito do Nucad/Sisema) – Expediente Semad 1150.
Thaís Alcântara	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Carolina Campos	07/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	Alinhamentos sobre o expediente 1150.
Quintiliano Campomori	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Ariana Souza	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Thaís Alcântara	08/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	<i>Feedback</i> quanto ao monitoramento da implementação de recomendações de auditoria. Orientações e solicitação de adequações. Alinhamentos em relação à elaboração do Relatório quanto aos resultados de auditorias e monitoramento das contas anuais referente a exercícios anteriores.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	11/04/2022	02:30	Presencial	Orientações acerca do plano de ação a ser elaborado para o Relatório de Auditoria nº 1370.1447.20 - Avaliação da Estrutura em nível de entidade, emitido em 23/12/2020.
Thaís Alcântara	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário: "orientações sobre a elaboração/preenchimento do relatório trimestral do teletrabalho".
Carolina Campos	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário Relatório Trimestral Teletrabalho
Quintiliano Campomori	12/04/2022	01:00	Presencial - Sala da Presidência	Reunião Acórdão Tribunal de Contas
Bruno Gonçalves Nogueira	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário: "orientações sobre a elaboração/preenchimento do relatório trimestral do teletrabalho".
Bruno Gonçalves Nogueira	12/04/2022	01:00	Teams	Reunião TCE, CGE- Prestação de Contas Anual Exercício 2021
Thaís Alcântara	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad 2022.
Carolina Campos	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad de 2022.
Quintiliano Campomori	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad 2022.
Ariana Souza	18/04/2022	01:30	Presencial	Reunião com o Ouvidor Ambiental e Agropecuário, acerca das manifestações do IEF contidas no MG-OUV.
Michelle Calazans	18/04/2022	01:00	Gabinete do Ouvidor Ambiental	Reunião com Ouvidor Ambiental para alinhamentos com Ponto Focal - IGAM CSEC
Ariana Souza	19/04/2022	01:15	Plataforma Teams.	Integração e funcionalidades do Sispatri
Quintiliano Campomori	25/04/2022	00:45	Presencial - Sala da Presidência	Reunião Convênio Fundec UFLA
Quintiliano Campomori	26/04/2022	00:30	Mesa Alice	Alinhamento bens não localizados
Michelle Calazans	26/04/2022	01:30	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	27/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	CONVOCAÇÃO - 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do IGAM
Quintiliano Campomori	29/04/2022	02:00	Plataforma Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	02/05/2022	02:00	Teams	PNPC
Michelle Calazans	02/05/2022	04:00	Gabinete da chefe de gabinete do IGAM	Reunião sobre recomendações e planos de ação pendentes (Presencial)
Bruno Gonçalves Nogueira	03/05/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	03/05/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Controlador/Coordenador</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Local</b>	<b>Assunto</b>
Quintiliano Campomori	04/05/2022	<b>00:30</b>	Presencial	Gerenciamento de Riscos
Michelle Calazans	10/05/2022	<b>02:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	11/05/2022	<b>01:00</b>	Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	16/05/2022	<b>02:30</b>	Teams	Reunião - Contribuições para a Portaria nº 60/2019
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	<b>02:30</b>	Teams	Reunião - Contribuições para a Portaria nº 60/2019
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	<b>2:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	17/05/2022	<b>01:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	24/05/2022	<b>01:00</b>	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Quintiliano Campomori	24/05/2022	<b>01:00</b>	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Ariana Souza	24/05/2022	<b>00:50</b>	Plataforma Teams.	Orientações acerca do preenchimento da planilha 5W2H do PNPC
Michelle Calazans	24/05/2022	<b>01:30</b>	Plataforma Teams.	Webinar "Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema."
Michelle Calazans	24/05/2022	<b>01:00</b>	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Carolina Campos	25/05/2022	<b>01:00</b>	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Reunião para esclarecimentos e orientações para a servidora sobre a proposta de TAD do expediente 1124
Thaís Alcântara	25/05/2022	<b>01:00</b>	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Reunião para esclarecimentos e orientações para a servidora sobre a proposta de TAD do expediente 1124
Thaís Alcântara	31/05/2022	<b>01:00</b>	Teams	Plano de Ação da Semad em relação ao Plano Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).
Bruno Gonçalves Nogueira	31/05/2022	<b>2:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	31/05/2022	<b>01:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	31/05/2022	<b>01:30</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião sobre Tomada de Contas Ibio
Thaís Alcântara	01/06/2022	<b>00:50</b>	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Esclarecimento de dúvidas sobre Relatórios de Auditoria elaborados no âmbito das Controladorias Sisema que fazem parte de PAD instaurado no âmbito da COGE.
Thaís Alcântara	08/06/2022	<b>00:25</b>	Teams	Demanda repassada pelo Controlador-Geral do Estado.
Michelle Calazans	08/06/2022	<b>02:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Ariana Souza	09/06/2022	<b>00:40</b>	Presencial	Orientações sobre a implementação das recomendações contidas Relatório de Transparência Ativa emitido pela CSEC, em 2020.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Controlador/Coordenador</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Local</b>	<b>Assunto</b>
Quintiliano Campomori	10/06/2022	<b>01:00</b>	Microsoft Teams	Superintendentes Semad/ Diretores Feam - Roda de Conversas
Thaís Alcântara	10/06/2022	<b>01:00</b>	Meet	Alinhamento e esclarecimento acerca de reunião ocorrida no âmbito do Sisema sobre o trabalho de auditoria executiva no Programa Somos Todos Água.
Michelle Calazans	10/06/2022	<b>01:00</b>	Meet	Alinhamento e esclarecimento acerca de reunião ocorrida no âmbito do Sisema sobre o trabalho de auditoria executiva no Programa Somos Todos Água.
Bruno Gonçalves Nogueira	14/06/2022	<b>02:00</b>	Reunião Presencial	Auditoria Executiva CGE - STA
Quintiliano Campomori	22/06/2022	<b>01:00</b>	Microsoft Teams	PNPC
Michelle Calazans	28/06/2022	<b>02:00</b>	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Carolina Campos	30/06/2022	<b>01:30</b>	Microsoft Teams	Reunião Monitoramento PACI com CSET/SISEMA
Quintiliano Campomori	30/06/2022	<b>02:00</b>	Microsoft Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	30/06/2022	<b>01:30</b>	Microsoft Teams	Monitoramento PACI 2022
Thaís Alcântara	30/06/2022	<b>01:40</b>	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Ariana Souza	30/06/2022	<b>01:40</b>	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Michelle Calazans	30/06/2022	<b>01:40</b>	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Bruno Gonçalves Nogueira	30/06/2022	<b>02:00</b>	Reunião Teams	Reunião Monitoramento - SISEMA
Thaís Alcântara	04/07/2022	<b>00:30</b>	Gabinete CGE.	Denúncia recebida envolvendo a Semad.
Michelle Calazans	04/07/2022	<b>01:00</b>	Teams	Reunião para esclarecimentos sobre processo de contratação na ABHA
Thaís Alcântara	05/07/2022	<b>01:05</b>	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Quintiliano Campomori	05/07/2022	<b>01:05</b>	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Michelle Calazans	05/07/2022	<b>01:05</b>	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Ariana Souza	05/07/2022	<b>01:05</b>	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Bruno Gonçalves Nogueira	11/07/2022	0:30	<a href="https://meet.google.com/vig-jfbg-efh">https://meet.google.com/vig-jfbg-efh</a>	Reunião CGE/IGAM Levantamento de riscos- Governança
Bruno Gonçalves Nogueira	12/07/2022	1:15	SALA DE REUNIÃO IGAM-GABINETE	Reunião Híbrida CGE- IGAM (Somos Todos Água STA)- Avaliação Executiva, avaliação dos eixos de estratégia, controle e Governança, levantamento dos riscos, causas e consequências.
Thaís Alcântara	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Quintiliano Campomori	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Michelle Calazans	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Ariana Souza	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Bruno Gonçalves Nogueira	14/07/2022	1:00	Teams	Reunião de apresentação para o CGIRC do SISEMA/Gestão de Riscos
Ariana Souza	18/07/2022	02:00	Teams	Nota da de Auditoria nº 1370.0159.20 - Benefícios indevidos de taxa florestalfalsifi
Michelle Calazans	19/07/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Ampliada Virtual - "Teletrabalho"
Carolina Campos	22/07/2022	01:00	Plataforma Teams.	Reunião para alinhamentos sobre possível irregularidade cometida por servidor.
Bruno Gonçalves Nogueira	26/07/2022	1:45	SALA DE REUNIÃO IGAM-GABINETE	Reunião híbrida CGE- IGAM (Somos Todos Água STA)- Avaliação Executiva, apresentação da análise de riscos, e consequências à equipe do IGAM.
Michelle Calazans	27/07/2022	01:30	Teams	Reunião de alinhamento sobre o monitoramento do Plano de Ação proposto pela Agência Peixe Vivo
Michelle Calazans	02/08/2022	02:00	Sala de Reunião Igam	Reunião gerencial do Igam
Quintiliano Campomori	04/08/2022	02:30	Teams	Conselho Curador da FEAM
Michelle Calazans	09/08/2022	03:00	Sala de Reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	17/08/2022	01:00	Presencial - Gabinete IEF	Tratativas acerca da apresentação no encontro dos Núcleos de Controle Processual - NCP/URFBlo/IEF
Michelle Calazans	19/08/2022	01:00	Teams	Planilha Subprocessos Igam
Quintiliano Campomori	22/08/2022	00:30	Teams	Revisão do Inventário de Dados
Ariana Souza	24/08/2022	01:30	Presencia - Sala 7 - 2º andar	Relatório de Auditoria nº 1370.1390.19 (COPAM - Governança)



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	25/08/2022	02:00	Plenária - Gerais	Projeto de Lei da CGE
Michelle Calazans	25/08/2022	02:00	Plenário, 9º Andar, Edifício Gerais	Reunião sobre Projeto de Lei da CGE
Ariana Souza	29/08/2022	01:00	Gabinete IEF	Apresentação da nova Controladora do IEF
Ariana Souza	29/08/2022	00:30	Teams	Alinhamentos para audiência pública na ALMG, sobre a revisão da composição da Câmara de Atividades Minerárias e dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Estaduais.
Quintiliano Campomori	29/08/2022	02:00	Presencial	Estratégias Preventivas em Relação aos Delitos Cibernéticos
Michelle Calazans	29/08/2022	02:00	CAMG, Prédio Minas, 2o andar, salas 6 e 7	Reunião com Dirigentes do Sisema: Palestra sobre o tema "Estratégias Preventivas em Relação aos Delitos Cibernéticos"
Michelle Calazans	30/08/2022	03:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Carolina Campos	31/08/2022	00:30	presencial Gabinete Semad	Reunião sobre permuta de servidores
Ariana Souza	31/08/2022	01:00	Presencial - GAB CGE	Trabalhos em andamento no NUCC, relativos ao Sisema
Ariana Souza	31/08/2022	00:30	Presencial - GAB Semad	Permuta de servidoras Nucad e Dialog
Ariana Souza	31/08/2022	01:00	Presencial - GAB Semad	Assuntos correicionais - Semad
Michelle Calazans	31/08/2022	01:00	Gabinete do Controlador-Geral	Reunião com Controlador-Geral sobre denúncias que envolvem a Semad
Ariana Souza	05/09/2022	01:00	Presencial - GAB CGE	Trabalhos em andamento na AUGÉ, relativos ao Sisema
Ariana Souza	05/09/2022	02:00	Presencial - Sala Setor	Trabalhos em andamento na AUGÉ e no NUCC, relativos ao Sisema
Michelle Calazans	05/09/2022	01:00	Gabinete do Controlador-Geral	Reunião com Ariana (IEF), Michelle (IGAM), Luciana (AUGÉ) e Áurea (AUGÉ) sobre denúncia que envolve parlamentar na Semad
Michelle Calazans	06/09/2022	02:30	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	08/09/2022	01:00	Presencial - GAB Semad	Retomada dos trabalhos de Gerenciamento de Riscos em Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.
Ariana Souza	09/09/2022	01:00	Teams	Alinhamento prévio à capacitação sobre LGPD.
Ariana Souza	12/09/2022	03:00	Presencial	Reunião de Dirigentes - Sisema
Michelle Calazans	13/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	13/09/2022	01:30	Sala de reunião Igam	2º Café Presencial com Diretor-Geral do Igam - Auditoria e Procuradoria
Ariana Souza	15/09/2022	00:45	Presencial - GAB COGE	Expediente Semad nº 1169 e apurações em andamento na unidade, relativas ao Sisema.
Ariana Souza	15/09/2022	01:00	Presencial - Sala setor	Expediente Semad nº 1169

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	15/09/2022	01:00	Teams	Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade
Quintiliano Campomori	16/09/2022	02:00	Teams	Andamento dos trabalhos de Fomento à abertura de dados - Ação de Transparência e Integridade (PACI 2022)
Michelle Calazans	20/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	26/09/2022	03:30	Presencial - Sala 7	Reunião de Dirigentes - Sisema
Ariana Souza	27/09/2022	01:30	Gabinete Semad	Reunião acerca do TAC Gute
Michelle Calazans	27/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	28/09/2022	01:00	Teams	Plano de Integridade - Sisema
Michelle Calazans	04/10/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	14/10/2022	01:00	Teams	Minuta de Resolução que dispõe sobre a integração e o funcionamento das unidades de Controladorias Setorial e Seccionais da SEMAD, FEAM, IEF e IGAM
Michelle Calazans	18/10/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	20/10/2022	01:00	Teams	Despacho com Marcelo - DG
Michelle Calazans	26/10/2022	01:30	Teams	Reunião - Monitoramento projetos Fapemig
Michelle Calazans	09/11/2022	09:30	Sala de reunião Igam	Alinhamento Estratégico 25 anos Igam
Michelle Calazans	09/11/2022	01:30	Teams	Reunião de alinhamento (PAINT 2023-2026)
Michelle Calazans	10/11/2022	05:00	Sala de reunião Igam	Alinhamento Estratégico 25 anos Igam
Michelle Calazans	13/11/2022	00:30	Teams	Alinhamento Auditoria
Quintiliano Campomori	18/11/2022	01:00	Teams	Paci 2023 Ajustes
Michelle Calazans	18/11/2022	01:00	Teams	PACI - 2023_AJUSTES
Michelle Calazans	20/11/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	22/11/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	25/11/2022	00:30	Teams	Peças de Divulgação Assédio Moral
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	1:20	Teams	Reunião Gabinete IGAM- Projeto Somos Todos Água
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	1:15	Teams	Reunião Gerencial NATI- CSEC IGAM sobre o trabalho de auditoria Somos Todos Água
Michelle Calazans	30/11/2022	01:30	Teams	Auditoria CGE



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	05/12/2022	02:00	Teams	Encontro Anual de Comissões de Ética
Quintiliano Campomori	05/12/2022	02:00	Teams	Encontro Anual de Comissões de Ética
Bruno Gonçalves Nogueira	06/12/2022	02:00	Presencial - Sala de reuniões IGAM	Reunião Presencial - Apresentação do Relatório Preliminar sobre a Auditoria Executiva no STA
Bruno Gonçalves Nogueira	06/12/2022	01:00	Teams	
Michelle Calazans	06/12/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	06/12/2022	01:30	Teams	Reunião NATI
Carolina Campos	12/12/2022	02:00	Teams	Reunião com o NUCC/CGE sobre expediente
Carolina Campos	12/12/2022	02:00	Teams	Reunião alinhamentos sobre expediente
Quintiliano Campomori	13/12/2022	03:00	CMR	Encontro Presencial de Encerramento de Atividades Sisema 2022
Quintiliano Campomori	14/12/2022	03:00	JK	Encontro Presencial de Encerramento de Atividades CGE 2022
Quintiliano Campomori	16/12/2022	05:00	BDMG	Lançamento do Plano Estadual de Ação Climática
Michelle Calazans	22/12/2022	04:30	Sala de reunião no BDMG	Reunião Presencial - Continuação Igam do Futuro - BDMG
Michelle Calazans	23/12/2022	04:00	Salas 6 e 7 do 2 Andar, Minas	Reunião CERH (Presencial) - Apresentação de resultados pelo Igam
Michelle Calazans	23/12/2022	01:00	Gabinete do DG	Despacho com Marcelo - DG
Quintiliano Campomori	28/12/2022	00:30	Teams	Decreto 02/01/2023
Michelle Calazans	28/12/2022	02:00	Teams	Reunião de esclarecimentos sobre o contrato nº 9220270 firmado entre o IGAM e a CAPGEMINI
Michelle Calazans	29/12/2022	01:00	Teams	Convocação - Reunião com Gabinete Igam sobre exonerações no dia 02/01/2023
Carolina Campos	30/12/2022	04:00	presencial CGE	Reunião alinhamentos
Ariana Souza	03/10/2022	03:30	Presencial, sala 6, 2º andar	25º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	10/10/2022	02:30	Presencial, sala 6, 2º andar	26º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	14/10/2022	01:30	Teams	ABR Convênios de Entrada
Ariana Souza	14/10/2022	02:00	Chamada de Voz	Alinhamento - Retorno de férias da Coordenadora do Nucad
Ariana Souza	17/10/2022	01:00	Teams	27º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	24/10/2022	00:15	Teams	Reunião com a Diretoria de Auditoria em Programas Governamentais, da AUGÉ/CGE, acerca da ação contida no Planejamento Tático da AUGÉ, denominada "Avaliação de Risco de Fraude e Corrupção"

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Controlador/Coordenador</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Local</b>	<b>Assunto</b>
Ariana Souza	28/10/2022	<b>00:15</b>	Presencial	TAC Gutí Sigth
Ariana Souza	28/10/2022	<b>01:30</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	Acompanhamento processo administrativo e judicial da mineradora Gute Sigth
Ariana Souza	04/11/2022	<b>02:30</b>	Teams	Ações PACI 2023
Ariana Souza	08/11/2022	<b>02:00</b>	Presencial	Trabalhos em andamento e rotinas do setor, e sobre diretrizes para análise de Tomada de Contas Especial.
Ariana Souza	16/11/2022	<b>00:40</b>	Teams	Suposto vazamento de documentos no âmbito da Semad
Ariana Souza	16/11/2022	<b>01:00</b>	Presencial	Denúncias no âmbito da Semad
Ariana Souza	18/11/2022	<b>00:40</b>	Teams	Ajustes PACI 2023
Ariana Souza	21/11/2022	<b>02:30</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	28º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	02/12/2022	<b>01:30</b>	Teams	Indicações de auditoria - Pesquisa cidadãos
Ariana Souza	12/12/2022	<b>02:00</b>	Teams	Procedimentos em apuração no âmbito da CSET e Nucad/Sisema
Ariana Souza	12/12/2022	<b>02:00</b>	Teams	Apurações em andamento relativas à Fleurs Mineração, Gute Sigth e Tamisa.
Ariana Souza	19/12/2022	<b>03:00</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	30º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	20/12/2022	<b>01:00</b>	Gabinete SUFIS	Tratamento da demanda do MP contida no SEI 1500.01.0244374/2022-79
Ariana Souza	29/12/2022	<b>01:10</b>	Teams	31º Reunião Gerencial – Sisema
<b>TOTAL</b>		<b>482:00</b>		